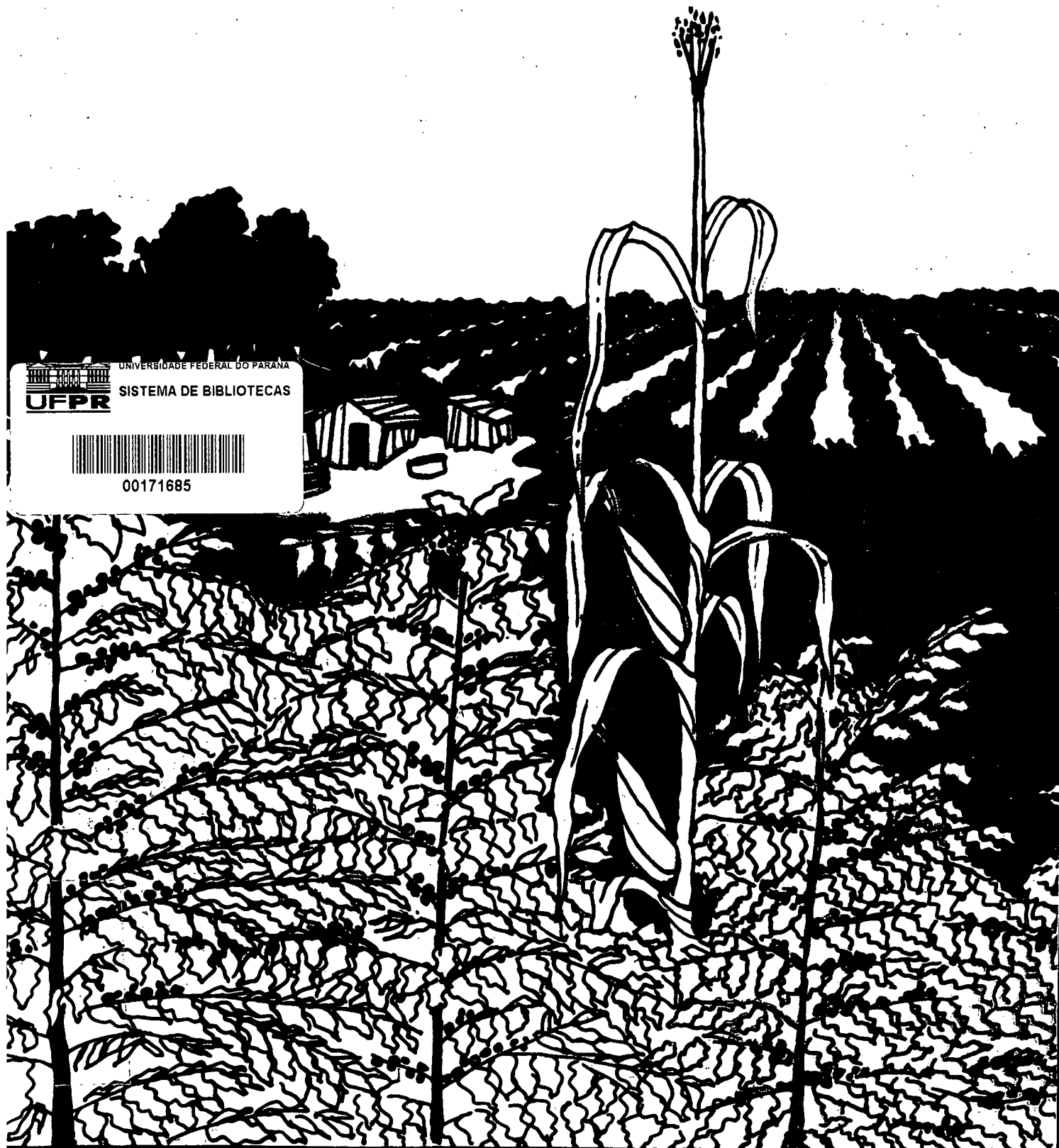


ANGELA DUARTE DAMASCENO FERREIRA

# AGRICULTURA CAPITALISTA E CAMPESINATO NO NORTE DO PARANÁ

REGIÃO DE PORECATU 1940-1952



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS



00171685

CURITIBA - 1984

ANGELA DUARTE DAMASCENO FERREIRA

AGRICULTURA CAPITALISTA E CAMPESINATO NO  
NORTE DO PARANÁ - REGIÃO DE PORECATU - 1940-52

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, opção História Social, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

CURITIBA

1984

A família Bilar e a todos posseiros, formadores e colonos de Porecatu, pioneiros ausentes da história oficial, que, com seu trabalho, colonizaram e enriqueceram a região.

A Carolina e Rodrigo, meus filhos, na esperança de que presenciem um tempo em que esses pioneiros sejam engrandecidos.

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas estiveram comigo durante a trajetória deste estudo e o tornaram possível. A eles devo meus agradecimentos: aos meus orientadores, Professores *Brasil Pinheiro Machado* e *Carlos Roberto Antunes dos Santos*, pelas sugestões e críticas que realizaram; às colegas e amigas *Ana Rita Martins S. Pugliesi*, *Márcia S. de Andrade Kersten* e *Roseli Maria Rocha dos Santos*, pelas discussões permanentes e pela leitura crítica do trabalho; a *Emílio Carlos Boschilia*, pela orientação segura no processo de coleta e tabulação dos dados.

Agradeço especialmente a *Paulo*, meu marido, sempre companheiro nos vaivéns do trabalho e aos meus pais e sogros, *Glover* e *Thêa*, *Paulo* e *Leny*, pelas mais variadas formas de ajuda e apoio.

Finalmente, a todos os demais colaboradores deste trabalho — entrevistados, responsáveis por arquivos, estagiários, desenhistas, datilógrafos, revisores e colegas de discussão — tantos que seria impossível enumerá-los, agradeço as contribuições decisivas que me prestaram.

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA .....	ii
AGRADECIMENTOS .....	iii
SUMÁRIO .....	iv
LISTA DE TABELAS .....	vi
INTRODUÇÃO .....	1
1. CAPITALISMO NA AGRICULTURA: UMA DISCUSSÃO EM ANDAMENTO	8
1.1. O Capitalismo na agricultura, segundo Karl Kaustky..	13
1.2. Lenin e o desenvolvimento do capitalismo na agricultura .....	17
1.3. O debate no Brasil .....	20
1.3.1. Feudalismo versus capitalismo na agricultura brasileira .....	20
1.3.2. Tendências mais recentes: a superação das teses polares .....	23
1.3.3. Considerações sobre o debate no Brasil .....	41
2. METODOLOGIA E FONTES .....	44
2.1. Pressupostos metodológicos .....	44
2.2. Fontes e métodos .....	46
3. A PROPRIEDADE TERRITORIAL EM PORECATU E AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO PÓS 30. ....	55
3.1. O Norte do Paraná e a fronteira do café em expansão.	55
3.2. Os primórdios da propriedade territorial em Porecatu	57
3.3. Os planos de colonização pós 30. ....	65

3.4. A propriedade territorial e as diretrizes de colonização no Governo Moisés Lupion .....	71
4. INTRODUÇÃO À OCUPAÇÃO EFETIVA DA TERRA EM PORECATU:ASPECTOS GERAIS	75
5. A ECONOMIA DE POSSEIROS .....	83
5.1. A migração .....	83
5.2. A chegada à terra .....	88
5.3. A produção .....	91
5.3.1. Os produtos e seu comércio .....	91
5.3.2. O trabalho .....	96
5.4. A natureza da economia de posseiros .....	100
6. AS GRANDES FAZENDAS .....	102
6.1. A expansão da fronteira via grandes fazendas: histórico..	102
6.2. Preço da terra e uso de capital nas grandes fazendas..	109
6.3. A força de trabalho nas fazendas .....	118
6.3.1. O assalariamento ou contrato de serviço .....	127
6.3.2. A produção camponesa .....	161
6.3.3. A parceria .....	174
7. CONCLUSÕES: AGRICULTURA CAPITALISTA E CAMPESinATO EM PORECATU.	189
Anexo 1 - Listagem dos dados de identificação dos processos cíveis e criminais .....	200
Anexo 2 - Descrição dos arquivos onde se encontram os processos cíveis e criminais consultados .....	206
Anexo 3 - Formulário utilizado para coleta de dados em processos jurídicos .....	210
Anexo 4 - Ficha para citações de processos jurídicos .....	231
Anexo 5 - Ficha para coleta de informações nas demais fontes documentais .....	234
Anexo 6 - Listagem das entrevistas realizadas .....	236
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	240

## LISTA DE TABELAS

1. Número de estabelecimentos rurais e área total, por utilização das terras, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1950 .....	76
2. Número de estabelecimentos com área plantada, segundo as principais culturas, em Porecatu - 1950 .....	78
3. Estabelecimentos e área, em números absoluto e percentual, segundo grupos de área, em Porecatu e no Estado do Paraná - 1950 .....	79
4. Número de posseiros e início da posse, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1940-52 .....	83
5. Procedência, categoria social anterior e motivo da migração dos posseiros, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1940-52 .....	85
6. Número de posseiros e área declarada das posses, por estrato de área, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1940-52 .....	92
7. Número de posseiros, segundo plantações e criações de produtos de subsistência, em Porecatu - 1940-52 .....	92
8. Número de posseiros, por produto principal na data de início da posse, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1940-52 .....	93

9. Número de posseiros, por produto principal das poses, em números absoluto e percentual, na data de início do conflito, em Porecatu - 1940-52 .....	94
10. Número de posseiros, por tipo de mão-de-obra empregada, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1940-52 .....	98
11. Número de posseiros, por forma de remuneração da mão-de-obra empregada, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1940-52 .....	98
12. Residência e Procedência de proprietários de estabelecimentos rurais, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1940-52 .....	103
13. Valor dos estabelecimentos, por natureza de bens, em números absoluto e percentual, no município de Porecatu e no Estado do Paraná - 1950 .....	112
14. Número de estabelecimentos e emprego de força nos trabalhos agrários, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1950 .....	114
15. Número de estabelecimentos e máquinas e instrumentos agrários, em números absoluto e percentual, no município de Porecatu e no Estado do Paraná - 1950 .....	115
16. Número de estabelecimentos com declaração de despesa, por tipo de despesa, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1950 .....	116
17. Categorias de trabalhadores rurais que compõem a força de trabalho nos estabelecimentos rurais, em números absoluto e percentual, em Porecatu - 1940-52. ....	119



18. Data de início do contrato ou emprego, em números absoluto e percentual, segundo a categoria de trabalhador rural em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	121
19. Principais produtos nos estabelecimentos rurais, em números absoluto e percentual, segundo categoria de trabalhador rural, em Porecatu - 1940-52 .....	122
20. Possibilidade de determinar o principal produto a ser plantado, em números absoluto e percentual, segundo categoria de trabalhador rural, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	123
21. Plantações e criações de subsistência, em números absoluto e percentual, segundo categoria de trabalhador, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52.	124
22. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo o local de moradia, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	126
23. Forma de contrato com o proprietário da terra, em números absoluto e percentual, segundo a categoria de trabalhador, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	128
24. Especificação da tarefa principal no contrato, em números absoluto e percentual, segundo a categoria de trabalhador, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	130

25. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo tipo de atividade realizada, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 ....	131
26. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo tipo de trabalhos extras remunerados que realiza, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	133
27. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo tempo dedicado a trabalhos extras remunerados, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52. ....	135
28. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo tipo de trabalhos extras gratuitos que realiza, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	136
29. Pessoa contratada, em números absoluto e percentual, segundo categoria de trabalhador rural, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	138
30. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo prazo de vigência do contrato, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	139
31. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo as formas de remuneração, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	142
32. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo a forma de participação em relação à venda do produto principal, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	143

33. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo a forma de pagamento em dinheiro, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52...146
34. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo a forma de pagamento em dinheiro, em estabelecimentos rurais de Porecatu -1940-1952 ..... 147
35. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo o tipo de remuneração em espécie, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .... 149
36. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo a forma e garantia de pagamento pelo trabalhador, da remuneração em espécie por ele recebida, em estabelecimentos rurais de Porecatu - -1940-52 ..... 151
37. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo a obrigatoriedade de comprar no armazém do proprietário ou em outros intermediados por ele, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 ..... 153
38. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo os casos em que há previsão de multas ou punições para o trabalhador, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 ..... 155
39. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo o valor das multas, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 ..... 157

40. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo o tipo de direitos do trabalhador que constam em contrato ou documento equivalente ou combinados em tratos verbais, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	160
41. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo sua possibilidade de determinar os produtos ou criações de subsistência, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	163
42. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo condições de localização da criação e/ou plantação de subsistência, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	165
43. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo produtos de subsistência próprios do trabalhador, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	166
44. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo a função da produção de subsistência como garantia de pagamento de débitos do trabalhador para com o proprietário, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	171
45. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo obrigatoriedade de venda do excedente de seus produtos de subsistência ao proprietário, em propriedades rurais de Porecatu -1940-52 .....	172

46. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo obrigatoriedade de venda do produto principal ao proprietário da terra, em propriedades rurais de Porecatu - 1940-52 ..... 176
47. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo a possibilidade de o fazendeiro se apropriar da quota-parte da produção principal pertencente aos trabalhadores como forma de pagamento de seus débitos com a fazenda, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 ..... 177
48. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo tipo de mão-de-obra contratada pelo trabalhador, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 ..... 178
49. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo tipo de instrumentos de trabalho e insumos, para a produção principal, fornecido pelo trabalhador, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 ..... 180
50. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo tipo de benfeitorias construídas pelo trabalhador, para viabilização da produção principal, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 ..... 182
51. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo forma de pagamento pela construção de benfeitorias feitas pelo trabalhador, para viabilização da produção principal, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 ..... 183

52. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo tipo de benfeitorias construídas pelo trabalhador para viabilizar a produção de subsistência, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	184
53. Categoria de trabalhador rural, em números absoluto e percentual, segundo forma de pagamento das benfeitorias construídas pelo trabalhador para viabilizar a produção de subsistência, em estabelecimentos rurais de Porecatu - 1940-52 .....	186

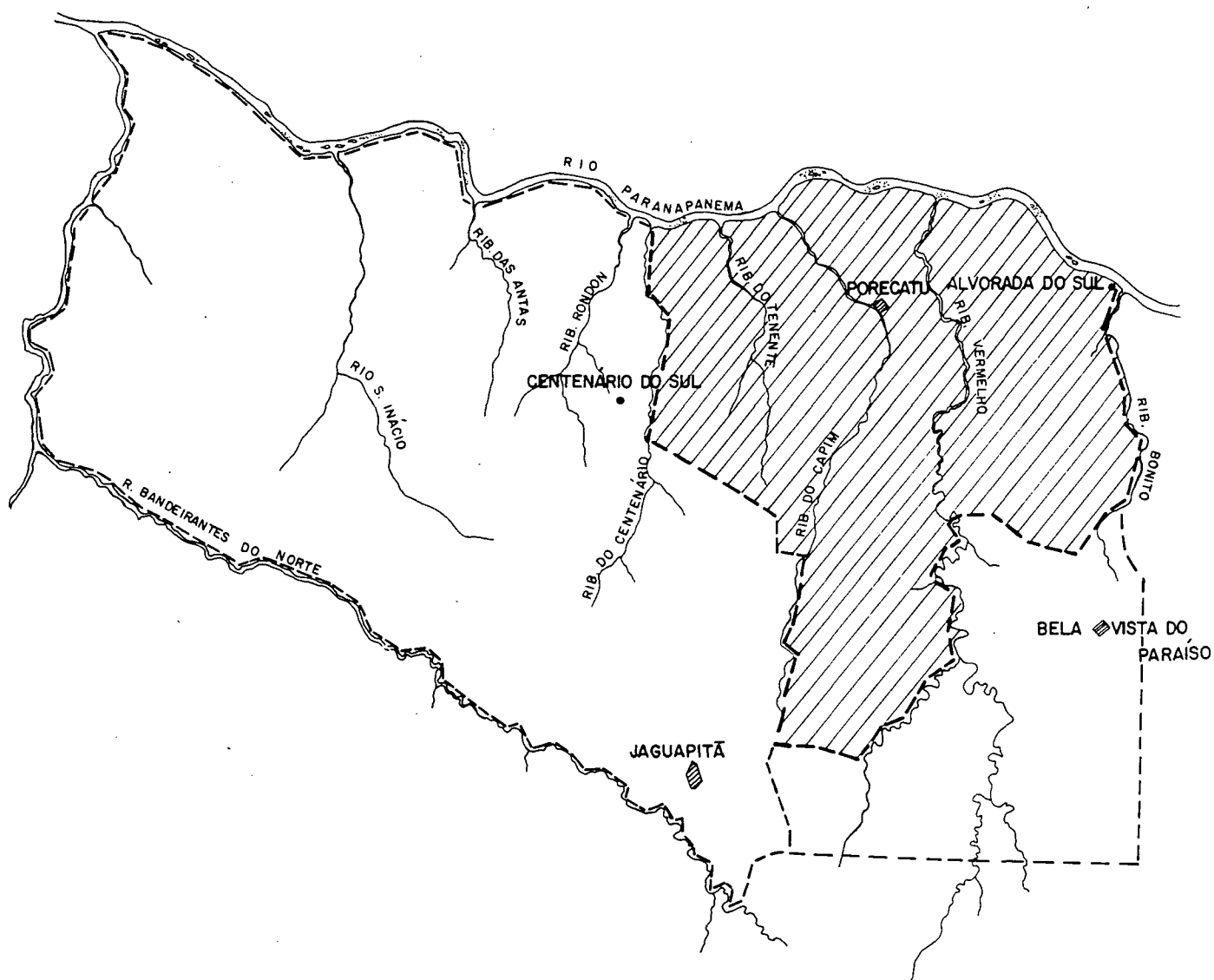
## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar a dinâmica da ocupação da terra e da organização da produção agrícola na *região de Porecatu*,\* Norte do Paraná, no período compreendido de 1940, quando se inicia a colonização efetiva de Porecatu, a 1952, ano em que se encerra a luta pela posse da terra, com o fechamento legal da fronteira na região.

Porecatu foi selecionado como *estudo de caso* porque alguns aspectos da história de sua colonização possibilitam responder à preocupação teórica fundamental deste estudo, qual seja, a de demonstrar concretamente mecanismos de operação do capital na agricultura, evidenciando os antagonismos que lhes são subjacentes.

A colonização de Porecatu foi empreendida por um duplo movimento de expansão da fronteira agrícola que fez da região um prolongamento das áreas mais novas de café do Estado de São Paulo. De um lado, acorreram a Porecatu colonos e pequenos sítiantes paulistas, atraídos pela perspectiva de encontrar, naqueles sertões do Norte do Paraná, condições de vida que sua

\*Chamou-se de região de Porecatu, a partir de agora denominada Porecatu, o conjunto de municípios ou parcelas de cinco municípios atuais — Porecatu, Florestópolis, Alvorada do Sul, Centenário do Sul e Mirassolva — que, à época do início do estudo, faziam parte da área do município de Sertãozinho do qual se desmembra para constituir o município de Porecatu em 1948, situação administrativa que perdurou até 1952. Ver, para delimitação da região, os mapas 1 e 2, às p. 2 e 3.



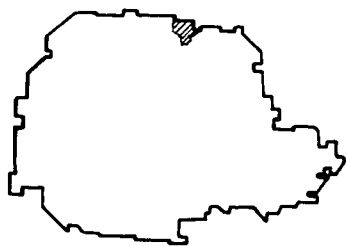
1 — MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - 1948

DIVISÃO DAS SÉDES

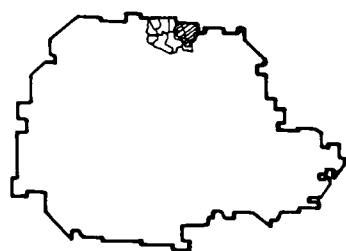
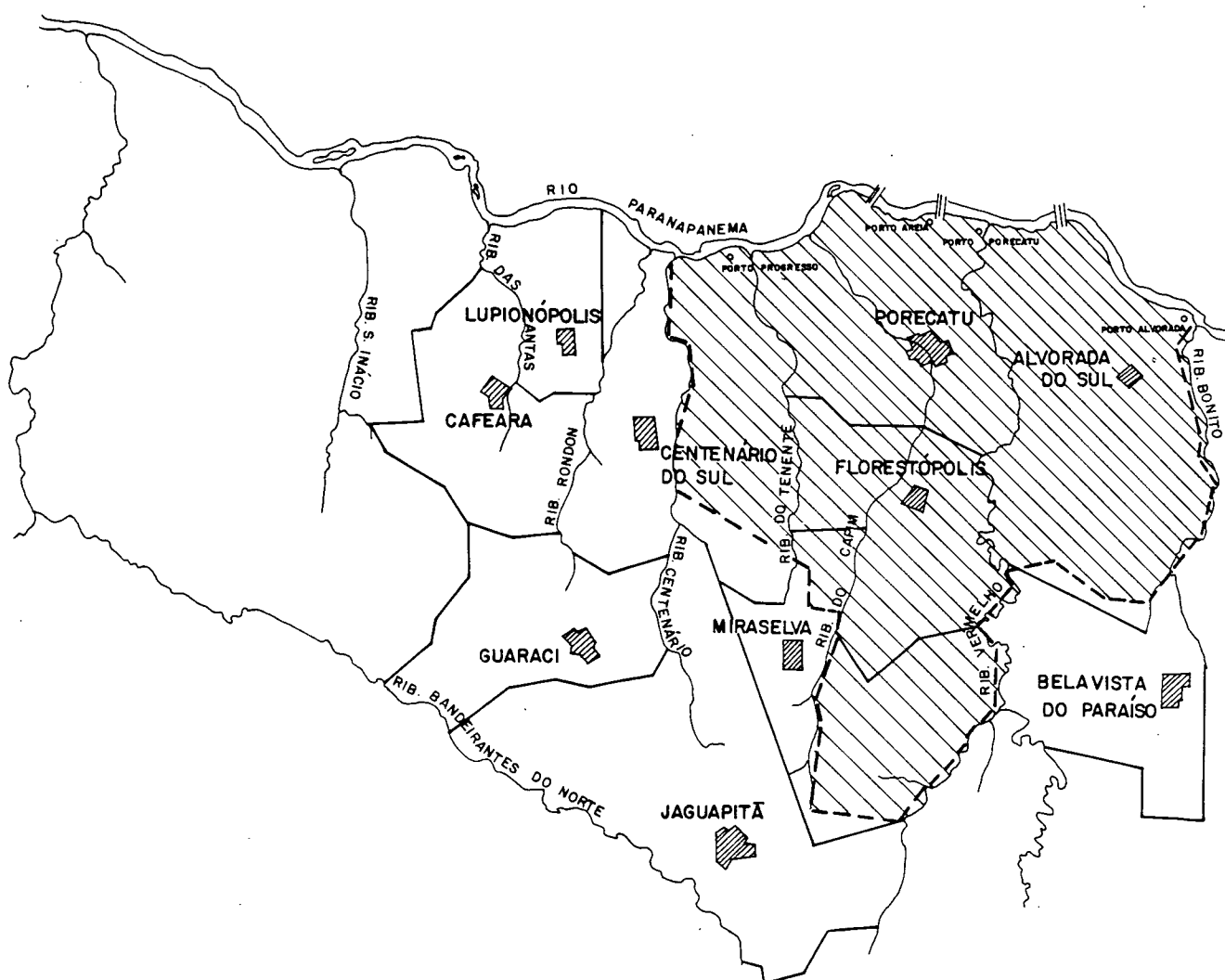
——PORECATU

--- BELA VISTA DO PARAÍSO

... JAGUAPITÃ







2 - MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - 1983

— DIVISÃO DE MUNICÍPIOS



SÊDE DE PORECATU REFERENTE AO MAPA  
DE 1948

situação anterior não lhes oferecia: a *fartura* *enriquecimento*, dados pelo trabalho autônomo, pela fertilidade natural das terras e sua aptidão para o café. Aí esses migrantes constituíram-se em pequenos produtores camponeses, posseiros da terra, mas cuja independência foi, desde os primórdios de sua chegada à região, circunscrita aos limites de sua inserção no mercado capitalista e num sistema de financiamento a ele umbilicalmente ligado.

De outro lado, esse movimento de expansão da fronteira agrícola para Porecatu teve, como agentes, empresários paulistas que compraram terras na região e constituíram grandes fazendas cafeicultoras, algumas combinando cana ou gado com o produto principal — o café. Embora tornando a terra um campo para aplicação de seu capital, esses fazendeiros estruturaram a produção agrícola sobre uma pobre base tecnológica e com relações de trabalho que permitiam aos trabalhadores o acesso à terra para prover parte de sua subsistência: os empreiteiros-formadores, parceiros e, ao mesmo tempo assalariados para formação do café, e os colonos, assalariados agrícolas cujo contrato previa área para cultivos próprios, foram as duas categorias de trabalhadores predominantes nas grandes fazendas de Porecatu, combinados com trabalhadores proletários para tarefas específicas.

Esses dois segmentos básicos do movimento de expansão da fronteira agrícola para Porecatu — os posseiros e os empresários agrícolas — travam, nos anos de 1950 e 51, uma acirrada luta pela terra, que resulta na expulsão dos posseiros. No entanto, não só a luta pela terra exprime os antagonismos inerentes à expansão da fronteira agrícola na região: litígios

jurídicos e greves nas fazendas demonstravam a luta constante dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho — por maior quota-parte da produção, por opor-se ao ônus de arcar com os rendimentos negativos da produção agrícola, por rejeitar a superexploração dos débitos indevidos e por oposição aos demais mecanismos de exploração a que estavam sujeitos.

A ocupação da terra e a organização da produção agrícola em Porecatu, dada a conjugação desses aspectos de sua história, permitiu, portanto, demonstrar pelo menos duas facetas básicas da expansão do capitalismo no campo e de sua operação na agricultura.

A primeira delas evidencia o espaço criado pelo capital para o desenvolvimento de um campesinato independente, sem a propriedade legal da terra, em regiões de fronteiras ou em áreas ainda não valorizadas. Espaço, entretanto, limitado pela inserção destes camponeses no mercado capitalista e pela sua situação precária de posse da terra, que faz de seu processo de trabalho um instrumento de valorização das terras do fazendeiro/capitalista, que se apropria delas após expulsá-los.

A segunda, nitidamente presente em Porecatu, é a possibilidade de o capital, ao mesmo tempo, expropriar da posse da terra o campesinato independente e recriar, dentro das grandes fazendas, um campesinato *sui generis*, que só se constitui como tal enquanto se assalaria como força de trabalho principal da empresa capitalista: camponeses-proletários, portanto, sujeitos a uma complexa rede de mecanismos de exploração que rebaixavam substancialmente o custo do seu trabalho e do empreendimento agrícola em geral. Pode-se dizer, na verdade, que Porecatu evidencia que esse espaço para o campesinato se expressa

numa necessidade da expansão capitalista na agricultura, dada a escassez relativa de capital numa época em que a economia brasileira mudava as bases da sua acumulação de rural para urbano-industrial e dadas as especificidades de uma região de fronteira do café.

Porecatu notabilizou-se nacionalmente devido à luta pela posse da terra de que foi palco. No entanto, tendo como objeto teórico a problemática da expansão e operação do capitalismo na agricultura, não se pretendeu empreender aqui o estudo desse movimento social rural. As lutas dos posseiros assim como a dos trabalhadores rurais em Porecatu, são mencionadas apenas como elos necessários para análise da forma contraditória como se dá o desenvolvimento do capitalismo no campo, mas não se constituíram *per se* em ênfase do presente estudo. Optou-se por analisá-las posteriormente.

A exposição do trabalho está subdividida em sete capítulos. No primeiro, apresenta-se a revisão de parte da literatura existente sobre a temática do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Ao final desse capítulo, realiza-se uma síntese do estágio atual dos estudos no Brasil, buscando delimitar um campo teórico de onde se pudesse partir para a construção do objeto de estudo. No capítulo 2, são explicitados rapidamente alguns pressupostos metodológicos que, decorrentes do campo teórico privilegiado, permearam a realização deste estudo. Em seguida, são descritas e criticadas as fontes pesquisadas e os métodos e técnicas de coleta de dados. No capítulo 3, faz-se um retrospecto das políticas de colonização do Estado do Paraná desde a República Velha até 1952, tentando mostrar as relações entre tais políticas e a consolidação da

propriedade territorial em Porecatu, antes de qualquer ocupação produtiva da terra. No capítulo 4, mostra-se um panorama geral da colonização efetiva da região, após 1940, no que diz respeito a produtos predominantes e estrutura fundiária. No capítulo 5, estudam-se a migração de posseiros para Porecatu e os dados sobre a organização de sua produção. No capítulo 6, analisam-se o histórico da expansão da fronteira agrícola via grandes fazendas e a forma como nelas se organizou a produção agrícola. Finalmente, no capítulo 7, procura-se, à maneira de conclusão, tecer algumas considerações sobre as relações da agricultura capitalista e campesinato, a partir dos dados e análises realizadas nos capítulos precedentes.

## Capítulo 1 - CAPITALISMO NA AGRICULTURA: UMA DISCUSSÃO EM ANDAMENTO.

Um debate antigo e, no entanto, sempre atual, tem sido travado entre diferentes protagonistas desde a formulação da teoria do capitalismo por Karl Marx: trata-se da natureza das especificidades do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Pode-se situar a origem desse debate na interpretação da concepção marxista de que o capital, como relação social, pressupõe a existência de trabalhadores livres e despossuídos, cuja única forma de sobrevivência é a venda de sua força de trabalho como mercadoria que produz mais-valia, a gênese do próprio capital.

O ponto básico da controvérsia encontra-se justamente nas reiteradas observações de Marx de que o trabalho assalariado — no qual as condições objetivas de vida do trabalhador se lhe defrontam como propriedade alheia — é, para a produção capitalista, uma forma socialmente necessária do trabalho: "*o trabalho assalariado constitui condição necessária para a formação de capital e se mantém como premissa necessária e permanente da produção capitalista*"<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>MARX, Karl. O capital. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. 1. I, c. VI (inédito) p. 37.

Marx desenvolve essa idéia de forma especialmente clara quando trata dos dois momentos históricos do desenvolvimento do capitalismo, quando este já exerce sua função dominante na sociedade, transformando ou eliminando os modos de produção precedentes, através da subordinação do trabalho ao capital: primeiro, a subordinação formal e depois, a subordinação real do trabalho ao capital.\*

No primeiro, o capital subordina o processo de trabalho anteriormente existente, tornando-o seu próprio processo. Para isso, muda a natureza da coerção que se exerce sobre o trabalho: passa a existir somente

(....) a relação puramente monetária entre o que se apropria do trabalho excedente e o que o fornece; na medida em que surge a subordinação, esta deriva do conteúdo determinado da venda, não de uma subordinação, precedente à mesma, por força do qual o produtor — devido a circunstâncias políticas, etc. — estivesse situado em outra relação do que a monetária (relação entre possuidor de mercadoria e possuidor de mercadoria) em relação ao explorador de seu trabalho. É somente na condição de possuidor das condições de trabalho que, nesse caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência econômica.<sup>2</sup>

Em segundo lugar, e como decorrência da primeira transformação, "*(...) as condições objetivas de trabalho (meios de produção) e condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência) se*

\*Note-se que Marx não fala numa sequência cronológica entre esses dois tipos de subordinação do trabalho ao capital, mas diz que a subordinação formal e sua expressão material — a mais-valia absoluta — são premissas para a real e sua própria expressão material a mais-valia relativa. Por sua vez, a segunda pode se constituir em premissa para a introdução da primeira em novos ramos de produção. MARX, p. 56.

<sup>2</sup>MARX, p. 56-57.

lhes defrontam como capital, monopolizadas pelo comprador de sua capacidade de trabalho".<sup>3</sup>

A partir de então, o capitalista torna-se dirigente do processo de trabalho:

(....) o camponês, antes independente, cai, como fator do processo de produção, na dependência do capitalista que o dirige, e sua ocupação depende de um contrato que ele, como possuidor de mercadoria (possuidor de força de trabalho) firmou previamente com o capitalista, na qualidade de possuidor de dinheiro. O escravo deixa de ser instrumento de produção pertencente a seu empregador. A relação entre mestre e oficial desaparece...<sup>4</sup>

Além disto, o capitalista controla atentamente o grau de qualidade e intensidade do trabalho. O prolongamento da jornada de trabalho é a única forma de exploração de mais-valia nesse momento, dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, não se efetua, *a priori*, mudança essencial no modo real do processo de trabalho.

Ao contrário, na subordinação real do trabalho ao capital, que se desenvolve no curso da produção capitalista, ocorre uma verdadeira revolução, inclusive do ponto de vista tecnológico. Surge, então, um modo de produção especificamente capitalista em que o significado histórico da produção capitalista aparece, pela primeira vez, em toda sua singularidade, "(...) precisamente por força da transformação do processo imediato de produção e do desenvolvimento das forças produtivas sociais".<sup>5</sup> A produção de mais-valia relativa é a expressão mate-

<sup>3</sup> MARX, p. 57.

<sup>4</sup> MARX, p. 51.

<sup>5</sup> MARX, p. 56.



rial da subordinação real do trabalho ao capital.

Nas duas modalidades de subordinação do trabalho ao capital, note-se que Marx enfatiza a separação do trabalhador de suas condições de vida, ou seja, sua proletarização total.

Em outra passagem, Marx<sup>6</sup> discute a especificidade da forma clássica de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, qual seja, aquela em que coexistem três personagens distintos no processo: o proprietário fundiário, que aufera a renda fundiária, o capitalista, que aufera o lucro, e o operário, que aufera salário. A possibilidade de a agricultura produzir um lucro suplementar que se converta em renda fundiária é o ponto mais discutido por Marx no que diz respeito à operação do capital na agricultura. Não há referências, nessa parte em que Marx trata especialmente da agricultura, ao campesinato, senão quando analisa a gênese da renda fundiária capitalista e o surgimento do arrendatário capitalista a partir de uma diferenciação econômico-social ocorrida no campesinato.

Interpretações polêmicas dessas análises de Marx, tanto de marxistas como de não-marxistas, surgiram em diversas épocas e países, quando observado o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em comparação a outros ramos da produção.

De fato, dentro da quase totalidade dos setores da atividade econômica, o desenvolvimento do capitalismo se traduziu numa concentração crescente dos meios de produção e num crescimento do número dos assalariados em relação aos não-assalariados.<sup>7</sup>

<sup>6</sup>MARX, Karl. O capital. 1.III, v. VI, Parte sexta.

<sup>7</sup>CAVAILHES, Jean. L'analyse léniniste de la décomposition de la paysannerie et son actualité. Critiques de L'Economie Politique, Paris (23):110-42, jan./mars.1976.

No entanto, a concentração dos meios de produção e a centralização do capital praticamente não ocorreram na agricultura. Não só persiste um número significativo de pequenos produtores como, em algumas regiões, esse número chega a aumentar em conjunturas específicas, ou seja, não houve na agricultura uma tendência inequívoca à proletarianização total dos camponeses, que continuavam na posse ou propriedade de seus meios de produção e de trabalho.

Esse aparente paradoxo com a teoria marxista encetou dúvidas quanto à aplicabilidade das leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. As controvérsias mais conhecidas na Europa do século XIX foram as travadas entre Karl Kaustky e alguns teóricos e militantes da Social Democracia Alemã<sup>8</sup> e entre V. Lenin e os populistas russos<sup>9</sup>. De um lado, parcela da Social Democracia alemã, criticava a tese marxista da proletarianização do campesinato e argumentava que a persistência deste segmento se devia à superioridade técnica da pequena sobre a grande exploração. De outro lado, os populistas analisavam a comunidade camponesa russa como forma superior de trabalho, algo como um socialismo primitivo que impedia a penetração do capitalismo no campo e que se constituiria num caminho particular para a passagem da Rússia para o modo de produção socialista.

Tanto Kautsky quanto Lenin combateram essas concepções, demonstrando que o capitalismo já penetrara na agricultura, revolucionando as antigas relações sociais de produção e criando

<sup>8</sup>KAUSTKY, Karl. A questão agrária. 3. ed. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

<sup>9</sup>LENIN, Vladimir. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia; o processo de formação interno para a grande indústria. São Paulo, Abril Cultural, 1982. 402p. (Coleção Os Economistas)

novas, mesmo onde, aparentemente alheio a essa revolução, persistia um numeroso campesinato. Trabalharam com dois conceitos semelhantes — o de proletarização do camponês e de desintegração do campesinato — para mostrar como o capitalismo transforma o campesinato para subordiná-lo ou, no limite, expropriá-lo da terra.

### 1.1. O CAPITALISMO NA AGRICULTURA, SEGUNDO KARL KAUSTKY<sup>10</sup>

Na tentativa de pesquisar "*(....) se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas*",<sup>11</sup> Kaustky demonstra como o campesinato, como classe social pré-capitalista, transforma-se radicalmente com o desenvolvimento do capital na indústria, mesmo antes de apoderar-se diretamente da agricultura.

A transformação dos produtos da terra em mercadoria e o estabelecimento completo da propriedade privada do solo são dois fatos fundamentais no processo histórico que abre caminho para a agricultura capitalista.

Esta, a um certo grau de evolução, substitui a produção simples de mercadorias, transformando a agricultura em ramo de aplicação de capital, onde a única especificidade, em relação aos demais, é a existência permanente de um lucro extraordinário que se converte em renda fundiária, pago pelo capitalista-

<sup>10</sup> KAUSTKY.

<sup>11</sup> KAUSTKY, p. 28.

-arrendatário ao proprietário territorial ou deste ao banco, (no caso de hipoteca da terra explorada diretamente pelo proprietário).

O campesinato, por sua vez, passa por um processo de expropriação, quando do surgimento da agricultura capitalista:

A certo grau de evolução, a produção capitalista de mercadorias substitui a produção simples. Por outras palavras: o trabalhador deixa de ser proprietário de seus meios de produção. O capitalista se opõe ao trabalhador — que perdeu toda propriedade — na qualidade de proprietário dos meios de produção. O produtor não pode mais trabalhar diretamente para o consumidor. Precisa mourejar para o patrão capitalista a quem vende sua força de trabalho. Torna-se um trabalhador assalariado.<sup>12</sup>

No entanto, Kaustky percebe nitidamente que as tendências do desenvolvimento do capitalismo na agricultura não levam ao desaparecimento linear da pequena produção. Esta não só persistiu como até aumentou quantitativamente em algumas regiões da Europa e dos E.U.A., à época estudada pelo autor.

Refutando qualquer explicação de que a pequena produção estaria persistindo pela sua superioridade técnica ou pelo seu caráter social e politicamente mais aceitável, já que evitaria a proletarianização massiva no campo, Kaustky, em primeiro lugar, mostra a superioridade técnica da grande exploração, e o excesso de trabalho familiar versus insuficiência de consumo que caracterizam a pequena produção, viabilizando-a economicamente: "*(....) a propriedade, que estimula o camponês a um esforço mais intenso que o do assalariado não proprietário, leva-o também a*

<sup>12</sup>KAUSTKY, p. 80.

*reduzir suas pretensões ao mínimo*".<sup>13</sup> Esse esforço mais intenso chega ao limite de obrigar o camponês a buscar um trabalho acessório — completamente distinto do artesanato do camponês feudal — para subsistir.

Em segundo lugar, Kaustky aponta, comparando a agricultura com a indústria, como pequenas explorações podem persistir, embora empobrecidas, devido a objetivos políticos: o Estado freqüentemente possibilita sua preservação, "*transformadas numa inutilidade econômica, uma existência mais ou menos parasitária às custas da sociedade*".<sup>14</sup>

Outros fatores que possibilitam a reprodução do campesinato derivam das próprias características da agricultura capitalista. Algumas dessas características inviabilizam, num limite, a centralização do capital pela concentração da terra e criação de grandes explorações contíguas, até do ponto de vista econômico (maiores distâncias = maiores custos).

A falta de braços é outro entrave para a proliferação de grandes explorações, e favoreceu, na Europa, o assalariamento de camponeses proprietários e de trabalhadores assalariados com ganhos em espécie e com uma área de terra para seus cultivos próprios. Essas modalidades de assalariamento eram, também, formas de retenção da mão-de-obra.

A partir dessas análises, Kaustky constata que a tendência à proletarianização dos camponeses prossegue, com a propagação de todos os tipos de trabalho assalariado entre eles, trabalhos de enorme importância para a sua sobrevivência: "*o cam-*

<sup>13</sup> KAUSTKY, p. 129.

<sup>14</sup> KAUSTKY, p. 162.

ponês conserva seu aspecto exterior mas exercendo inteiramente as funções de proletário".<sup>15</sup>

Com o surgimento de fábricas rurais, inseridas ou não em cooperativas, aumenta o empobrecimento e a perda de autonomia do campesinato, que

(....) deixa de ser o senhor de sua exploração agrícola. Esta se torna um apêndice da exploração industrial por cujas conveniências deve orientar-se. Ele se torna um operário parcial da fábrica. Frequentemente, também, cai sob a dependência técnica da exploração industrial, na medida em que esta lhe fornece forragem e esterco.<sup>16</sup>

Esta subordinação técnica e econômica à exploração industrial pode ser a forma de proletarianização do camponês quando ele não é expropriado diretamente:

Nos lugares em que não leva à regressão da pequena exploração, a industrialização da agricultura aperta os laços que atam o pequeno lavrador à fábrica, compradora única dos seus produtos. Ele se torna então, de modo completo, um servo para o capital industrial, cujas exigências condicionam a sua atividade.<sup>17</sup>

Numa situação de crise agrícola, como a que vinha caracterizando a Europa, uma alavanca tradicional da expropriação do camponês — o endividamento — perde sua atratividade para o capital usurário, já que passa a ser mais lucrativo fazer o camponês trabalhar para si e "arrancar-lhe, com exceção do estritamente necessário, todo o produto do seu labor".

<sup>15</sup>KAUSTKY, p. 211.

<sup>16</sup>KAUSTKY, p. 290.

<sup>17</sup>KAUSTKY, p. 304.

<sup>18</sup>KAUSTKY, p. 321.

Kaustky conclui que todos os aspectos particulares da agricultura sob o domínio do capital demonstram que não é inequívoca a tendência à expropriação do camponês, mas certamente é inevitável sua transformação em proletário, mesmo se conserva a propriedade ou posse da terra.

## 1.2. LENIN E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA<sup>19</sup>

Dentro de uma obra mais ampla, destaca-se, para o debate sobre a agricultura capitalista, a análise que Lenin faz da desintegração do campesinato.

Suas conclusões o levam a afirmar que o campesinato russo se encontrava já inserido na economia mercantil: "(....) o camponês está inteiramente subordinado ao mercado: depende dele tanto para seu consumo pessoal, como para sua atividade, sem falar dos impostos".<sup>20</sup>

No seu interior, o campesinato mostrava, através das suas relações econômicas e sociais, a existência de todas as condições próprias de qualquer economia mercantil: "(....) a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas".<sup>21</sup>

<sup>19</sup>LENIN, V. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia...

<sup>20</sup>LENIN, p. 113.

<sup>21</sup>LENIN, p. 113.

Segundo Lenin, estava se processando, portanto, a desintegração do campesinato russo. "O antigo campesinato russo não apenas se diferenciou: "(...)ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista"<sup>22</sup>

Esses novos tipos são a burguesia rural e o proletariado rural — a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados.

O campesinato rico ou burguesia rural tem como traço específico associar empresas industriais e comerciais à agricultura comercial. Na maioria dos casos, constituem explorações acima das possibilidades de trabalho da família e, portanto, a formação de um contingente de operários agrícolas e de diaristas é condição indispensável para a sua existência. Investem o dinheiro disponível, obtido sob a forma de renda, nas operações comerciais e usurárias, para comprar mais terras e melhorar seus estabelecimentos. Embora numericamente insignificante, esse segmento exerce uma dominância absoluta no campo.

Outro novo tipo de população rural é o proletariado rural, "(...)a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário"<sup>23</sup> Cerca da metade dos estabelecimentos camponeses pertencia, à época do estudo, ao proletariado rural. Lenin ressalta que não há incompatibilidade entre a teoria segundo a qual o capitalismo necessita de operários livres e sem terra e a realidade concreta de todos países capitalistas, em

<sup>22</sup> LENIN, p. 114.

<sup>23</sup> LENIN, p. 116.



que é usual a existência de operários dotados de um pedaço de terra:

Isso (essa teoria) é perfeitamente verdadeiro enquanto tendência básica, mas o capitalismo penetra na agricultura de maneira particularmente lenta e toma formas muito variadas. Aos proprietários rurais muito amiúde interessa que terras sejam distribuídas aos operários agrícolas... Aos proprietários interessa entregar-lhes um pedaço de terra que descontam de seus salários.<sup>24</sup>

Todo o contingente de camponeses pobres que vendiam sua força de trabalho nas explorações agrícolas ou nas indústrias, ocupava, portanto, *"um lugar perfeitamente determinado no conjunto do sistema de produção capitalista — o lugar de operários assalariados, agrícolas e industriais"*<sup>25</sup>

O elo intermediário entre esses dois novos tipos de camponeses era o campesinato médio que, sob a economia mercantil, era o grupo menos desenvolvido, sempre oscilante entre o grupo superior e o inferior, mas empurrado para o segundo grupo, pela tendência da evolução social.

O processo de desintegração do campesinato criava, segundo o autor, um mercado interno para o capitalismo, tanto na forma de bens de consumo como de meios de produção.

Era um processo que avançava rapidamente na Rússia, à época, embora ainda existissem alguns freios à sua continuidade, como por exemplo, a existência de remanescentes do regime da corvêia e o poder ainda expressivo de antigos proprietários rurais e usurários. De qualquer forma, essa desintegração já

<sup>24</sup>LENIN, p. 116-117.

<sup>25</sup>LENIN, p. 117.

era um fato consumado e havia dividido o campesinato em grupos diametralmente opostos.

### 1.3. O DEBATE NO BRASIL

#### 1.3.1. Feudalismo versus capitalismo na agricultura brasileira.\*

Se as marcantes contribuições de Kaustky e Lenin introduziram uma nova ótica para se analisar a questão do campesinato e das relações de produção em que o trabalhador tem acesso a uma parcela dos seus meios de subsistência, não foram, no entanto, mais que dois momentos de um debate que ainda se alonga na Europa\*\* e em outros países.

Muitas vezes baseado em partes da obra de Marx, de Lenin e de Kaustky,\*\* o debate do Brasil iniciou-se de forma mais sistemática com as formulações da chamada *tese do feudalismo brasileiro*. Essa tese, embora constituída por contribuições

\* Uma revisão exaustiva dessas duas teses foi realizada por PALMEIRA, Moacir. Latifundium et capitalisme. Outra discussão interessante sobre o assunto está em MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Petrópolis, Vozes, 1984.

\*\*Para análise dos desdobramentos do debate na Europa, ver, especialmente, CHAYANOV, Alexander V. The Theory of peasant economy. Illinois, Irwin, The American Economic Association, 1966; TEPICHT, Jersy. Le marxisme et agriculture: le paysan polonais. Paris, Armand Colin, 1969; REY, Pierre Philippe. Les alliances de classes. Paris, Maspero, 1973; FAURE, Claude. Agriculture et capitalisme. Paris, Anthropos, 1978; AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

\*\*\*KAUSTKY, na sua A questão agrária fala de sobrevivências feudais quando analisa parcela da mao-de-obra com remuneração em espécie ou com acesso à área de plantio, embora não generalize esta observação para

diferentes de vários autores,\* tinha em comum a análise de que, no Brasil, coexistiam dois modos de produção diferentes — o capitalista, predominante na indústria, no meio urbano e em raras regiões agrícolas do Centro-Sul do país — e o feudalismo ou seus restos e vestígios — predominante na maior parte do meio rural brasileiro.

Segundo estas formulações, a agricultura feudal ou semi-feudal tinha por base o latifúndio, onde os laços de coerção econômica e extra-econômica sobre os trabalhadores eram mais relevantes que as relações puramente contratuais. A parceria e o arrendamento, por exemplo, duas das formas de trabalho mais difundidas no meio rural brasileiro, seriam características de regimes servis: os camponeses, para deter a posse da terra, sofriam todo tipo de coerção extra-econômica que resultava no pagamento, ao proprietário da terra, de uma renda em trabalho, em produto ou em dinheiro, mecanismos pré-capitalistas de extração de sobretrabalho dos produtores diretos. Além disto, os camponeses estavam sujeitos a outras formas não-capitalistas de exploração, como o cambão e o barracão.

Esses vestígios feudais seriam um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas no campo e à generalização de relações sociais superiores, capitalistas, como o salariedade pu-

toda mão-de-obra com este tipo de relação de trabalho. Lenin, de uma forma especialmente incisiva, fala em relações de trabalho semif feudais ao analisar um tipo de parceria desenvolvida com ex-escravos nos Estados Unidos da América. Cf. KAUSTKY, Karl. A questão agrária. e LENIN, V. O desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos da América.

\*Como defensores da tese feudal ou de suas derivantes, destacam-se GUIMARÃES, Alberto P. Quatro séculos de latifúndio; VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972; SODRÉ, Nelson. Formação histórica do Brasil. São Paulo, Civilização Brasileira, 1962.

ro, além de impedir a formação de uma pequena e grande burguesias rurais. O feudalismo na agricultura, por outro lado, constituiria um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro (ausência de mercado para a indústria, retenção de mão-de-obra no campo, etc.).

Paralelamente à tese feudal, surge uma corrente diametralmente distinta que ficou conhecida como a *tese do capitalismo brasileiro*.<sup>\*</sup> A afirmação de que o Brasil jamais conheceu qualquer outro modo de produção além do capitalismo, é básica nesta teoria: a importância da grande empresa agropecuária na colônia e seu papel na expansão do capital comercial europeu seriam indícios seguros de que a colonização do Brasil se fez pelo e para o capital.

No que diz respeito às relações de produção, haveria uma tendência inequívoca, na agricultura brasileira, à generalização do salariato. Sem negar a existência de formas de coação extra-econômica, os defensores da tese capitalista pensam que elas se tornam cada vez mais raras e não são suficientes para negar a natureza capitalista das relações de produção. Analisando o que consideram essencial — a propriedade ou não dos meios de produção — vê-se que o número de assalariados é bem mais importante, além do que é ampliado, em certas épocas do ano, com o trabalho assalariado de pequenos proprietários em processo de proletarização. A existência de pagamentos em espécie e a concessão de terra a trabalhadores para cultivos próprios não representariam resquícios pré-capitalistas exis-

<sup>\*</sup>No âmbito desta tese, o autor clássico é, sem dúvida, Caio Prado Jr., que expõe suas idéias em toda sua obra. Destaca-se, no entanto, por polemizar diretamente com a tese feudal, o livro A revolução brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1966.

tentes na grande propriedade. A parceria, por exemplo, não passaria de uma relação de emprego, de compra e venda de força de trabalho, onde a remuneração é *in natura*, o que se deve à baixa disponibilidade monetária de nossa sociedade.<sup>26</sup> Seria um salariato disfarçado. O arrendamento, por outro lado, é visto como uma forma típica de desenvolvimento do capitalismo no campo. As outras formas de exploração citadas pela tese feudal — como o cambão e o barracão — são consideradas como resquícios da escravidão, que afetam para pior as condições de vida dos trabalhadores rurais mas de maneira nenhuma entravam a expansão do capital na agricultura.<sup>27</sup>

Por fim, se a existência de um campesinato ligado por servidão ao latifúndio é o âmago da estrutura agrária brasileira na tese feudal, para a tese do capitalismo o campesinato é um setor residual que não mantém relações diretas com a grande propriedade. Portanto, o grande antagonismo de classe da agricultura brasileira não seria entre o latifundiário e o camponês, mas entre o empresário agrícola e o trabalhador-empregado, assalariado ou associado a ele.<sup>28</sup>

### 1.3.2. Tendências mais recentes: a superação das teses polares

Os estudos mais recentes sobre a agricultura no Brasil caracterizam-se por rejeitar as teses polares (feudalismo ver-

<sup>26</sup> PRADO JR., Caio. A revolução brasileira.

<sup>27</sup> PRADO JR., Caio. A revolução brasileira.

<sup>28</sup> PRADO JR., Caio. A revolução brasileira.

sus capitalismo) e buscar explicações mais adequadas à análise da complexidade do caso brasileiro.

Apontando para as singularidades da organização da produção agrícola no Brasil colonial, determinante para se entender a forma como se desenvolveu a agricultura após esse período, surgem alguns estudos cujo traço unificador entre suas diferentes formulações é a idéia da combinação de modos de produção no Brasil. Neste tipo de análise, reconhece-se a articulação subordinada de modos de produção específicos — o sistema de *plantation*,<sup>29</sup> o campesinato<sup>30</sup> e modos ou formas de produção periféricos, complementares ou dependentes<sup>31</sup> — ao modo de produção capitalista.

Dentro desse grupo de estudos, cita-se o trabalho de Cheiwa Spindel por analisar a natureza da força de trabalho utilizada na economia cafeeira paulista — o colonato — a partir da ótica da combinação de modos de produção complementares, periféricos e dependentes — denominados pela autora de *formas de produção* — com o modo de produção dominante, o capitalista.

A autora parte do pressuposto de que "no evoluir da expansão do modo de produção capitalista, o capital se defronta com formas de organização da produção que 'não se efetivam sob as estritas condições da extração da mais-valia'".<sup>32</sup> Embora o capital, como tendência, as englobe ao seu núcleo central, is-

<sup>29</sup> PALMEIRA, Moacir. Latifundium et capitalisme en Brésil.

<sup>30</sup> GARCIA JR., Afrânio R. Terra de trabalho; trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, 1975. Mimeografado.

<sup>31</sup> SPINDEL, Cheiwa. Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira.

<sup>32</sup> SPINDEL, p. 23

to não significa sempre e/ou imediatamente sua destruição: "*algumas são destruídas, mas outras são mantidas e novas são criadas e recriadas*".<sup>33</sup>

É justamente através desses mecanismos que se realiza a produção de força de trabalho nos países de industrialização tardia, ou seja, pela incorporação de formas de organização estruturadas em moldes não-capitalistas.

Por outro lado, a recriação de formas simples de produção de mercadorias, como a que se estrutura a partir da adoção do colonato nas fazendas de café paulistas, é fundamental para viabilizar a reprodução deste tipo de força de trabalho que substitui o trabalho escravo na economia cafeeira. Recuperando a análise marxista dos componentes do valor da força de trabalho — a subsistência do trabalhador; a manutenção em tempos de desemprego, a reposição generacional — Cheiwa Spindel afirma que os países capitalistas em desenvolvimento só re põem o primeiro, ou seja, a subsistência imediata. Para assegurar os demais componentes da reprodução da força de trabalho, sem encarecer o seu custo monetário, são mantidos espaços onde o trabalhador, inserido em formas de organização social do trabalho não-capitalistas, possa suprir as demais necessidades de sua sobrevivência e da criação e sobrevivência de novos trabalhadores.

Tem-se assim, segundo a autora, todo um segmento da sociedade rural brasileira inserido em um modo de produção dominante, o capitalista, como trabalhador assalariado para o café, e em formas de produção não-capitalistas como produtor fa-

<sup>33</sup> SPINDEL, p. 23.

miliar de mercadorias realizando um trabalho extremamente útil à realização da mais-valia no setor capitalista.

Outra contribuição teórica expressiva para o debate sobre a agricultura brasileira é a de Francisco de Oliveira, no seu trabalho sobre a economia brasileira pós 1930,<sup>34</sup> em que realiza uma vigorosa crítica às teses dualistas.

A análise da agricultura, nesse trabalho, é feita como parte da discussão sobre as condições para a expansão capitalista no Brasil, no período de transição do modelo agrário-exportador para a acumulação de base urbano-industrial.

Entre essas condições — a mudança na regulamentação dos fatores no conjunto da economia, os mecanismos internos que possibilitaram a formação do setor industrial, inclusive a estruturação do setor de serviços urbanos — a agricultura "primitiva" desempenha, segundo essa interpretação, um papel fundamental. Ao se expandir horizontalmente, com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia, a agricultura opera como um tipo de "acumulação primitiva".<sup>35</sup> O conceito, tomado de Marx, é redefinido pelo autor para significar não apenas a expropriação da propriedade do camponato, mas a expropriação do excedente gerado pelos posseiros e trabalhadores rurais que têm acesso a terras que não são suas. Além disto, nessa versão do conceito, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo mas, sob certas condições específicas, principalmente quando este capitalismo "cresce por elaboração de periferias",<sup>36</sup> pode ser um pro-

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense, 1975.

<sup>35</sup> OLIVEIRA, p. 16.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, p. 16.



cesso estrutural.

Assim, uma agricultura *primitiva* — que nada tem a ver com a oposição dualista entre setores *atrasado* e *moderno* — cumpriu um importante papel para viabilizar a expansão industrial no Brasil. Em primeiro lugar, fornecendo maciços contingentes populacionais para as cidades, ao permitir a manutenção da estrutura da propriedade concentrada e ao expropriar ou expulsar da terra o campesinato. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios, cujo preço era determinado pelo custo rebaixado da força de trabalho rural, possibilitou a combinação deste elemento com o próprio volume da oferta de trabalho urbano, para rebaixar o preço desta.

É justamente essa a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o agrícola: se a expansão industrial pós 30 exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, isso foi compensado, até certo ponto, pelo fato de que permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão *primitivo*, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho. Além disto, deixou-se intacta a propriedade da terra, ao mesmo tempo que o proletariado rural que se formou não ganhou o estatuto do proletariado urbano, tanto a nível da legislação trabalhista quanto a nível da previdência social. Enfim, o modelo que se constituiu viabiliza tanto a espoliação quanto a máxima exploração da força de trabalho rural, condição para tornar possível uma alta taxa de exploração do operariado urbano.

Também tendo como ponto de partida a análise da dinâmica da acumulação capitalista no Brasil, a obra de José de Souza Martins é de extrema relevância neste processo de discussão.

Sem utilizar a noção de combinação de modos de produção diferentes, Martins analisa a expansão da fronteira agrícola no Brasil<sup>37</sup> a partir dos conceitos de *frente pioneira* e *frente de expansão*, que pretendem dar conta de dois tipos distintos de apropriação da terra e organização da produção.

A frente pioneira se expande pela incorporação de novas regiões pela economia de mercado. É, na verdade, a fronteira econômica da sociedade.

No entanto, a fronteira econômica não coincide necessariamente com a fronteira demográfica, estando geralmente aquela aquém desta. A economia desta faixa é, geralmente, "uma economia do excedente, onde seus participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades".<sup>38</sup>

É essa faixa que se pode conceituar como *frente de expansão*, porque se instaura em decorrência de um "estado de insuficiência econômica que se dá nos limites da fronteira econômica (incremento demográfico sem correspondente expansão dos meios de ganhar a vida)".<sup>39</sup> Assim sendo, a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> MARTINS, José de S. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: — Capitalismo e tradicionalismo; estudos sobre as contradições da sociedade agrária brasileira. São Paulo, Pioneira, 1975.

<sup>38</sup> MARTINS, p. 45.

<sup>39</sup> MARTINS, p. 45.

<sup>40</sup> MARTINS, p. 46.

A frente de expansão se caracteriza pelo

(....) uso privado de terras devolutas em que estas não assumem a equivalência de mercadoria... O caráter de excedente do produto da frente de expansão se combina com esta forma peculiar de posse da terra em decorrência da satelitização das relações de troca, isto é, da presença do colonialismo como elemento de estruturação dessas relações.<sup>41</sup>

O excedente, neste caso, é o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho: o empreendimento capitalista se situa fora dos componentes da estrutura social da frente de expansão.

A frente pioneira surge como resultado da necessidade de reprodução da sociedade capitalista. Passa-se, então, da produção do excedente para a produção da mercadoria. Instaura-se a propriedade privada da terra, impondo-se a renda da terra como elemento mediador entre o homem e a sociedade: a terra passa a ser equivalente a capital.

Aí se situaria, segundo o autor, um dos focos de tensões constitutivas da frente pioneira: a frente pioneira formula seu antagonismo com a frente de expansão em torno do fator terra, sobretudo no que diz respeito à diferente valoração do mesmo, principalmente na forma de obtenção da propriedade: compra versus ocupação.

A propriedade da terra, transformada em renda capitalizada, gera outro foco de tensões na frente pioneira — *tensões de classe*. Os proprietários procuram assegurar a rentabilidade

<sup>41</sup> MARTINS, p. 46.

da terra transferindo os rendimentos negativos do empreendimento aos que nela trabalham (colonos, arrendatários e assalariados).

Martins afirma, no entanto, que não se deve considerar o conflito característico de frentes pioneiras como resultado do antagonismo capitalismo/pré-capitalismo, por serem as relações de produção instauradas não tipicamente capitalistas. Na verdade, apesar de *pré-capitalistas* num sentido, essas relações são possíveis e necessárias à acumulação do capital: "o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração de relações sociais típicas, formuladas em termos de compra e venda de força de trabalho por dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra"<sup>42</sup>

De certa forma complementares a essa análise, Martins introduz em outro texto mais recente<sup>43</sup> os conceitos de *terra de trabalho* e *terra de negócio*.

Analizando a expropriação da pequena produção pelas grandes empresas agrícolas capitalistas no Brasil, durante a década de 70, e, de forma indireta, pelo grande capital que a inviabiliza economicamente, Martins vincula esses processos às necessidades de reprodução do capital. No entanto, assinala que esses mesmos processos exprimem a reprodução das contradições inerentes ao próprio capitalismo, o que explica o crescimento das tensões sociais no país nestes últimos anos.

Essas tensões ocorrem entre diferentes regimes de pro-

<sup>42</sup> MARTINS, p. 49-50.

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil.

priedade: de um lado, o regime da propriedade familiar, da propriedade comunal dos indígenas e da posse familiar; de outro lado, a propriedade capitalista, que é *"a que leva o conflito aos lavradores e trabalhadores rurais"*.<sup>44</sup>

A propriedade familiar, a propriedade comunal ou a posse não são mecanismos de exploração do trabalho de outrem. Representam a propriedade ou posse direta dos meios de produção por parte de quem trabalha: são, portanto, propriedade do trabalhador. Deste modo, *"seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital"*.<sup>45</sup> A terra, neste caso, é terra de trabalho, terra que possibilita ao lavrador e a sua família os ganhos do seu trabalho e não ganhos de capital, porque *"não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalho expropriado dos instrumentos de trabalho"*.<sup>46</sup>

A propriedade capitalista baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho. É um tipo de propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho.

Quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, é que as condições de existência do lavrador e de sua família começam a ser reguladas pelo capital, embora de uma forma pouco

<sup>44</sup>MARTINS, p. 58.

<sup>45</sup>MARTINS, p. 59.

<sup>46</sup>MARTINS, p. 59.

clara, já que o lavrador pode se manter como proprietário da terra. De fato, no entanto, ele nada mais será do que "*um assalariado do capital*".<sup>47</sup>

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio: ou a terra serve para ser vendida a alto preço ou serve para auferir lucro, através da exploração do trabalho. É o monopólio de classe sobre a terra que "*assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra*":<sup>48</sup> a renda fundiária, paga por aluguel ou compra a quem tem a propriedade da terra.

No Brasil, os conflitos de terra têm esta característica, segundo o autor: é a luta contra a propriedade capitalista da terra, engendrada pela própria maneira de expansão do capital aqui. Este conflito entre a terra de trabalho e a terra de negócio unifica as lutas dos lavradores no país: é a propriedade camponesa, comunitária ou a posse como regimes de propriedade anticapitalistas.

Além dessas concepções mais atinentes à questão das formas de apropriação da terra, Martins desenvolveu, também, uma interessante discussão sobre as relações de trabalho que substituem a escravidão na economia cafeeira paulista.<sup>49</sup>

Martins parte de formulações da teoria marxista em que se afirma que a força de trabalho no capitalismo só pode funcionar produtivamente quando se põe em contato com os meios de produção ao ser vendida, ou seja, antes não pode estar empre-

<sup>47</sup> MARTINS, p. 59.

<sup>48</sup> MARTINS, p. 60.

<sup>49</sup> MARTINS, José de S. O cativo da terra.

gada nem diretamente na produção de valores de uso destinados ao seu possuidor, nem na produção de mercadorias de cuja venda este possa viver. Portanto, o salário monetário deverá ser a única fonte de remuneração do trabalho necessário, ou seja, da reprodução da força de trabalho. Assim, fica encoberta a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente, mascarando-se a relação de exploração entre capital e trabalho:

Se o trabalhador produz diretamente ao menos uma parte dos seus meios de vida, destrói o caráter salarial de sua remuneração porque entrega ao capitalista diretamente, em forma material diversa, o seu trabalho excedente. Nesse caso o trabalhador pode ser livre mas não formalmente igual, o que impede a classificação dessa relação como capitalista.<sup>50</sup>

Após definidos esses pressupostos teóricos, Martins assinala que as relações de trabalho que se encontram no Brasil e que não se constituem no salariedade puro como, por exemplo, a parceria, o colonato, alguns tipos de arrendamento, não são formas correspondentes a relações sociais de produção capitalistas nem feudais, mas correspondem a relações sociais de produção não-capitalistas.

O que caracteriza essas relações sociais de produção como não-capitalistas é o fato de que esses trabalhadores produzem parte de seus próprios meios de vida como base no trabalho familiar. Não há, portanto, nessas relações, a prévia mercantilização de todos os fatores ali envolvidos, ou seja, o trabalhador não depende do mercado para adquirir seus meios de vida, mas detém a posse da terra e a possibilidade de prover

<sup>50</sup> MARTINS, p.19 .

sua subsistência no interior da unidade familiar.

Não se trata de outro modo de produção. Sua hipótese é a de que "o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução".<sup>51</sup>

Assim, dá-se o que Martins denominou de produção capitalista de relações não-capitalistas de produção, que "expressa não apenas a forma de reprodução ampliada do capital mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo".<sup>52</sup> Ao criar relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas, o capital gera, ao mesmo tempo, "as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos".<sup>53</sup>

Isto não significa que é vedada à agricultura a produção, pelo capital, de relações sociais capitalistas. No entanto, o processo do capital ocasiona ritmos diferentes de transformações históricas. A primeira etapa de sua expansão é transformar toda produção em produção de mercadorias. Só aos poucos vai transformando a produção de mercadorias em produção capitalista. Portanto, a hipótese complementar do autor é de que "a produção capitalista de relações não-capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio".<sup>54</sup>

<sup>51</sup> MARTINS, p. 20.

<sup>52</sup> MARTINS, p. 25.

<sup>53</sup> MARTINS, p. 21.

<sup>54</sup> MARTINS, p. 21.



No caso do colonato, a relação capitalista se dava com o pagamento, pelo trabalhador, de uma espécie de renda em trabalho pelo direito de uso da terra para seus cultivos de subsistência, ou seja, tratar ou formar cafezais para o proprietário lhe dava acesso à terra. Não se tratava de uma renda pré-capitalista, mas de uma renda que imediatamente se materializava em capital constante — o cafezal da fazenda. Uma forma capitalista da renda, portanto uma renda capitalizada.

Por outro lado, a contradição da produção capitalista de relações capitalistas de produção não podia se resolver no interior da economia cafeeira que não absorvia capital senão limitadamente, já que a própria fazenda produzia a parcela básica de seu capital, a partir da transformação da renda em trabalho. A oposição entre práticas capitalistas e relações de produção não-capitalistas se resolveria, segundo o autor, "*na reprodução capitalista do capital, fora do café, na indústria*",<sup>55</sup> baseada no trabalho assalariado. Assim, o café produzia a sujeição das relações não-capitalistas do colonato às relações do modo especificamente capitalista de produção da grande indústria.

Uma contribuição que também inova no debate sobre a agricultura brasileira, é o estudo de caso realizado por José Vicente Tavares dos Santos,<sup>56</sup> em que analisa um núcleo camponês colonial do Rio Grande do Sul, hoje um bairro rural vinícola. Seu propósito é reconstituir os processos sociais que configuram a existência do camponês na sociedade capitalista.

<sup>55</sup> MARTINS, p. 93.

<sup>56</sup> SANTOS, José Vicente T. Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978.

Para isto, privilegia, como ponto de partida teórico, o conceito de processo de trabalho, para chegar, ao fim da análise, ao conceito de processo de trabalho camponês. Sua perspectiva não é a de considerar o campesinato como classe social; destaca, portanto, a noção teórica de combinação de modos de produção.

O processo de trabalho camponês é caracterizado, pelo autor, como *"um processo de trabalho não especificamente capitalista reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista: o camponês do Brasil meridional é um personagem não especificamente capitalista, determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente"*<sup>57</sup>

A subordinação do trabalho camponês ao capital se realiza no exterior do processo de trabalho especificamente capitalista, mas dentro da formação capitalista. É um caso de subordinação formal do trabalho ao capital, segundo o autor, que modifica o conceito de Marx para adaptá-lo à situação histórica concreta que está analisando: a especificidade do caso estudado está no fato de que, o camponês, aqui, não se defronta com seus meios de vida e de produção mas ainda os possui, ao contrário da formulação marxista.

Partindo dessa concepção, sua análise procura demonstrar que o capital subordina o processo de trabalho tal como ele existe: o camponês preserva a propriedade da terra e dos outros meios de produção, continua sendo um trabalhador familiar, com baixo nível de mecanização da produção.

No entanto, o modo de produção capitalista imprime uma

<sup>57</sup> SANTOS, p. 23.

determinação fundamental ao processo de trabalho camponês ao converter a terra em equivalente de mercadoria. Desta forma, os camponeses do núcleo estudado estão, desde a sua origem, já na compra da terra determinados pela produção de mercadorias.

Além disso, o capital industrial — no caso, a indústria vinícola — controla parcialmente o próprio processo de trabalho, através de cláusulas dos contratos de produção que realiza com os camponeses e por induzir ao aumento na continuidade e intensidade do trabalho camponês. O sobretrabalho camponês, nessas condições, é incorporado ao seu produto mercantil — a uva — apropriado pelas empresas compradoras no processo de circulação.

Apesar dessa subordinação, o processo de trabalho camponês apresenta uma racionalidade específica que se exprime também num projeto camponês de vida, na tentativa de responder às condições objetivas de sua existência.

Por fim, cabe discutir o texto de Maria Nazareth B. Wanderley sobre o campesinato no Brasil.<sup>58</sup>

A autora reconhece, primeiramente, que *"sendo o capital uma relação social, que se estabelece entre proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho, sua realização histórica supõe a separação do produtor direto de suas condições objetivas de trabalho"*.<sup>59</sup>

Esse pressuposto, inegável, do capital, não significa que sua tendência histórica seja proletarizar a totalidade da força de trabalho. Nem por isso esta força de trabalho não-

<sup>58</sup> WANDERLEY, Maria Nazareth B. O camponês: um trabalhador para o capital. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Grupo de Estudos Agrários, 1979. 83p.

<sup>59</sup> WANDERLEY, p. 32.

-proletarizada pode ser entendida como algo pré ou não capitalista, como algo, enfim, alheio ao capital.

Partindo principalmente das análises de Kaustky e de Lenin sobre o campesinato, essa interpretação procura demonstrar que, sob a dominação do modo de produção capitalista, esse segmento social passa por uma radical transformação para ocupar, então, um espaço criado pelo próprio capital, em seu funcionamento no setor agrícola: o de um trabalhador para o capital, distinto do proletariado porque não-expropriado de suas condições objetivas de vida, mas expropriado do sobretrabalho realizado por ele e por sua família.

A reprodução desse campesinato depende das condições históricas do funcionamento do capital, o que tem a ver, de um lado, com a natureza e a intensidade das contradições econômicas inerentes a este funcionamento e com razões de ordem política.

No decorrer de sua análise, a autora mostra, preliminarmente, como o modo de produção capitalista, ao subordinar a agricultura, metamorfosea as diferentes formas de propriedade na forma econômica que lhe é correspondente, quaisquer que sejam suas formas jurídicas. Deste modo, sob o capitalismo, é proprietário da terra não quem detém o seu título jurídico mas quem se apropria da expressão econômica desta propriedade — a renda fundiária capitalista.

Partindo desse conceito de propriedade, distingue três principais situações históricas de dominação da agricultura pelo capital.

A primeira, relativa à fórmula trinitária das relações sociais na agricultura capitalista, descrita por Marx, onde um

arrendatário capitalista produz mercadorias através da exploração de trabalhadores assalariados e paga uma renda, ao proprietário territorial, pelo direito ao uso da terra. A apropriação da renda, sendo esta uma parcela da mais-valia acima do lucro médio, transforma o proprietário territorial, que passa a integrar a classe capitalista.

Segundo a autora, esse tipo de desenvolvimento é realizável, e de fato o foi na Inglaterra no período analisado por Marx, quando as relações entre as classes dominantes e a operação do capital na agricultura permitiam a remuneração das duas classes de não trabalhadores presentes, neste caso: a dos proprietários da terra e a dos arrendatários capitalistas.

Como existem dificuldades para a realização de um sobrelucro na agricultura, dadas pelos maiores riscos do investimento agrícola e pelas contradições entre a produção agrícola e os outros setores econômicos que se tornam progressivamente dominantes, esta modalidade *"pode tornar-se impossível ou constituir um obstáculo à própria dominação capitalista no conjunto da sociedade"*<sup>60</sup>

A segunda situação histórica de dominação do capital na agricultura é a que uma única classe dirige e organiza a produção e é proprietária da terra. Esta é uma situação considerada incomum e até inviável por Marx e Kaustky.

Uma variante dessa modalidade e que aparentemente reúne num só personagem o proprietário e o capitalista, é o sistema hipotecário descrito, especialmente, por Kaustky: o proprietário real da terra passa a ser o credor (o capitalista usurário

<sup>60</sup> WANDERLEY, p. 44.

ou banco) que se apropria da renda fundiária, transferida, neste caso, para fora do setor agrícola. O proprietário formal da terra passa a ser o proprietário do capital produtivo, que auferir o lucro gerado na produção. Recuperando Kaustky e Lenin, a autora enfatiza que, nesse tipo de situação, é muito comum empregar-se uma força de trabalho não proletarizada para suprir de braços a lavoura: a concessão de lotes aos trabalhadores é, aqui, não apenas uma possibilidade, mas uma necessidade da grande exploração agrícola, o que em nada afeta a classificação desses trabalhadores como operários agrícolas.

A terceira situação é a que, nas condições históricas de domínio da indústria sobre a agricultura, eliminam-se totalmente as barreiras para a transferência da mais-valia produzida no setor agrícola para os demais setores: trata-se da existência e reprodução constante de um campesinato que explora a terra sem auferir o lucro médio nem a renda, retendo, na sua unidade, apenas o necessário para a continuidade de sua reprodução. Esse camponês, submetido a diferentes formas de exploração pelo capital, transfere o valor gerado pelo seu sobretrabalho para fora da agricultura através do mercado capitalista, tanto na compra da terra quanto na venda de seus produtos, através, também, do pagamento do crédito e, finalmente, através da integração direta com a indústria, contribuindo de forma relevante para o processo social de acumulação do capital.

Tanto esse camponês que preserva a propriedade da terra quanto os camponeses que constituem a força de trabalho das grandes propriedades são, na verdade, trabalhadores não proletarizados para o capital. Analisando a realidade brasileira

a partir dessas considerações teóricas a autora mostra como a existência de um campesinato bastante numeroso no Brasil não significa que se está diante de uma agricultura pré-capitalista e não-capitalista, mas de uma forma peculiar de dominação do capital neste setor.

A percepção dos camponeses como trabalhadores para o capital, leva a autora a concluir que não há distinção rígida entre os interesses destes e dos trabalhadores rurais no Brasil. Embora haja diversidade de situações concretas, que se traduzem em estratégias de ação igualmente diversificadas, há um denominador comum que os une: a *reivindicação de acesso à propriedade da terra em condições de estabilidade e de suficiência e representa, em última instância, a reivindicação do controle dos frutos de seu trabalho*"<sup>61</sup>

### 1.3.3. Considerações sobre o debate no Brasil.

Como se evidenciou nessa parte do debate sobre a agricultura no Brasil, entre os estudos mais recentes tem predominado a concepção de que um único modo de produção é dominante na sociedade brasileira e que o reconhecimento de sua determinação básica deve ser o ponto de partida para a análise da organização da produção agrícola e das relações sociais existentes no meio rural brasileiro.

Esses estudos têm como prisma unificador a percepção de que, mesmo sem transformar todas as explorações agrícolas em

<sup>61</sup> WANDERLEY, p. 78.

explorações capitalistas, a agricultura no Brasil contribui decisivamente para o processo de acumulação geral no país.

Por outro lado, também coincidem no fato de não minimizarem a importância do campesinato, posseiro ou proprietário da terra, nem a existência de uma força de trabalho camponesa no interior das grandes fazendas. Ao contrário, procuram analisá-los sob a ótica da expansão capitalista no Brasil: seja para afirmar que o capital tem seu motor, seu processo estrutural de acumulação primitiva, numa agricultura com baixíssimos coeficientes de capitalização e alto grau de espoliação do trabalhador que tem acesso à terra e do proletário rural, como o faz Francisco de Oliveira; seja para analisar como o capital, na sua expansão, cria e reproduz relações de produção não-capitalistas, ao mesmo tempo que tende a eliminar o camponês posseiro e a subordinar o camponês proprietário cuja relação com a terra é, concretamente, anticapitalista, na interpretação de José de Souza Martins; seja para perceber o camponês como um personagem não especificamente capitalista, subordinado formalmente ao capital, como no estudo de José Vicente Tavares dos Santos; seja, finalmente, para interpretar o camponês como um trabalhador para o capital que tem espaço para sua reprodução na medida em que permite a transferência de valor para outros segmentos da agricultura e/ou para os setores dominantes do capitalismo na sociedade brasileira, na interpretação de Maria Nazareth B. Wanderley.

Outro aspecto que ressalta desse grupo de estudos, excetuando-se o de Francisco de Oliveira que não chega a se deter na análise mais detalhada da agricultura, é o reconhecimento de que o campesinato desenvolve um processo de trabalho



específico, que, no entanto, está em transformação, já que subordinado ou sob o controle do capital. A nível da unidade camponesa, há consenso de que se realiza uma exploração qualitativamente diversa da capitalista; até mesmo na interpretação de Maria Nazareth B. Wanderley, retomando autores franceses recentes, há a afirmativa de que uma agricultura capitalista pode se desenvolver sem explorações capitalistas.

Finalmente, há também um consenso entre os autores no que se refere à questão social no campo: concordam em perceber as relações entre proletários e camponeses com o capital como altamente conflitantes e afirmam que esse confronto pode ser um elo unificador dos interesses dos produtores diretos no meio rural: a luta é pela apropriação dos frutos do trabalho. Uma luta que se diferencia, no entanto, de acordo com a situação concreta de cada um dos segmentos da massa de trabalhadores da agricultura brasileira.

## Capítulo 2 - METODOLOGIA E FONTES

### 2.1. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A postura metodológica que norteou a construção do objeto do presente estudo pressupõe a precedência da teoria no ato cognitivo.<sup>1</sup>

Desse pressuposto se depreende a relevância da revisão teórica da discussão sobre capitalismo na agricultura para delimitação da totalidade a ser estudada e, a partir daí, dar aos fatos empíricos sua possibilidade de apreensão e entendimento.

A linha predominante nas formulações mais recentes sobre a problemática em discussão é a de privilegiar a determinação no modo de produção capitalista como a determinação básica que torna inteligível a realidade estudada como uma totalidade. Adotando esta percepção, tornou-se possível analisar as relações sociais fundamentais daquela região agrícola em formação e as contradições e conflitos que criaram as condições para suas transformações posteriores. Um caminho metodológico que não pretendeu, portanto, esgotar as particularidades múltiplas do caso estudado mas fornecer as bases sobre as quais qualquer novo fato pudesse ser entendido.<sup>2</sup>

<sup>1</sup>SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo, Martins Fontes, 1978. 317p. p. 229.

<sup>2</sup>KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 230p.

Esse pressuposto básico se complementou com a percepção de que o conhecimento é cumulativo na medida em que as verdades científicas são parciais e não absolutas, mas são objetivas.<sup>3</sup> Portanto, as diversas aproximações teóricas sobre a agricultura brasileira — esse ato contínuo de reescrever a história do capitalismo no campo — não implicam a negação de um processo cumulativo. Implicam, outrossim, reconhecer: a) que as formulações dos diversos autores têm seu contexto histórico condicionante — sua época, seus embates político-ideológicos; b) referem-se a um determinado nível de generalização, que é necessário desvendar antes de transpor seus conceitos para uma análise específica; c) suas conclusões correspondem a uma determinada seleção e arranjo dos fatos que diferem entre si sem, no entanto, deixar de elucidar aspectos relevantes da realidade estudada, verdades parciais e relativas, que podem e devem ser o substrato de análises posteriores.

Isto posto, considerou-se válido explicar a especificidade da situação local, analisando-a a partir dos conceitos e das interpretações parciais que mais se mostraram apropriadas às múltiplas facetas do objeto de estudo. Desta forma, procurou-se evitar níveis inadequados de generalização que impossibilitassem apreender a riqueza da história local e dar, ao processo de determinação básica do capital, suas feições concretas e particulares.

<sup>3</sup>SCHAFF, História e verdade.

## 2.2. FONTES E MÉTODOS.

A construção do objeto de estudo foi empreendida a partir de fontes variadas, que foram analisadas através de métodos e técnicas específicas a cada tipo de fonte. Arrola-se, a seguir, a listagem dessas fontes, com os comentários críticos pertinentes a cada uma e métodos e técnicas através dos quais foram pesquisadas:

- a) Processos cíveis e criminais das comarcas de Londrina (1940 a 1944), Sertãoópolis (1945 a 1948) e Porecatu (1949 a 1952)\*

Foram consultados todos os processos cíveis e criminais envolvendo litígios de terras e questões na região de Porecatu, referentes ao período de 1940 a 1952, num total de 118 processos, a grande maioria encontradas na comarca de Porecatu.\*\* Como se pretendeu abranger a parte mais substancial de questões ocorridas nesse período, optou-se por analisar todos os processos que, embora autuados após 1952, até uma data limite arbitrada em dezembro de 1954, fossem resultado de conflitos

\*A região de Porecatu fazia parte, entre 1940 e 1944, da comarca de Londrina, passando, como integrante do município de Sertãoópolis, à comarca de Sertãoópolis quando esta foi instalada em 1945. Posteriormente, Porecatu desmembrou-se de Sertãoópolis, constituindo-se em município no ano de 1947 e elevado à comarca em 1948. No entanto, a instalação da comarca se deu em janeiro de 1949, ano dos primeiros processos autuados na nova comarca.

\*\*Ver, no Anexo 1, a listagem dos processos consultados e no Anexo 2 uma sucinta descrição dos Arquivos onde se encontram.

iniciados no período de interesse deste trabalho — 1940 a 1952.\*

A escolha desse tipo de fonte foi resultado de uma consulta preliminar aos fundos dos Arquivos dos Cartórios Cíveis e Criminais das Comarcas de Londrina, Sertãoópolis e Porecatu e que demonstrou a riqueza de dados oferecidos pelos processos jurídicos para a análise das relações de trabalho existentes à época e demais aspectos da organização da produção agrícola, especialmente porque grande parte dos processos traz, em anexo, contratos de locação de serviços ou cadernetas agrícolas que especificam as condições de trabalho nas fazendas. No caso de processos envolvendo posseiros, podiam ser encontrados dados sobre características das posses, no que diz respeito a plantações e benfeitorias, além de informações sobre o seu processo migratório para a região. Além disso, pela sua própria natureza, são documentos que evidenciam os conflitos que permeavam as relações sociais no meio rural da região.

Note-se que cada processo muitas vezes trata de questões de vários trabalhadores contra o(s) mesmo(s) proprietário(s). Uma vez que interessava analisar mais detalhadamente as relações sociais entre proprietários e não-proprietários,\*\* optou-se por fazer um estudo de cada relação social em separa-

\*Esse procedimento excluiu algumas questões iniciadas durante o período 1940-52 só levadas à juízo após a data limite fixada (dezembro de 1954). Este limite justifica-se, no entanto, porque uma consulta preliminar a processos dos anos seguintes (até 1972) demonstrou a baixa ocorrência desses casos após dezembro de 1954.

\*\*Os processos que envolviam proprietários versus proprietários ou não-proprietários versus não-proprietários, minoritários (respectivamente 10 e 7) foram consultados, embora não tenham sido quantificados como os demais.

do, ao invés de se analisar o processo jurídico como um todo. Ou seja, o número de casos analisados ultrapassou o número de processos, já que se separou cada litigante não-proprietário para análise das características específicas de seu processo de trabalho, do seu conflito com o proprietário, etc. Disso resultou um total analisado de 215 casos, número dos litigantes não-proprietários (envolvidos em processos contra proprietários), existentes nos 118 processos.

Há no entanto, algumas limitações na fonte básica do trabalho que devem ser assinaladas para que se tenha clareza de suas possibilidades. A primeira se refere à representatividade dos dados dos processos em relação à realidade que se queria estudar. Isto porque temos, de um lado, um universo não quantificável: não há dados para se saber com exatidão o número de posseiros e de trabalhadores "titulares" ou chefes familiares\* de fazendas em Porecatu entre 1940 e 1952, já que o primeiro censo em que o município aparece desmembrado de Serтанópolis é o de 1950, cujas limitações, conforme se verá no seu item específico, também não permitiram se chegar com alguma precisão à quantificação deste universo. Desse modo, não se pode determinar quanto os 215 casos estudados representavam no total existente à época estudada. Temos, portanto, um grupo de dados que não se constitui em amostra de um universo precisamente delimitado e, dada essa limitação, não pode ser analisado a partir de parâmetros estatísticos de representatividade.

\*O "titular" ou chefe familiar é o trabalhador (parceiro, empregado-formador, colono) sem o pessoal ocupado não-remunerado da sua família. No Censo de 1950, não há separação entre este tipo de trabalhador e seus familiares.

Outro problema deste tipo de fonte é o fato de que se tratam de documentos em que os litigantes *falam* por seus advogados, o que naturalmente impede uma análise mais aprofundada da versão dos agentes envolvidos nos litígios. Isto se torna mais grave no caso dos processos criminais envolvendo posseiros, onde o promotor público *fala* os fatos a partir da visão oficial do conflito. Neste caso, há ainda um agravante: os depoimentos de posseiros e de trabalhadores que também se envolveram no conflito armado pela terra, são claramente condicionados pela intimidação de circunstâncias em que figuram como réus em potencial diante do promotor e do juiz que lhes interrogam. Este último problema pôde ser parcialmente contornado com a utilização de outros tipos de fontes documentais e orais.

Analizadas essas restrições, considerou-se que a riqueza dos processos em informações, que de outro modo seriam de acesso praticamente impossível, permitia o seu uso como fonte básica deste estudo porque viabilizava uma análise qualitativamente profunda dos aspectos principais da organização da produção de Porecatu à época.

Para a coleta de dados nos processos, utilizou-se dois métodos complementares. O primeiro consistiu na *quantificação das informações* fornecidas pelos processos, utilizando-se para isto de um formulário\* semelhante aos utilizados em "surveys" ou levantamentos sociológicos. Esse instrumento de pesquisa foi construído após o arrolamento de todas as informações disponíveis nos processos e a seleção das informações típicas, ou seja, as que se repetiam na maior parte dos documentos. Note-

\*O modelo de formulário utilizado está no Anexo 3, p.

-se que o conteúdo dos processos é bastante variável e esses procedimentos preliminares possibilitaram a elaboração de um formulário final que abrangesse ao menos todas as informações que se repetiam regularmente.

Após a coleta de dados através desse formulário, foram tabulados com o auxílio de planilhas, separadas por categoria social dos litigantes não-proprietários: a) posseiros; b) empreiteiros-formadores; c) colonos; d) trabalhadores rurais; e) outros.\* Finalmente, para construção das tabelas finais, optou-se por reagrupar, para facilitar a análise, os trabalhadores de fazendas (planilhas b, c, d, e). Os posseiros (planilha a) ficaram isolados, compondo tabelas individuais.

O segundo método utilizado para trabalhar com esse tipo de fonte foi o de extrair citações dos documentos, através de uma ficha,\*\* com a finalidade de aprofundar qualitativamente a análise possibilitada pelo método anterior. Para esta finalidade, foram analisados todos os processos, buscando localizar trechos que ilustrassem de forma especialmente clara aspectos quantificados pelo formulário anteriormente utilizado ou que apresentassem informações importantes não-quantificáveis.

b) Outros documentos.

Além da fonte básica, foram consultados os seguintes tipos de documentos: periódicos — *Diário da Tarde*, de 1940 a

\*Na categoria "outros" foram incluídos 1 parceiro, 1 arrendatário e 4 empreiteiros com turma de trabalhadores própria, para tarefas específicas (geralmente desmatamento e preparo da terra para plantio). Por serem minoritários, os dados sobre esta categoria não foram analisados, embora constantes nas tabelas junto aos das demais categorias de trabalhadores de fazendas.

\*\*Ver o modelo de ficha utilizado para este fim no Anexo 4, p.



1952; o *Estado de São Paulo*, de 1947 a 1952; *atas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná* (todas as localizadas entre 1940 e 1952); *mensagens do Governo do Estado do Paraná e relatórios do Departamento de Geografia, Terras e Cartografia — DGTC* (todos os localizados entre 1940 e 1952); *mapas e informações históricas de terras do Paraná, em poder da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná — ITC* (mapas e informações sobre a ex-concessão Antonio Alves de Almeida; mapas e informações sobre a ex-concessão Alvorada; mapas e informações sobre a Fazenda Floresta ou Ribeirão Vermelho; mapas e informações sobre o Grilo Ribeirão Vermelho; mapas e informações sobre a Colônia Centenário); *documentos em poder do Museu Paranaense* (sobre Ricardo Lunardelli).

Esses tipos de fontes foram úteis para a reconstituição dos antecedentes à colonização e dos planos e ações governamentais no que tange à colonização do Norte do Paraná e às questões de terras, além de terem contribuído significativamente para o conhecimento do movimento pela terra ocorrido na região.

A pesquisa nesse grupo de documentos foi realizada após a seleção prévia dos números ou exemplares atinentes ao assunto estudado. A partir desta seleção, utilizou-se uma *ficha de conteúdo\** para a coleta de informações e citações ilustrativas.

#### c) Censo Agrícola do Estado do Paraná — 1950.

Dos censos do IBGE, só pôde ser consultado o de 1950, porque no anterior Porecatu compunha o município de Sertanópo-

\*O modelo desta ficha de conteúdo está no Anexo 5, p. 234.

lis e nos posteriores (pós 1950) o próprio município de Porecatu já havia sido desmembrado para formação de outros municípios, de uma forma tal que impede, ou pelo menos torna bastante difícil e incerta, a comparação com o ano de 1950.\* Esta limitação impediu uma análise da dinâmica do período 1940-50 e uma visão real das transformações ocorridas nos períodos posteriores ao estudado, pelo menos através deste tipo de fonte.

Além desse problema inicial, o censo de 1950 apresenta pelo menos duas limitações no que diz respeito aos critérios de classificação e procedimentos de coleta de dados. O primeiro é quanto ao número de *ocupantes* existentes à época, apontados pelo censo como 2. Este dado, obviamente errado se comparado com as outras fontes utilizadas nesta pesquisa, pode indicar um problema na amostragem do levantamento censitário ou pode ter sido resultado de informações falseadas dos posseiros, numa época em que seu direito à terra já estava sendo questionado. Neste caso, os posseiros devem ter sido registrados como pequenos proprietários. Esta última hipótese mostra-se mais plausível diante do fato de que o Censo apresenta 152 estabelecimentos com menos de 50ha em Porecatu (47,6%) enquanto outras fontes indicam a insignificância de pequenas propriedades na colonização de Porecatu. No entanto, para evitar imprecisões, não se utilizou o censo na análise da economia de posseiros.

\*Em dezembro de 1952 instalam-se os novos municípios de Centenário do Sul (parte da área de Porecatu e parte do município de Jaguapitã), de Alvorada do Sul (parte da área de Porecatu e parte de Bela Vista do Paraíso) e de Florestópolis (toda área desmembrada do município de Porecatu). Como se vê, além de Porecatu, outros municípios cederam área para constituição dos novos municípios, o que dificulta a comparação entre os dados censitários de 1950 e os demais. Além disso, novos desmembramentos posteriores acrescentaram mais dificuldades à análise das transformações ocorridas na região pós 1950 através de fontes censitárias. Ver mapas 1 e 2, p. 2 e 3.

Outra limitação diz respeito à classificação dos trabalhadores nos dados de pessoal ocupado no meio rural.

O Censo incluiu em *trabalhadores permanentes* todos os que recebiam parcela significativa da remuneração em dinheiro, o que tornou pouco relevante a categoria de *parceiros*, provavelmente transferindo para trabalhadores permanentes a maior parte dos empreiteiros-formadores de café que eram, ao mesmo tempo, assalariados com remuneração monetária e parceiros. Além disto, por considerar permanente só o trabalhador com mais de um (01) ano de trabalho na propriedade, transferiu para trabalhadores temporários todos os colonos que trabalhavam por um ano agrícola e com acesso à terra. Confunde-os assim, com outros trabalhadores cuja relação de trabalho impossibilitava o acesso à terra (como camaradas e peões ocupados em desmatamentos e colheitas, por exemplo).<sup>\*</sup> Optou-se, neste caso, por não utilizar as informações censitárias sobre pessoal ocupado porque podiam levar à minimização da importância dessa força de trabalho camponesa existente nos estabelecimentos rurais de Porcatu em 1950, segmento indicado como o mais relevante por outras fontes.

#### d) Entrevistas.

Foram realizadas 23 entrevistas<sup>\*\*</sup> com pessoas selecionadas pelo seu conhecimento ou vivência dos aspectos relevantes para este trabalho: ex-posseiros, antigos empreiteiros-

<sup>\*</sup>Cf. definições do Censo de 1950 na sua Introdução, p. XXII a XXXII. IBGE. Censo Agrícola do Estado do Paraná. 1950.

<sup>\*\*</sup>A relação das entrevistas realizadas está no Anexo 6, p.

-formadores e colonos, gerentes de banco, comerciante, fazendeiros, funcionários do Fórum e da Prefeitura, etc.

Essas fontes trouxeram à pesquisa um detalhamento que as fontes documentais não permitiriam, se analisadas sozinhas. Um dos aspectos mais importantes de seu uso foi a possibilidade de complementar as informações sobre posseiros, que eram especialmente limitadas nos processos.

Pela dificuldade em localizar ou ter acesso a pessoas que viveram, à época estudada, em Porecatu e que pelos seus conhecimentos ou vivência pudessem acrescentar informações relevantes à pesquisa, as entrevistas foram realizadas sem pretensões de representatividade estatística e dirigidas para o aprofundamento qualitativo do estudo. Para tanto, foram utilizadas duas técnicas de entrevista: uma, do tipo *história de vida*, para os informantes com vivência da região à época, conduzidas a partir de roteiros específicos para cada tipo de entrevistado; outra, do tipo meramente informativo, geralmente dirigida a pessoas que tivessem conhecimento sobre aspectos particulares de interesse do trabalho, embora sem vivência na região à época. Este tipo de entrevista era conduzido a partir de questionários, também específicos para cada entrevistado.

Na medida do possível, as entrevistas foram comparadas entre si e com outras fontes para verificação das possíveis incongruências. Se comprovadamente verificadas, as informações incongruentes eram eliminadas.

### Capítulo 3 - A PROPRIEDADE TERRITORIAL EM PORECATU E AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO PÓS 30

#### 3.1. O NORTE DO PARANÁ E A FRONTEIRA DO CAFÉ EM EXPANSÃO

Embora palco de iniciativas isoladas de colonização, empreendidas pelo governo Imperial, o Norte do Paraná começa a ser efetivamente ocupado a partir da segunda metade do século XIX como um prolongamento da expansão cafeeira no extremo-sul do Estado de São Paulo.<sup>1</sup>

Essa expansão espontânea da cafeicultura paulista penetrou inicialmente na região nordeste do Estado, a que hoje corresponde ao Norte Velho. Desde o início, a colonização se deu nos moldes paulistas tradicionais, à base de grandes fazendas de café, dirigidas diretamente pelo fazendeiro, através de seus administradores e com o uso do colonato como regime de trabalho preferencial.<sup>2</sup> Mineiros e paulistas acorreram à região, reconhecendo a fertilidade das terras roxas para o plantio do café. Esse afluxo de fazendeiros para a região se intensificou após o Convênio de Taubaté, em 1906, já que o Paraná ficou

<sup>1</sup> MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da Economia Paranaense. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, 28:31-52, jan./fev. 1972.

<sup>2</sup> A CAFEICULTURA norte-paranaense. A Pioneira, Londrina, 6(14):9-16, maio/jun. 1953.

fora das limitações impostas pelo governo.

O setor cafeeiro paranaense que se constituiu então continuou a se expandir por terras adjacentes, ocupando, a partir da década de 20, as primeiras terras do lado esquerdo do rio Tibagi, correspondentes ao chamado Norte Novo.

Esse segundo movimento de ocupação do Norte se desenrolou durante toda a década de 30 e tem como principal motor a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, de capital inglês. Esse empreendimento, que coloniza com rapidez uma grande parcela do Norte Novo, teve como objetivo principal a realização de lucros imobiliários com as terras que, apesar de sabidamente férteis e próprias para o café, eram de difícil acesso e inóspitas. Conseguindo comprá-las por preços baixos, inclusive do governo do Estado, e investindo na extensão das linhas da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, a Companhia revendeu as terras com lucratividade bastante significativa. A decisão de lotear a área em pequenas propriedades veio da percepção de que estas estariam mais aptas para a cafeicultura numa conjuntura de crise, como era a que se vivia à época.<sup>3</sup>

As terras do Norte Novo que se situavam acima dos limites da Companhia, até o Paranapanema, continuaram quase totalmente inóspitas até a década de 40. Aquela região, onde veio a se constituir em 1948 o município de Porecatu, iria ser colonizada outra vez predominantemente em grandes fazendas, nos moldes tradicionais da cafeicultura paulista, com exceção de algumas colônias estatais e de pequenas áreas concedidas a com-

<sup>3</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo, Edane, 1975. 295p.

panhias particulares.

Com a produção cafeeira dessas novas terras, somadas àquela dos demais segmentos do Norte do Paraná, o Estado passa do sétimo lugar que ocupava em 1920,<sup>4</sup> a segundo produtor de café do Brasil, já em inícios da década de 50.

O Norte do Paraná, como resultado da expansão da cafeicultura, colocava-se como pólo dinâmico da economia estadual e como a mais expressiva fronteira brasileira à época, no que diz respeito à atração de migrantes de outras regiões e estados.

É nesse contexto de fronteira do café em expansão que se analisou o processo de sedimentação da propriedade territorial em Porecatu e, em seguida, a ocupação efetiva da terra e a organização da produção agrícola na região.

### 3.2. OS PRIMÓRDIOS DA PROPRIEDADE TERRITORIAL EM PORECATU

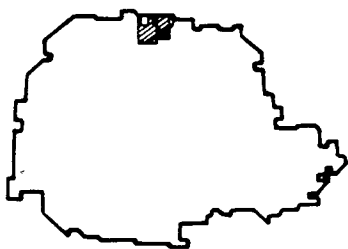
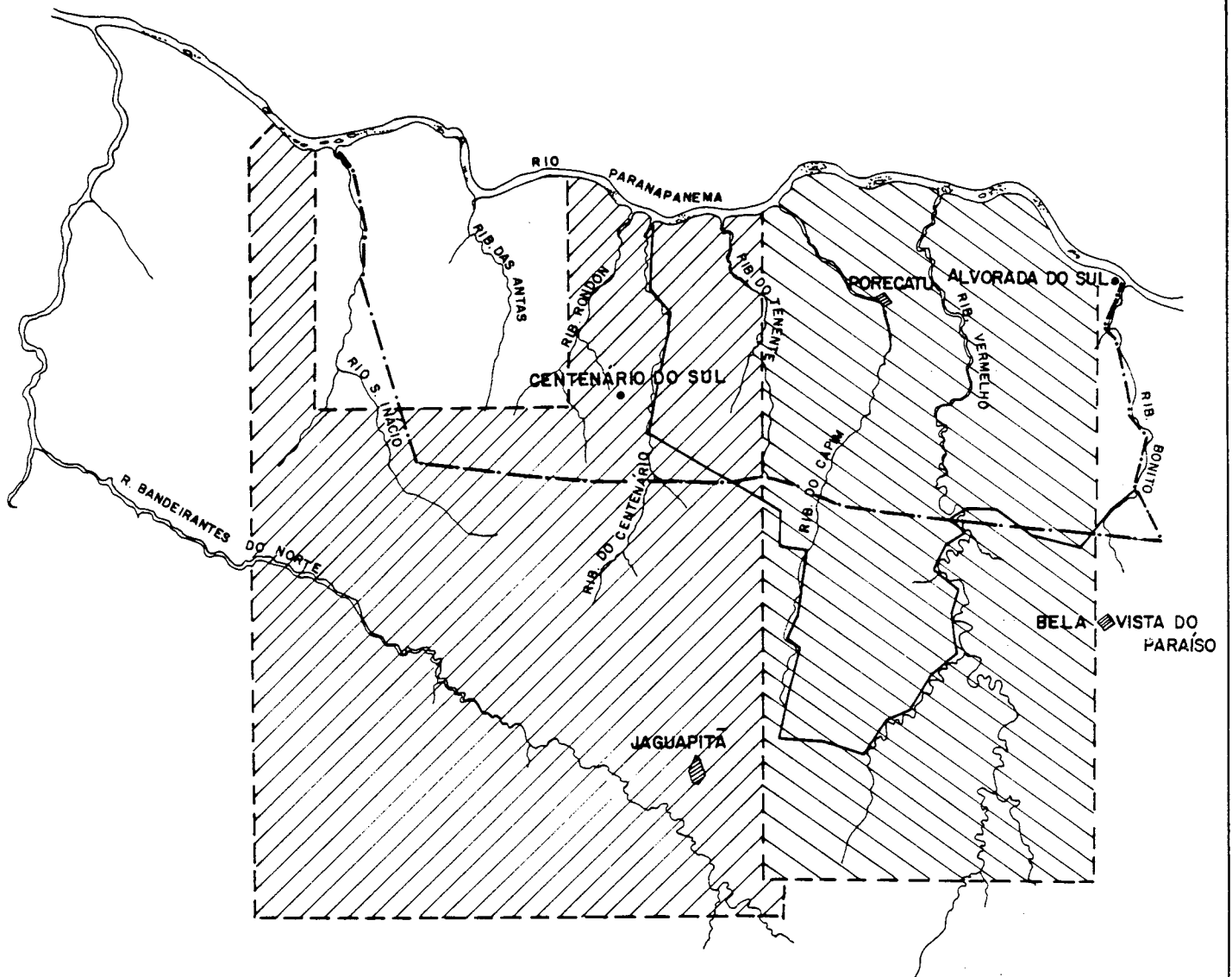
Embora a colonização de Porecatu só tenha se iniciado na década de 40, a propriedade territorial já estava organizada na maior parte da região desde fins do século passado.

Data de 29 de fevereiro de 1891 o primeiro requerimento de legitimação de posse<sup>5</sup> da área onde posteriormente iria se estabelecer a maior parte do município de Porecatu,\* denominada Fazenda Floresta ou Ribeirão Vermelho, com 146.475 ha.

\*Ver, no mapa 3, à p.58, a inclusão quase total da área do antigo município de Porecatu na Fazenda Floresta.

<sup>4</sup> A CAFEICULTURA norte-paranaense.

<sup>5</sup> INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA do Estado do Paraná. Imóvel Ribeirão Vermelho ou Floresta. DETER-EDP, 23 jan. 1980.



3 - MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - 1948

 EX-CONCESSÃO DE ANTONIO A. DE ALMEIDA

 FAZENDA FLORESTA OU RIB. VERMELHO

--- GRILLO RIBEIRÃO VERMELHO

— DIVISÃO DA ANTIGA SÉDE DE PORECATU



O requerente, dizendo-se possuidor da área com direitos nunca contestados há mais de 60 anos, ou seja, desde 1847,\* solicitou, na comarca de Tibagi, a legitimação da sua posse, com base na legislação de terras decorrente da Lei nº 601, de 1850.\*\* O fato de a Constituição Federal da República estar em vigor quando feito o requerimento delongou o processo de legitimação que acabou sendo concluído, após aprovados os autos de medição e demarcação, em 16 de março de 1896, já sob a égide da 1ª Constituição do Estado do Paraná.\*\*\*

À época da legitimação da posse, a área já havia sido vendida e passou, a partir daí, por sucessivas vendas\*\*\*\* até

\*O requerente, Elias da Costa Passos, houvera a Fazenda por escritura pública transcrita, em 24 de fevereiro de 1891, na comarca de Tibagi, de Antonio da Silva Oliveira, que alegava manter posse da área desde 1847. Processo nº 176, de 09/01/56. Arquivo da Comarca de Porecatu.

\*\*A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, embora estabelecendo que o acesso a terras devolutas só se faria através de compra, reconhecia como válida a aquisição de propriedade mediante a posse com cultura e morada habitual, desde que solicitada a legitimação da posse ou revalidação de títulos em tempo hábil. Cf. CIRNE LIMA, Ruy. Pequena história territorial do Brasil; sesmarias e terras devolutas. Porto Alegre, L. Sulina, 1954. 112p.

\*\*\*A 1ª Constituição do Estado do Paraná foi outorgada em 7 de abril de 1892 e expressa o disposto na Constituição Nacional da República no que tange à responsabilidade dos Estados da Federação em assuntos relativos a terras, excetuando-se as áreas necessárias à defesa das fronteiras, edificação de fortificações, construções militares e estradas de ferro nacionais. COSTA, Odah Regina. A Reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977. 318p. Tese para Professor Titular. Universidade Federal do Paraná. Departamento de História.

\*\*\*\*Os sucessores do requerente das terras, Elias Costa Passos, já as haviam alienado, por dação em pagamento, a Manuel Lopes de Oliveira, no nome de quem foi expedido o título definitivo da área. Em julho de 1906, Manuel Lopes de Oliveira incluiu as terras numa dação em pagamento que fez ao Dr. José Manuel da Fonseca Junior, marido de Dona Escolástica Melchert da Fonseca, a antecessora da maior parte dos fazendeiros que depois se instalaram na região. Processo 176, de 09/01/56. Arquivo da Comarca de Porecatu.

chegar ao domínio de Dona Escolástica Melchert da Fonseca, a qual, de São Paulo, realizou o loteamento da área em grandes glebas e sua venda aos fazendeiros paulistas que iriam iniciar o cultivo efetivo, cerca de cinco décadas após a sua titulação inicial.

Note-se que a alegada posse que propiciou a constituição da Fazenda Floresta nunca foi comprovada de fato e nem poderia porque as terras permaneceram na sua quase absoluta totalidade incultas até 1940. Apesar disso, a legislação permitiu a constituição de uma imensa gleba de 146.475 ha sem que houvesse qualquer retorno para o poder público ou exigência concreta de colonização, já que se dava como suposta e verificada a efetiva posse dos beneficiados.

Justamente esta inexistência de iniciativas concretas de colonização ensejou o surgimento de uma outra tentativa, parcialmente bem sucedida, de justificação de posse sobre uma área mais ampla que incluía parte significativa da Fazenda Floresta ou Ribeirão Vermelho. Tratava-se de um imóvel denominado pelos requerentes de Ribeirão Vermelho e que passou à história com o nome de Grilo Ribeirão Vermelho.\* Essa solicitação de justificação de posse foi feita em 26 de abril de 1892, na Comarca de Castro, sob a alegação de que os requerentes teriam tomado posse destas terras há mais de 40 anos, ou seja, desde 1852, sem que houvesse oposição alguma. A área pleiteada era, segundo medição pretensamente realizada, de 217.277,5 ha. Embora obtendo sentença favorável na comarca e, a partir

\*Ver, no mapa 3, à p.58, as confrontações entre este Grilo Ribeirão Vermelho e a Fazenda Floresta.

daí, tomando esse documento como base para uma seqüência bem encadeada de transações (escrituras de venda a dois outros compradores, medição e divisão amigável homologada judicialmente), os títulos definitivos não foram aprovados. O governo do Estado, em 19 de agosto de 1894, indeferiu o pedido feito pelos requerentes neste sentido, dada a precariedade evidente dos documentos apresentados.\*

Apesar do indeferimento oficial da segunda tentativa de sedimentação da propriedade territorial na região, os detentores dos títulos relativos ao imóvel Ribeirão Vermelho efetuaram inúmeras vendas de terras a terceiros.\*\* Isto gerou a primeira superposição de títulos da região, com conseqüências diretas na criação de um estado de litígio pela terra entre os supostos proprietários, uns sucessores ou compradores da Fa-

\*A percepção da precariedade dos títulos e sua conseqüente indeferição é bem reproduzida nos seguintes trechos de um documento sobre o assunto elaborado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Paraná: "À primeira vista tem-se a impressão de que tal Bendengó se apoia em documentos valiosos e bons, revestidos dos indispensáveis característicos de legalidade, mas que estudados oferecem margem à conclusão de que se trata de um 'Grilo' bem forjado que não resiste a uma análise superficial. Pelo histórico verificamos que em julho de 1892, o então Comissário de Terras levou ao conhecimento do Governo as atividades suspeitas de Alfredo Monteiro que no Bendengó em questão figura como o homem dos 7 instrumentos e principal autor do 'Grilo'. Em 23 de fevereiro de 1892, foi constituído procurador de Gervásio Pires Ferreira para adquirir bens de raiz neste Estado; em 29 de abril de 1892 aparece substabelecendo essa procuração na pessoa de João Laudelino de Araújo; a 21 de junho de 1892, assina o memorial e planta da suposta divisão, na qualidade de Agrimensor, e a 9 e 15 de julho daquele mesmo ano aparece, finalmente como adquirente de uma área de 50.184 hectares". FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ - ITC -. Histórico do Grilo Ribeirão Vermelho. DETER-EDP, 23 jun. 1980, p. 9.

\*\*Em processos jurídicos da região se constata este fato que é também atestado no documento já citado do ITC: "Um detalhe interessante cabe frisar aqui no caso: com a mesma facilidade com que se apossou de tais terras as alienou, tanto assim que até 30 de setembro de 1924, Alfredo Monteiro havia vendido já a área de 86.492 alqueires ou seja, 36.738 alqueires a mais da área tão facilmente adquirida". FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ - ITC -. Histórico do Grilo Ribeirão Vermelho, p. 9.

zenda Floresta ou Ribeirão Vermelho, outros do imóvel Ribeirão Vermelho.

A nível de ações jurídicas contra o Estado, os detentores do imóvel Ribeirão Vermelho iniciaram sua luta pela conquista da propriedade legal da terra, luta esta que só se ampliou quando seus sucessores ou compradores se defrontaram, no processo de ocupação efetiva da terra após 1940, com os sucessores ou compradores da Fazenda Floresta. Esses últimos ganhavam usualmente as ações já em primeira instância mas a querela judicial se arrastava por muitos anos, algumas permanecendo insolúveis até dias recentes.\* A par do litígio jurídico, há notícias de focos isolados de violência entre prepostos dos dois grupos.\*\*

Essa disputa entre parcela dos grandes proprietários da terra na região não causou, entretanto, uma repercussão significativa para além dos próprios envolvidos. Mesmo à época da contestação que os reivindicantes do imóvel Ribeirão Vermelho moviam contra o governo do Estado, este já dava curso a inicia-

\*Pode-se citar, por exemplo, o processo nº 176, de 09/01/56 que estava ainda em andamento em 1972, mesmo tendo por objeto uma área que acabou sendo totalmente colonizada, no curso do litígio, pelos sucessores dos títulos da Fazenda Floresta: "A posse dos RR. sobre a gleba de terras pretendida pelos AA., posse essa reconhecida por estes, não é senão a exteriorização de seu domínio sobre a 'Fazenda Santa Terezinha', com duas seções 'Nossa Senhora Aparecida' e 'Santa Marina', com 216.500 pés de café, cerca de 36 casas, terreiros, tulhas, olaria, currais, serraria, 2 garagens, ranchos, cerca de 400 metros de cercas, duas pontes, tiradas d' 'água e mangueirões, pomar, cerca de 45.000 metros de carreadores, 80 alqueires de pasto formado, etc. etc." Processo 0176, de 09/01/56, p. 55. Trecho das declarações dos réus, sucessores dos títulos da Fazenda Floresta. Arquivo do Cartório cível de Porecatu.

\*\*Entre outras referências de ligeiras escaramuças, sobressai-se o embate relatado no Processo 005, de 08/02/45 onde a violência entre as partes foi significativa, tendo sido registrado casos de ameaças de morte, lesões corporais e assassinato. Também nesse caso houve ganho final dos sucessores da Fazenda Floresta.

tivas de colonização da área, respeitando sempre os limites da Fazenda Floresta.

As iniciativas governamentais de colonização da área obedeceram a uma política mais ampla da 1ª República que privilegiava a concessão de terras, mediante compra, a companhias particulares a quem se transferiam os encargos e a responsabilidade da colonização. Na zona norte do Paraná, foi especialmente nas terras situadas às margens esquerdas do Tibagi, o chamado Norte Novo, que se deu curso a iniciativas desta natureza.

Segundo a legislação que regulamentava a questão — basicamente a Lei nº 1642, de 5 de abril de 1916 e os decretos que lhe seguiram<sup>6</sup> — as concessões não deveriam ultrapassar 50.000 ha a serem divididos em lotes de 5 a 25 ha e vendidos, a preço estipulado pelo concessionário, a colonos nacionais e estrangeiros. As obrigações do concessionário quanto à construção de estradas, demarcações, venda e localização dos colonos, inclusive as normas de conduta no que diz respeito às posses já existentes, eram estipuladas em contrato. O não cumprimento dessas obrigações ou do pagamento estipulado faria retornar as terras ou parte delas ao domínio do Estado.

As terras consideradas devolutas da região de Porecatu (aquelas situadas fora dos limites da Fazenda Floresta) e suas adjacências foram objeto de seis concessões realizadas entre 1919 e 1921,\* cada uma com a extensão de 50.000 ha. Através de

<sup>6</sup> COSTA, Odah Regina. A reforma agrária no Paraná.

\* As concessões realizadas foram a Augusto Loureiro em 20/10/1919; a James Lody Terry, em 06/12/1919; a Percy James Allen, em 06/12/1919; a Jacob Petry & Cia., em 15/01/1920; a José Hauer Junior, em 15/10/1920; a Antonio Alves de Almeida, em 15/07/1921. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA - ITC. Concessão Antonio Alves de Almeida. DETER-EDP.

transações comerciais posteriores, todas foram unificadas e, a partir de 04/05/1923, passaram a constituir a concessão Antonio Alves de Almeida, com 300.000 ha\* compreendidos entre os rios Pirapô, Tibagi e Paranapanema.\*\*

Essa concessão e outras efetuadas pelo governo da 1ª República, assim como as inúmeras legitimações de posse realizadas no período, não resultaram em colonização efetiva da terra mas na formação de grandes latifúndios improdutivos.\*\*\* Adquiridas sem maiores custos para os beneficiários, no caso das legitimações, ou a preços irrisórios, no caso das concessões, as terras devolutas do Estado acabaram sendo base para transações com altos lucros imobiliários. As cláusulas punitivas que implicavam no retorno das terras ao domínio do Estado no caso de não colonização das mesmas ou na caducidade da concessão, eram burladas por pedidos de prorrogação do prazo contratual, sempre deferidos pelo governo do Estado.

No caso da concessão Antonio Alves de Almeida, em oito anos de contrato e mais dois de prorrogação, a maior parte das

\*Em 07 de outubro de 1927, o concessionário transferiu a área de 15.000 alqueires para a Empresa Alvorada Colonizadora e Industrial Paraná-São Paulo Limitada, que se tornou subconcessionária do contrato que aquele mantinha com o Estado do Paraná. A área específica da região de Porecatu que foi incluída na concessão Alves de Almeida ficou situada nos limites desta subconcessão. Processo nº 1.803/942, de 06/06/1942, dirigido pela Empresa Alvora Colonizadora e Industrial São Paulo-Paraná Limitada ao Departamento de Terras e Colonização. Arquivo da FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ - ITC. Curitiba.

\*\*Ver mapa nº 3, à p. 58.

\*\*\*"...Entretanto, mesmo montando um aparelhamento judicial, o Paraná, na 1ª República, continuaria a alienar terras, a fazer concessões de terras devolutas a empresas de construção de estradas e de colonização, a legitimar grandes superfícies, contribuindo para a formação de latifúndios, na maior parte improdutivos, constituindo verdadeiros entraves ao seu desenvolvimento econômico". COSTA, Odah Regina. p. 71.

terras continuou inculta e desabitada. O concessionário vendeu mais da metade da área, geralmente em grandes glebas que também não foram colonizadas pelos compradores. Conseguiu do governo do Estado a titulação em favor dos adquirentes, ficando os 120.973,4 ha remanescentes no seu próprio nome, com título definitivo expedido em 31 de março de 1930.<sup>7</sup>

No entanto, a revolução de 1930 iria alterar substancialmente a política de terras no Paraná e o panorama específico da região. Com a maior parte das terras tituladas aos sucessores da Fazenda Floresta ou Ribeirão Vermelho e uma pequena área integrada nos limites da Concessão Alves de Almeida, além de ser reivindicada pelos sucessores do Grilo Ribeirão Vermelho, a região de Porecatu chegou inóspita ao final da Primeira República.

### 3.3. OS PLANOS DE COLONIZAÇÃO PÓS 30.

Os planos de colonização de terras que se desenvolveram no Paraná após a Revolução de 30 inscreveram-se nitidamente na política de *Marcha para Oeste* preconizada desde logo pelo novo regime e consolidada a partir do início do Estado Novo.

Anunciada em 1938 como grande meta do Estado Novo, a *Marcha para Oeste* enunciava uma ênfase governamental na ocupação efetiva das terras brasileiras, como forma de reforçar a unidade nacional. Esse enunciado básico seria concretizado no incentivo às migrações das regiões densamente povoadas às á-

<sup>7</sup> FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ - ITC.  
Concessão Antonio Alves de Almeida.

reas vazias, servindo-se da população nacional para colonização do território. A prioridade seria a organização, pelo Estado, de colônias onde a pequena propriedade fosse predominante. A *Marcha para Oeste* constituía-se, portanto, num discurso bastante condizente com o Estado autoritário nacionalista que se delineava desde 1930: a postulação da unidade ou integração nacional como contraposição aos regionalismos; a colonização efetiva como forma de aliviar tensões nas zonas velhas e nas cidades; a colonização com populações nacionais para evitar a imigração, numa conjuntura internacional indefinida e com o risco de importar *ideologias exóticas*,<sup>8</sup> o privilegiamento relativo da pequena propriedade, como forma de solapar sem enfrentamento direto os alicerces do latifúndio, com o surgimento de novos atores sociais — os pequenos proprietários rurais, uma nova classe média pretensamente desvinculada do domínio das oligarquias rurais e, ao mesmo tempo, insensíveis a idéias subversivas de esquerda.\*

Embora a retórica e as leis privilegiassem a colonização oficial, a política efetiva de Vargas acabou se atendo muito mais à execução de medidas elementares de apoio governamental nas áreas de saneamento, educação e transporte, como suporte ao processo de ocupação espontânea da terra.<sup>9</sup>

\*"...Talvez seja este programa — tornar cada brasileiro do sertão um proprietário rural — um dos melhores elementos de combate as idéias e campanhas subversivas à ordem social e política de nossa pátria". RIBAS, Manoel. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura da Segunda República. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 19 de setembro de 1936, p. 20, citado em COSTA, Odah R. G., p. 93.

<sup>8</sup> NEIVA, Arthur Hehl. A imigração e a colonização no Governo Vargas, Separata de Cultura Política nº 21, in O Pensamento Político do Presidente. p. 231. citada em VELHO, Otávio G. Capitalismo autoritário e campesinato. Rio de Janeiro, Difel, 1976. p. 148-49.

<sup>9</sup> VELHO, Otávio G. Capitalismo autoritário e campesinato.



Além disto, a contradição entre a aliança com o latifúndio e o privilegiamento da pequena propriedade restringiu significativamente a ação dos governos estaduais no que diz respeito à colonização oficial, dadas as limitadas disponibilidades de terras devolutas.

A falta de verbas para financiar projetos dessa natureza também concorreu para deixar as iniciativas concretas de colonização muito aquém das intenções anunciadas da *Marcha para Oeste*. Mesmo assim, houve, sem dúvida, expansões importantes da fronteira brasileira no Centro-Oeste e modestamente na Amazônia.

No Paraná, o governo de Vargas encontrou uma situação especialmente dificultosa para que se pudesse levar avante a colonização efetiva: muitos grilos de terras, concessões em situação irregular e enormes glebas que, embora regularmente tituladas, permaneciam incultas à época. Além disto, havia no Estado um complicador a mais, que era o recrudescimento da procura de terras no Norte, onde a expansão cafeeira prosseguia, valorizando a região como um todo. O afluxo de migrantes também se intensificava, encetando um processo espontâneo de apossamento das terras inabitadas.

A primeira medida do governo pós-revolucionário no Paraná, no que tange à questão de terras, foi regulamentar a concessão de terras devolutas e as revalidações e legitimações e montar uma estrutura técnico-administrativa a nível do Estado.<sup>10</sup> A ação governamental dirigiu-se para tentar resolver as irregularidades na situação fundiária mas sem ferir os direi-

<sup>10</sup> COSTA, Odah Regina G. A reforma agrária no Paraná.

tos legitimamente adquiridos. Ou seja, diante das grandes glebas incultas, somente aquelas com irregularidades legais foram contempladas com medidas punitivas que revertersem para o patrimônio do Estado as áreas de que necessitava para empreender os projetos de colonização oficial.

Entre essas medidas, ressaltaram-se as declarações de caducidade de concessões de terras com contratos não cumpridos. A concessão Antonio Alves de Almeida e suas subconcessões que também estavam irregulares foram declaradas caducas e anuladas logo nos primeiros anos do governo do interventor Manoel Ribas.\*

Com a anulação, as terras voltaram ao domínio do Estado, que deu prazo para revalidações de direitos porventura existentes. Entretanto, foi somente em janeiro de 1940, através do decreto nº 9465, que foram regulamentadas as revalidações de títulos e alienações na ex-concessão Antonio Alves de Almeida. A partir desta data, intensificaram-se os pedidos de revalidação e de compra de terras ao Estado, até porque o decreto autorizava um limite máximo de 2.400 ha para as áreas a serem regularizadas.<sup>11</sup> Com base nessa determinação, uma parte da região de Porecatu situada nos limites da ex-concessão foi requerida, a título de revalidação de direitos, os quais foram reconhecidos pelo Estado em 1945, apesar dos solicitantes não haverem empreendido qualquer iniciativa de ocupação da terra.

\*A subconcessão Alvorada foi anulada pelo decreto nº 1926 de 15 de setembro de 1933 e a Concessão Alves de Almeida pelo decreto nº 1495, de 15 de junho de 1934. Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná - ITC. Concessão Antonio Alves de Almeida e Concessão Alvorada. DETER-EDP, Curitiba, s/d.

<sup>11</sup>FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ - ITC. Concessão Alves de Almeida.

Constituíram-se, assim, tratos isolados, titulados a particulares, numa área já ocupada por posseiros.

Ao mesmo tempo que reconheceu a legitimidade das grandes glebas desabitadas vendidas pelo antigo concessionário, o Estado inicia, a partir de 1939, o seu projeto de colonização oficial. Nas diretrizes destes planos se destacava o incentivo à compra das terras devolutas por nacionais e a prioridade à pequena propriedade, seguindo os pressupostos da *Marcha para Oeste*. Algumas colônias oficiais são criadas na ex-Concessão Alves de Almeida, entre elas as colônias Içara, Jaguapitã, Centenário, Interventor e Pagu.\*

A colônia Centenário abarcava a outra parte do município de Porecatu que estava nos limites da ex-Concessão Alves de Almeida. Aberta, inicialmente, em 1944, esta colônia desde logo se diferenciou das demais por ter sido loteada em grandes propriedades.<sup>12</sup> Desta forma, o governo outra vez acabou por impedir que inúmeros posseiros, já residentes na própria área da colônia e nos tratos isolados adjacentes, pudessem comprar e regularizar sua situação diante do Estado.\*\*

\*Embora criadas nesta época, as colônias foram demarcadas, loteadas e ocupadas em anos diferentes. Enquanto as colônias Içara e Jaguapitã já estavam praticamente ocupadas em 1941, Centenário só é aberta em 1944 e muitos dos seus lotes ainda não tinham sido vendidos em fins do Estado Novo. Pagu e Interventor não chegam a ter os trabalhos de medição e loteamento concluídos até o fim desse governo. BERNARDES, Lysia M. C. O problema das 'frentes pioneiras' no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia. Ano XV, julho-setembro de 1953, nº 3.

\*\*Sobre isso, é ilustrativo o seguinte trecho de entrevista com um posseiro expulso de Porecatu após o conflito pela terra que lá se desenrolou: "Era pra fazer lote de colônia em toda área do lado direito e esquerdo do Ribeirão Centenário mas eles mediram tudo lote de fazenda que posseiro e colono mesmo não podia comprá". Entrevista nº 1 com José Bilar.

<sup>12</sup>MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, março de 1956, nº 22.

Note-se que a anulação da Concessão Alves de Almeida e outras e a disposição que o governo estadual demonstrava em alienar aquelas terras a colonos interessados em cultivá-las foram fatos importantes na atração do movimento migratório de posseiros para a região de Porecatu e demais áreas da ex-Concessão. No entanto, com a política de terras oscilante que de fato foi implementada, criou-se uma situação de superposição de direitos: de um lado, o direito de propriedade daqueles que revalidaram títulos da ex-concessão e de seus compradores, e daqueles que compraram do Estado terras na região, de outro lado, os direitos de posse dos posseiros que foram atraídos pelas possibilidades de se tornarem proprietários e cujo trabalho de efetiva colonização foi fator substancial de valorização daquelas terras.

Se no caso de concessões irregulares ou grilos o governo pôs 30 ao menos tomou iniciativas no sentido de reaver as terras para o patrimônio do Estado, apesar de, em seguida, ter permitido a constituição de inúmeros latifúndios, no caso das terras legitimadas durante a República Velha não se tomou medidas para induzir seus proprietários a cultivá-las. A Fazenda Floresta ou Ribeirão Vermelho, já subdividida, à época da Revolução, em grandes propriedades, permaneceu sem qualquer uso produtivo até inícios da década de 40, quando se iniciaram as primeiras formações de fazenda.

Os interesses da grande propriedade territorial em Porecatu foram, portanto, beneficiados e sedimentados pelo regime cuja retórica propugnava exatamente o contrário. Quando, após a queda de Getúlio e a redemocratização do país, Moisés Lupion assume o governo do Estado, as pré-condições para eclo-

são da luta pela terra entre proprietários territoriais e posseiros já estavam realizadas.

### 3.4. A PROPRIEDADE TERRITORIAL E AS DIRETRIZES DE COLONIZAÇÃO NO GOVERNO MOISÉS LUPION.

Após um período de recomposição política em que o Paraná foi sucessivamente governado por três interventores (Clotário Portugal, Brasil Pinheiro Machado e Mário Gomes), assume o governo do Estado o Sr. Moisés Lupion. Nesta fase intermediária entre a queda do Estado Novo e o início do governo Moisés Lupion (1947-50), pouco se inovou na política de terras.

O novo governo assume o Paraná com uma situação bastante tensa, no que diz respeito às questões de terra.

Nas regiões de Jaguapitã e Porecatu, proprietários das terras revalidadas ou alienadas durante o Estado Novo na ex-Concessão Alves de Almeida, inclusive na Colônia Centenário, tentaram entabular acordos com os posseiros que ocupavam a região. Muitas vezes, os acordos eram conseguidos à base de coação dos proprietários.

Logo após sua posse, o governador Lupion, em visita ao Norte do Estado, concedeu audiências públicas a posseiros de Jaguapitã e Porecatu.<sup>13</sup> Nessa oportunidade, prometeu-lhes terras devolutas, situadas no vale do rio Paranavaí, se concor-

<sup>13</sup>WESTPHALEN, Cecília M. et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, (7):1-51, 1968. Departamento de História, nº 7. A informação deste texto é confirmada e ampliada por uma entrevista com um antigo posseiro da região que informou a participação dos posseiros de Porecatu nesta reunião. Entrevista nº 1, com José Bilar.

dassem em deixar a região. Além disto, concitou os que não recebessem terras a continuar onde estavam, pagando seus impostos prediais que seriam provas suficientes de sua posse sobre a terra.\*

A nível da legislação, o governo decidiu enfrentar a situação mantendo basicamente os preceitos vigentes desde 1939, que davam prioridade aos projetos oficiais de colonização em pequenas propriedades. Várias colônias fundadas no período anterior têm suas medições regulamentadas entre 1947 e 1950, inclusive a colônia Centenário.<sup>14</sup> A prioridade à ocupação efetiva da terra e as punições àqueles que não aproveitassem de imediato os lotes eram previstas nos regulamentos oficiais, subordinando-se a expedição de títulos definitivos à comprovação daquela condição. Pensava-se, a nível do governo, em intensificar a colonização oficial em novas terras do Paraná, mais à Noroeste, para transferir os cerca de 2.000 posseiros de terras particulares que existiam no Norte Novo.<sup>15</sup>

No entanto, concretamente o governo não conseguiu resolver a maior parte dos problemas de terras existentes. Ao contrário, complicou-os, não só protelando decisões quanto a realocação dos posseiros, como se posicionando decididamente do lado dos proprietários através das ações de parcela de seus funcionários.

Em Jaguapitã, com a demora de se efetivar a transferência de posseiros para outras áreas, alguns proprietários ini-

\*Entrevista nº 1, com José Bilar.

<sup>14</sup>COSTA, Odah Regina G. A reforma agrária no Paraná.

<sup>15</sup>COSTA, Odah Regina G. A reforma agrária no Paraná.

ciaram a sua expulsão com violência, enquanto em Porecatu prosseguiram os acordos sob coação e as intimidações aos que não concordavam com as indenizações oferecidas, com participação direta do Delegado Regional de Terras.\* Tiroteios em Jaguapitã ocorreram já em 1947 como reação a estas expulsões<sup>16</sup> e em Porecatu eclode em 1950, perdurando até meados de 1951, um movimento armado pela posse da terra.

As transações de terras no Paraná continuaram recrudesendo no período, ao lado da continuidade do afluxo de colonos sem terra que chegavam não só no Norte mas no Sudoeste e Oeste paranaense.

O governo tomou poucas iniciativas reais de resolver as questões da colonização. Mesmo onde poderia tomar medidas que impedissem a especulação imobiliária com terras compradas do Estado, no caso de colônias oficiais, não tomava iniciativa prática que pusesse em execução efetiva os preceitos de sua própria retórica. As colônias oficiais propiciaram ocasião para lucros imobiliários especialmente significativos.

Ao final da gestão Lupion (1950), o meio rural paranaense estava extremamente conturbado pelas questões de terras e o governo assumia claramente, diante dessa situação, a defesa da propriedade territorial e da especulação imobiliária, tratando o apossamento de terras como caso de polícia.

O novo governador, Bento Munhoz da Rocha Netto, que assume em 31 de janeiro de 1951, constituiu, de imediato uma Comissão Especial para a questão de terras em Porecatu. Essa Co-

\*Processo 021 de 10/09/49.

<sup>16</sup>WESTPHALEN, Cecília et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno.

missão tinha por objetivo conceder títulos definitivos aos posseiros localizados em terras devolutas e transferir para outras áreas do Estado os que estivessem localizados em propriedades privadas. Apesar de declarar de utilidade pública as terras litigiosas de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas,<sup>17</sup> em 15 de março de 1951, na verdade não se tem notícias de que as terras privadas tenham sido desapropriadas.

Desde o início dos trabalhos da Comissão, os posseiros colocaram-na sob suspeição, por que dela participavam fazendeiros da região com terras intrusadas.\* Ademais, as desapropriações de terras não aconteceram, ao contrário do que se previa no decreto, e o papel da Comissão acabou sendo o de intermediária entre proprietários e posseiros, na discussão do valor de indenização, além de encaminhar a documentação dos posseiros para obtenção de preferência de compra de terras devolutas em outras regiões do Estado. Diante dessa situação, o conflito pela terra continuou na região, até que a polícia prendesse os últimos resistentes em meados de 1951.<sup>18</sup>

Após a finalização da luta armada, a Comissão pôde prosseguir seu trabalho, logrando a transferência da maior parte dos posseiros para os Sertões de Paranavaí e Umuarama. A partir desta época, já em meados de 1952, consolidou-se definitivamente a propriedade territorial em Porecatu, não havendo mais notícias de tensões sociais pela posse da terra na região.\*\*

\*Processo 021 de 10/09/49.

\*\*Após essa data, há apenas mais um processo envolvendo posseiro e proprietário de terras na colônia Centenário, município de Porecatu, iniciado em dezembro de 1952, mas resultado de uma questão que havia se iniciado ainda em 1950. Processo 045, de 13/12/1952.

<sup>17</sup>WESTPHALEN, Cecília et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno.

<sup>18</sup>Processo 021 de 10/09/49.



## Capítulo 4 - INTRODUÇÃO A OCUPAÇÃO EFETIVA DA TERRA EM PORECATU: ASPECTOS GERAIS

Como se viu anteriormente, a ocupação efetiva da terra em Porecatu iniciou-se em 1940. Antes dessa data, a região era praticamente inabitada.

O surto colonizador que se inicia então leva à formação de 319 estabelecimentos agrícolas até 1950, com uma área ocupada de 87.102 ha.<sup>1</sup> Apesar desse rápido processo de ocupação da terra, a região ainda possuía imensas áreas incultas em 1950: a área dos estabelecimentos correspondia a cerca de 7% da área total de Porecatu,<sup>2</sup> o que, mesmo excluindo-se as áreas inexploráveis (áreas urbanas, vias de transporte, águas, etc.) indica uma baixa ocupação agrícola no município. Dentro dos próprios estabelecimentos, restavam 47,5% de terras em matas naturais para 33,9% em lavouras e 14,4% em pastagens. (Tabela 1, p. 76)

Esses dados demonstram que, apesar de iniciada em 1940, a ocupação da terra em Porecatu estava em pleno processo de desenvolvimento ainda em fins do período analisado (1940-52).

A atividade cafeeira foi o grande móvel dessa expansão, e o café o produto de ponta durante do período. Veja-se, por

<sup>1</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1950.

<sup>2</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE e Departamento Estadual de Estatística - DEE. Sinopse Estatística do município de Porecatu - 1950.

Tabela 1. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS E ÁREA TOTAL, POR UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU — 1950

Estabele- cimentos  nº	Área (ha)													
	Área total		Lavouras		Pastagens		Matas Naturais		Reflores- tamento		Terras incultas		Terras improdutivas	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
319	87126	100,0	29576	33,9	12515	14,4	41362	47,5	343	0,4	1590	1,8	1740	2,0

Fonte: IBGE. Censo Agrícola do Estado do Paraná — 1950.

exemplo, os dados sobre área plantada em 1949. (Tabela 2, p. 78)

O café já havia se expandido, em 1949, para 36,9% da área total de lavouras e era plantado em 86,5% dos estabelecimentos agrícolas do município, independentemente do seu tamanho e em diferentes escalas de produção. O arroz, o milho e o feijão, estreitamente associados ao café, eram culturas também frequentes nos estabelecimentos (mais de 30%) e relativamente relevantes, se comparados com outras culturas afora o café.

Sua importância foi minimizada pelo Censo porque a área plantada por pessoal residente sem contrato de parceria (parcela dos empreiteiros-formadores e todos os colonos) não foi computada na área total, além do que não se sabe ao certo se houve inclusão da área plantada pelos posseiros.\*

A cana, embora com área plantada bem inferior que o café, desponta como segundo produto em área plantada, embora seu plantio estivesse concentrado em 17 estabelecimentos (5,3%). À época da expansão da fronteira agrícola para Porecatu, não era, portanto, o produto de ponta que passou a se constituir em décadas mais recentes da história da região.

A expansão da cafeicultura para a região se deu tanto através de pequenos e médios estabelecimentos quanto através da grande propriedade cafeicultora, nos moldes típicos das fazendas paulistas. Entretanto, a estrutura fundiária de Porecatu em 1950 demonstra a relevância das grandes fazendas no contexto da agricultura que se constituiu na região. (Tabela 3, p. 79)

\*Sobre as imprecisões do Censo Agrícola do Paraná de 1950 no que diz respeito a posseiros, ver o capítulo 2, item 2.2, p. 51.

Tabela 2. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM ÁREA PLANTADA, SEGUNDO AS PRINCIPAIS CULTURAS, EM  
PORECATU — 1950.

Culturas	Estabelecimentos	% sobre o nº total de estabelecimentos*	Área** (ha)	% sobre área total de lavoura***
Café	276	86,5	10.938	36,9
Cana	17	5,3	2.467	8,3
Arroz	113	35,4	983	3,3
Milho	104	32,6	659	2,2
Feijão	102	31,9	460	1,5

Fonte: IBGE. Censo Agrícola do Estado do Paraná — 1950

\*Percentual sobre o nº total de estabelecimentos (319) em Porecatu, 1950.

\*\*somente área de cultivo simples e consorciada com culturas temporárias.

\*\*\*Percentual sobre a área total de lavouras em Porecatu (29576 ha) — 1950.

Tabela 3. ESTABELECIMENTO E ÁREA, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA,  
EM PORECATU E NO ESTADO DO PARANÁ — 1950

Grupos de Áres (ha)	Porecatu				Estado			
	Estabele- cimentos (nº)		Área (ha)		Estabele- cimentos (nº)		Área	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
2 a menos de 50	152	47,6	4666	5,3	62120	69,4	1320811	16,4
50 a menos de 100	40	12,5	3123	3,5	13810	15,4	999391	12,4
100 a menos de 200	42	13,1	5800	6,6	7441	8,3	1032219	12,8
Total com menos de 200	234	73,3	13589	15,6	83371	93,1	3352421	41,8
200 a menos de 500	50	15,6	15861	18,2	3736	23,9	1145467	14,2
500 a menos de 1000	10	3,1	6772	7,7	993	1,1	698579	8,6
1000 a menos de 2000	18	5,6	24187	27,7	491	0,5	680343	8,4
2000 a menos de 5000	6	1,8	21323	24,5	244	0,2	739725	9,2
5000 a menos de 10000	1	0,3	5280	6,0	57	-	387473	4,8
acima de 1000 ha	-	-	-	-	30	-	1028212	12,8
Total com 200 ha e mais	85	26,6	73423	84,3	5551	6,2	4679799	58,3
TOTAL	319	100,0	87012	100,0	89461	100,0	8032743	100,0

Fonte: Censo Agrícola do Estado do Paraná — 1950.

Chegavam a 26,6% os estabelecimentos com 200 ha e mais, em Porecatu, no ano de 1950, enquanto no Estado eram apenas 6,2%. A análise da área desses estabelecimentos evidencia melhor a concentração de terras existente no município: cerca de 84,3% da área ocupada estava nos limites dos estabelecimentos com 200 ha e mais. O Estado apresentava, à época, uma divisão bem mais equilibrada da área entre os estabelecimentos com menos de 200 e os de 200 e mais ha: 41,8% no primeiro estrato e 58,3% no estrato de estabelecimentos maiores.

Em função desta maior proliferação de pequenos e médios estabelecimentos e um estreitamento dos estratos maiores, a relação área/estabelecimento (área média) no Estado era de 89,7 ha em 1950, enquanto Porecatu ostentava a maior área média do Norte do Estado: 272,7 ha.\* A este dado deve-se acrescentar o fato de que, por se tratar de uma região tipicamente de *fronteira*, Porecatu ainda tinha em 1950 vastas áreas desocupadas e totalmente inexploradas embora a maior parte com a propriedade da terra já consolidada, porque adquiridas de antigos proprietários fundiários da região (Fazenda Floresta ou Ribeirão Vermelho).\*\* Também lotes de fazenda da Colônia Centenário, com área média em torno de 200 ha,<sup>3</sup> permaneciam inexploradas em

\*As áreas médias dos estabelecimentos agrícolas dos demais 20 municípios, que compunham, em 1950, a zona Norte do Estado, variavam entre 23,2 ha (Urai) e 148,1 ha (Londrina). Cf. IBGE - Censo Agrícola do Estado do Paraná - 1950.

\*\*Nos processos jurídicos analisados, existem anexadas várias transcrições de imóveis dentro da Fazenda Floresta que, datados de 1950 a 1952, permaneciam totalmente em matas.

<sup>3</sup>DEPARTAMENTO de Terras e Cartografia do Paraná - Colônia Centenário - subdivisão de glebas e lotes e respectivos tamanhos. Curitiba, s/d.

1950.\* Como o Censo só incluía como estabelecimento agrícola aqueles que possuíssem algum tipo de exploração, pode-se deduzir que a concentração de terras em Porecatu era bem maior que a evidenciada aqui.

O predomínio da grande propriedade no avanço da fronteira agrícola para a região não deve obscurecer o papel decisivo da pequena produção camponesa no desbravamento e na colonização da região: em primeiro lugar, os pequenos produtores posseiros que antecederam a formação das grandes fazendas locais; e, em segundo lugar mas não menos importante, os pequenos produtores inseridos nestas grandes fazendas como força de trabalho, também responsáveis por parte substancial dos alimentos consumidos nos núcleos urbanos em formação na região.

Embora os dados censitários não dêem conta destes dois segmentos da pequena produção em Porecatu, por problemas de coleta e/ou conceituais, não há dúvida que eram expressivos, mesmo do ponto de vista quantitativo: há notícias de 300 famílias de posseiros habitando a região desde 1940,\*\* além de levadas que entraram posteriormente. Quanto à força de trabalho das fazendas que tinha acesso à terra, há indicações de que era majoritária à época analisada.\*\*\*

\*Também em processos jurídicos existem referências a imóveis inexplorados na Colônia Centenário em 1950 sendo revendidas ainda em matas virgens e sem nenhuma benfeitoria. Cite-se, por exemplo, os processos 016, 026 e 045, respectivamente de 07/10/48, 31/07/50 e 13/12/52.

\*\*Processos 023 de 05/06/50 e 028 de 21/08/51. Entrevistas nºs 1, 2 e 3.

\*\*\*Segundo dados da pesquisa realizada nos processos cíveis e criminais das Comarcas de Porecatu e Sertanópolis, 86,8% dos trabalhadores rurais tinham acesso à terra para cultivos e/ou criações de subsistência, como se verá nos capítulos subseqüentes.

A análise, em separado, da pequena produção dos posseiros e da grande propriedade organizada à base do trabalho de pequenos produtores a ela vinculados, poderá desvendar, de uma forma mais aprofundada, o processo de ocupação da terra e da organização social da produção local.



## Capítulo 5 - A ECONOMIA DE POSSEIROS

### 5.1. A MIGRAÇÃO

A região de Porecatu começa a receber a primeira leva de posseiros no ano de 1940. Na verdade, a maior parte dos posseiros parece ter se estabelecido na região no período que vai desse ano a 1943, conforme demonstram os dados existentes em processos:

Tabela 4. NÚMERO DE POSSEIROS E INÍCIO DA POSSE, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU, 1940-1952.

Posseiros		Data de início da posse									
		1940-1943		1944-1946		1947-1949		1950-52		Não declarado	
abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
40	100,0	37	92,5	3	7,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais — 1940-52.

Os depoimentos nas entrevistas\* confirmam que o grande afluxo de posseiros para a região se deu neste primeiro pe-

\*Entrevistas nºs 1, 2, 3 e 4.

riodo\* em que cerca de 300 famílias de sitiantes, que ocuparam rapidamente a parte do município de Porecatu pertencente à ex-concessão Antonio Alves de Almeida.

Os dados disponíveis sobre o processo migratório apontam o Estado de São Paulo como procedência predominante dos posseiros. (Tabela 5, p. 85) Das entrevistas, pôde-se apreender a expressividade de certas regiões cafeeicultoras paulistas — Taciba, Perdizes e Jaú — como locus imediato de saída dos primeiros migrantes.\*\* Aí esses posseiros eram predominantemente pequenos proprietários e colonos de café. (Tabela 5, p. )

Os motivos manifestos da migração foram a necessidade de expandir terras próprias, no caso dos pequenos proprietários e a aspiração de obter terra própria, no caso de colonos. (Tabela 5, p. 85) A necessidade de expandir terras estava muito ligada ao tamanho da família, fator que se entrelaçava com o desejo de reação contra o seu empobrecimento e, portanto, uma forma de luta por melhora nas suas condições de vida: mais terra, atividade mais bem sucedida e, conseqüentemente, maior autonomia.\*\*\*

\*Há informações de que depois do ano de 1946 muitos outros posseiros afluíram para Porecatu mas pouco permaneceram nas terras já que os proprietários logo entraram na região, entabulando acordos — pacíficos ou não — onde pagavam indenizações a pretexto de remunerar as benfeitorias feitas pelos posseiros. Desses acordos ou mesmo de expulsões violentas têm-se apenas referências vagas em alguns depoimentos inclusos em processos de posseiros mais antigos que permaneceram na terra até 1950 e 1951 e participaram da luta armada pela posse da terra que ali se desenvolveu nestes anos.

\*\*Entrevistas nºs 1, 2, 3 e 4.

\*\*\*Os motivos foram expressos de formas diferentes nas entrevistas e depoimentos de processos, mas sempre apareciam encadeados. Reproduz-se, em seguida, um trecho de entrevista que ilustra bem a questão: "... A familhagem tava completa, não é, tudo rapaziada, então aí nos quizemo vir pro sertão porque tinha largueza de abrir, 10 a 15 alqueires, sendo derrubado para plantar milho e abóbora para o porco... (Em São Paulo) eram poucas terras e nós queria aumentar, não é, a safra, crescer mais... Lá tava

Tabela 5. PROCEDÊNCIA, CATEGORIA SOCIAL ANTERIOR E MOTIVO DA MIGRAÇÃO DOS POSSEIROS, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU — 1940-1952.

Procedência							
São Paulo		Minas Gerais		Não-declarado		Total	
abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
30	75,0	3	7,5	7	17,5	40	100,0

Categoria social anterior							
Pequeno proprietário ou membro não-remunerado da família de proprietário		Colono		Não-declarado		Total	
abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
17	42,5	13	32,5	10	25,0	40	100,0

Motivos da migração							
Expansão terras próprias		Aspiração de obter terras próprias		Não-declarado		Total	
abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
17	42,5	10	25,0	13	32,5	40	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais — 1940-52.

A predominância da vinda de paulistas nas primeiras levadas de posseiros explica-se pela divulgação feita por companhias privadas em São Paulo no sentido de incentivar a compra de lotes no Norte do Paraná. Parte das levadas posteriores de posseiros foi atraída pela vinda de uma família de empresários paulistas para a região — os Lunardelli —, com a convicção de que a formação de suas fazendas traria os benefícios do "progresso" com maior rapidez. As notícias de que, além das terras das Companhias e, depois, além das terras dos Lunardelli, havia terras devolutas que o governo daria a quem se dispusesse a torná-las produtivas, foram fatores de atração que direcionaram as migrações para a parte do município de Porecatu situada na ex-concessão Antonio Alves de Almeida\*. Aliados a isso, vêm-se presentes os atrativos reais e míticos da fronteira: por um lado, terras mais férteis e mais acessíveis por serem inóspitas; por outro lado, a "liberdade" ou a possibilidade idealizada de exercer um processo de trabalho autônomo e uma efetiva e crescente apropriação dos frutos de seu trabalho — primeiro a fartura; depois, o enriquecimento. É interessante assinalar como na migração já se planejava a atividade básica para o mercado, a atividade para enriquecer. Avaliando com clareza as poucas possibilidades de uma região sem vias de acesso adequadas, é como safristas de porcos que pensam em se instalar nos sertões para onde migram. No entanto, as possi-

apertado, lá era um lotinho de 5 alqueires, 3 alqueires. O resto era fazenda. - Lá não tinha liberdade ... nós viemos para o sertão para ter mais terra e a liberdade". Entrevista nº 1, com José Bilar.

\*Ver mapa nº 3, p. 58.

bilidades do plantio de café estão no cálculo dos migrantes como fator direcionador das migrações: tanto como os fazendeiros paulistas, os posseiros também vêm em busca de terras férteis para essa cultura, embora antevendo a impossibilidade do plantio enquanto as terras permanecessem inóspitas.\*

A migração também já se iniciava com um objetivo formulado com clareza: os migrantes queriam a propriedade da terra, naquilo que ela significava para seu projeto de vida — a *segurança da preservação do seu trabalho autônomo* e a possibilidade de, com isso *enriquecer*. Isto fica bem demonstrado nos cuidados com a escolha da região onde localizar a posse — evitando as áreas conhecidas como privadas — e na presteza com que se interessavam em obter o seu reconhecimento para gerar direitos de legitimação,\*\* procurando a Inspetoria de Terras em Londrina ou mesmo a sede do Departamento de Geografia, Terras e Cartografia em Curitiba além de outras formas variadas de pleitear seus direitos à terra (cartas a autoridades, requerimentos a políticos, etc.).

A escolha do apossamento como forma de gerar direitos que os permitissem conseguir a propriedade da terra não foi senão uma estratégia que respondia à sua incapacidade financeira de adquiri-la pela compra, de imediato, tanto assim que a perspectiva de poder comprar a terra, caso o preço fosse acessível,

\*"Nós interessemos em vir fazer safra nestas terras devolutas porque não tinha outro meio, nem estrada. O café nós já sabia que dava bem, era terra boa, mas não plantemo logo porque não tinha como fazer o serviço de transportação ... O café plantemo bem pra frente, depois daí pra uns 4 anos, assim mais ou menos, depois que veio a estrada". Entrevista com J. Bilar.

\*\*Procedimentos neste sentido são encontrados em todos os processos de posseiros. Como exemplos, podem-se citar os processos 045 de 13/12/52, 023 de 12/04/50 e 034 de 20/08/51.

sempre parece ter estado presente entre as aspirações dos posseiros, ainda mais que julgavam-na devoluta.\*

## 5.2. A CHEGADA À TERRA

A entrada dos posseiros mais antigos se processou, normalmente, em três etapas: a investigação das áreas a serem ocupadas pelos chefes de famílias de uma mesma parentela; a vinda dos membros adultos masculinos das famílias para a primeira destoca e construção dos ranchos e moradias; e, finalmente, a vinda das mulheres e filhos menores. As levadas posteriores de posseiros já chegavam com a família completa, hospedavam-se com frequência nas casas dos que haviam chegado anteriormente enquanto não construíam seus próprios ranchos e ali trabalhavam pela comida e pela hospedagem.\*\*

Embora os primeiros posseiros houvessem entrado pela travessia do Paranapanema e abertura de picadões no mato, tanto esses como os demais usavam a vila mais próxima (Porecatu) como ponto de chegada das famílias e da mudança, servindo-se então, da casa dos comerciantes locais para a primeira hospedagem. Também chegavam com a família as *porcadas* que logo eram levadas para as posses em formação.

Logo na chegada, estabeleciam com o comerciante local vínculos dos mais importantes para a sobrevivência da família cam-

\*"Todos posseantes pensavam de comprar do Estado a sua terra desde que alcançasse o preço e tivesse meios. Mas lote de fazenda não dava não e a gente que tava lá faz tempo ficou sobrando [da Colônia Centenário]". Trecho da entrevista nº 1, com José Bilar.

\*\*Entrevista nº 1 e nº 4 - José Bilar e A. Giasante.

ponesa: não só a hospedagem, a compra das mercadorias mais urgentes, a venda dos porcos, o estabelecimento de um sistema informal de crédito ou aviamento, mas também o primeiro acesso a todas as informações estratégicas de que necessitavam (localização das melhores terras, das terras devolutas e terras particulares, meios de obtenção da propriedade, etc.), muitas vezes parciais e equivocadas.\* Sua importância seria realçada num momento posterior da vida dos posseiros — no momento da disputa pelas terras. Era sempre o comerciante a testemunha fundamental nos processos porque podiam depor sobre a data de chegada dos posseiros na região. Conforme o teor dos seus depoimentos, ele passava a figura de apoio dos proprietários ou dos posseiros.\*\*

A apropriação da terra se deu predominantemente por família ou grupo familiar mais próximo (pai, mãe, filhos e filhas solteiros, filhos e filhas casados). O grupo familiar de primeiro grau residia em residências separadas se houvessem filhos ou filhas casados. Mas, a forma de apropriação da terra não era distinta daquela realizada pelas famílias nucleares.\*\*\*

Apesar de se constituir em um forte laço para o direcio-

\*Entrevistas nºs 1, 2 e 3 - José Bilar, Antonio Bilar e Maria Bilar.

\*\*A expressão "O proprietário comprou ele" (o comerciante) e outras similares ("comprou" o Juiz, "comprou" o perito, etc.) aparecem comumente nas entrevistas e nos depoimentos inclusive em processos.

\*\*\*Em entrevistas com posseiros e em processos há várias referências sobre este caráter da apropriação da terra. Entre outras, as denominações das posses relacionando com uma família: a posse dos Quiabo (com a casa do pai, mãe e filhos solteiros e a casa dos filhos casados); a posse dos Padilha, dos Bilar e outras, todas com características similares a essa.

namento das migrações para aquela região e de contribuir significativamente na seleção das terras onde instalaram as posses, a família mais extensa (parentela de segundo grau) ou a vizinhança no local de origem da migração\* não se apropriavam da terra em comum, parcelavam seus lotes, delimitando-os bem pelas "águas".\*\* Não se constitui, portanto, nada parecido com apropriação comunal da terra: o sentido de comunidade era dado pelas relações de parentesco ou de amizade anteriores à migração e parecem não ter se constituído em base da organização social que se estruturou nas novas terras. Tanto que até práticas de trabalho comum fora do âmbito da parentela do primeiro grau não eram usuais.\*\*\*

O parcelamento da terra por família se deu em lotes de 10 a 40 ha. Dos casos conhecidos, 20 famílias declararam-se na posse de áreas entre 20 e 30 ha, 11, entre 10 e 20 ha e 9, entre 30 e 40 ha. (Tabela 6, p. 92)

No entanto, declarar-se na posse de uma área implicava delimitá-la perante os demais posseiros e diante da justiça,

\*"Em maio de 1940, José Bilar, atendendo a um convite de seu cunhado Hilário Padilha... embrenhou-se pelo sertão paranaense indo localizar-se com sua mulher e filhos em terras situadas na Bacia do Ribeirão Centenário..." . Processo 023 de 05/06/1950; "são naquela época viemos em 6 famílias" Entrevista nº 3 - Maria Bilar; "de 1940 prá frente, na picada em que nós entramos, foi entrando mais gente, muitos vizinhos lá de Taciba" - Entrevista nº 1 - José Bilar.

\*\*"De trecho em trecho habitava um, mais para frente habitava outro, fomos abrindo uma água de um lado e de outro e na ocasião do reboliço lá já estava colonizado tudo, todas as águas levantadas com posseiros". Entrevista nº 1 - José Bilar.

\*\*\*"Foi então, quando a polícia começou a fazer ronda, que a turma dos posseiros teve que trabalhar de mutirão, uma dia para um, um dia para outro... Antes não fazia não. Esse mutirão só começou depois da confusão, prá nós trabalhá mais seguro". Entrevista nº 2- Antonio Bilar.



para reivindicar sua propriedade mas não necessariamente cultivá-la . As terras mantidas em reserva pareciam ser significativas\* e sua incorporação à produção dependia de fatores especialmente ligados às possibilidades de mercado.

### 5.3. A PRODUÇÃO

#### 5.3.1. Os produtos e seu comércio.

Após estabelecidas as posses, os posseiros organizavam sua produção de modo a atender os dois aspectos dos seus projetos de vida: a subsistência familiar ("a fartura") e o comércio ("enriquecimento").

No que tange ao primeiro aspecto, percebe-se uma tendência à policultura que assegurava um grau acentuado de auto-suficiência à unidade produtora: as plantações de milho, feijão, arroz, horta e demais vegetações rasteiras e a criação de porcos e aves eram comuns nas posses, muitos plantavam cana e alguns produziam seu próprio açúcar com um pequeno engenho por eles mesmos fabricado.\*\* (Tabela 7, p.92 )

Além destes produtos, há informações de que alguns plantavam café para consumo próprio antes de iniciarem o plantio de

\*Por ocasião das vistorias realizadas no decorrer de processos judiciais, a área em matas variava entre 30 e 50% das áreas totais das posses. Note-se que essas vistorias realizaram-se após o início do conflito, ou seja, predominantemente 7 a 8 anos após o início da posse. Ver processos 023, de 05/06/50, 026, de 31/07/50 e 028, de 21/08/51.

\*\*Entrevista nº 1 com José Bilar.

Tabela 6. NÚMERO DE POSSEIROS E ÁREA DECLARADA DAS POSSES POR ESTRATO DE ÁREA, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU — 1940-1952.

Posseiros		Área declarada das posses (ha)					
		10—  20		20—  30		30—  40	
abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
40	100,0	11	27,5	20	50,0	9	22,5

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais — 1940-52.

Tabela 7. NÚMERO DE POSSEIROS, SEGUNDO PLANTAÇÕES E CRIAÇÕES DE PRODUTOS DE SUBSISTÊNCIA, EM PORECATU — 1940-1952.

Plantações e criações de produtos de subsistência	Posseiros	
	abs.	%
Milho	37	92,5
Feijão	37	92,5
Arroz	37	92,5
Horta e demais vegetações rasteiras	37	92,5
Porcos	37	92,5
Aves	37	92,5
Cana	17	42,5
Não-declarado	3	7,5

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais — 1940-52.

cafezais com fins comerciais. No comércio de Porecatu compravam basicamente sal, vestimenos, utensílios pessoais e de casa e remédios.\*

O único produto para comércio no início das posses eram os suínos, dadas as dificuldades de transportar outros produtos.

Tabela 8. NÚMERO DE POSSEIROS, POR PRODUTO PRINCIPAL NA DATA DE INÍCIO DA POSSE, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU — 1940-1952

Posseiros		Produtos Principais			
		Porcos		Não declarado	
abs.	%	abs.	%	abs.	%
40	100,0	37	92,5	3	7,5

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais — 1940-1952.

Suas vendas se realizavam para formadores de fazendas que estavam sendo abertas nas adjacências da região de posses e para comerciantes de vilas e cidades próximas.\*\*

Na época do início dos processos (1947 a 1950), os produtos para comércio haviam se alterado substancialmente: o café, embora ainda novo, estava sendo cultivado em larga escala nas posses\*\*\* e os cereais figuravam como principal produto de

\*Entrevista nº 2, com Antonio Bilar.

\*\*Entrevista nº 2, com Antonio Bilar.

\*\*\*O número de pés de café plantados variava entre 8 e 13 mil pés à época do conflito armado, conforme as informações disponíveis em processos jurídicos envolvendo posseiros. Processos 023, de 05/06/50, 026, de 31/07/50 e 028, de 21/08/51.

venda dos posseiros, substituindo os suínos.

Tabela 9. NÚMERO DE POSSEIROS, POR PRODUTO PRINCIPAL DAS  
POSSES, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, NA DATA  
DE INÍCIO DO CONFLITO, EM PORECATU — 1940-1952.

Posseiros		Produto Principal									
		Café		Cereais		Porcos		Outros		Não declarado	
abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
40	100,0	28	70,0	33	82,5	6	15,5	4	10,0	3	7,5

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais — 1940-52.

A abertura de estradas havia possibilitado não só a plantação de café, do qual pouco puderam usufruir,\* mas o aumento da produção de cereais para venda. Veja-se que neste período acelerou-se significativamente o processo de urbanização do norte do Paraná: além do rápido crescimento das cidades fundadas nas décadas de 20 e 30, também Porecatu, em 1947, se constituiu como município autônomo de Sertanópolis, chegando a ser elevado à categoria de Comarca já em 1949. A par da cidade de Porecatu, no município surgiram outras vilas como Florestópolis e Alvorada do Sul, logo elevadas à categoria de município (1952) dado o seu crescimento rápido, tanto rural como urbano.<sup>1</sup>

\*Na maioria das posses analisadas os cafeeiros estavam no quarto para o quinto ano de plantio à época de sua expulsão, o que significou terem logrado vender uma única colheita relativamente expressiva: a do quarto ano. Processos 023, de 05/06/50, 026, de 31/07/50 e 028, de 21/08/51.

<sup>1</sup>IBGE. Enciclopédia dos Municípios. IBGE/DEE. Sinópsse estatística do Município de Porecatu. 1950.

Essa expansão populacional urbana se refletiu no aumento da demanda de alimentos na região e no conseqüente privilegiamento dos cereais como produto relevante para o comércio, uma vez garantidas condições mínimas de transporte.

As informações disponíveis sobre o comércio dos cereais indicam que eram comerciantes de Porecatu seus principais compradores. Esses comerciantes estabeleciam um vínculo tanto monetário como não monetário nas suas relações comerciais com os posseiros. O sistema de *aviamento* — em que as mercadorias necessárias eram retiradas sem pagamento imediato durante o ano agrícola e ressarcidas com a produção, à época da colheita — era o elo não monetário deste comércio ao qual era acrescentado a quantia monetária cabível.\* Alguns posseiros faziam negócios com cerealistas de Rolândia após ressarcir os comerciantes de Porecatu, "*aqueles que supriam nós*,"\*\* com os quais mantinham o vínculo estreito do *aviamento*. A percepção das desvantagens desse intercâmbio — dados, provavelmente, pelo alto custo das mercadorias compradas ali por este sistema de crédito e pelo preço desvantajoso oferecido pelos cereais — fica evidenciada nessa tentativa de vender em outros locais a produção que excedesse aos débitos do *aviamento*.

A produção de café era vendida diretamente aos maquinistas, os quais se distinguiam dos comerciantes.\*\*\* Há referências de venda do café em Rolândia, embora Porecatu dispusesse

\*Entrevista nº 1 com José Bilar.

\*\*Entrevista nº 1, com José Bilar.

\*\*\*"Botemo os sacos de café num caminhão e fomo vende na máquina. Não era para um comerciante era para um maquinista que nós vendemo". Entrevista nº 1, com José Bilar.

de máquinas cafeeiras à época.<sup>2</sup> Como a única colheita comercializada de posseiros foi, ao que parece, em fins de 1950, ano em que a luta pela posse da terra já havia iniciado, pode ter havido um cálculo de segurança na opção na ida para Rolândia e não Porecatu,\* além de uma busca pelos melhores preços.

### 5.3.2. O trabalho.

Tal como a apropriação da terra, o *trabalho familiar* era a base da produção na economia de posseiros. Pais, filhos e filhas solteiros e casados trabalhavam em conjunto em lavou-  
ras e criações comuns. Se houvessem residências separadas, no caso de filhos e filhas casados, isto não significava a existência de hortas ou plantações próprias.\*\*

A divisão do trabalho dentro da família era feita conforme suas possibilidades no que se referia ao número de trabalhadores homens. Quando eram muitos os filhos homens, às mulheres cabia o *trabalho doméstico* — conceito que significava bem mais que os trabalhos cotidianos ligados à casa e que abrangia o beneficiamento rudimentar dos produtos (primeira limpeza, os cuidados para o armazenamento doméstico, inclusive pa-

\*"A venda do café já foi na ocasião do barulho e vendemos em Rolândia". Entrevista nº 1 com José Bilar.

\*\*Um exemplo disso está na entrevista de José Bilar: "Numa aberta só tinha 4 casas, a do meu pai, do João, a do André e a minha quando casei de novo. Ficamos tudo junto ... e trabalhávamos tudo unido". Entrevista nº 1 com José Bilar.

<sup>2</sup> KRETZEN, João. As grandes potências econômicas no Estado do Paraná: 1951-52. Curitiba, Escritório Sul-Brasil Econômico, 1951. 496p.

ra conservação), o cuidado com as pequenas criações e hortas e as diversas formas do que se poderia denominar de *indústria doméstica primária para autoconsumo* (a confecção de doces, de linguiças, de queijos e manteiga e outros produtos derivados dos plantios para subsistência).<sup>\*</sup> Além disso, as mulheres também participavam ativamente das colheitas, quando os serviços domésticos eram reduzidos ao mínimo para liberar mão-de-obra para o trabalho no campo.<sup>\*\*</sup>

Nas famílias com poucos membros trabalhadores masculinos, as mulheres realizavam um trabalho agrícola regular, e eram nestas que o recurso à mão-de-obra assalariada para os períodos de pique era mais utilizado. No entanto, o uso deste tipo de mão de obra eventual não era exceção, mas um complemento usual do trabalho familiar na época de derrubada de mata e de colheita. Na maioria dos casos estudados, havia utilização de trabalhadores temporários na produção (22 famílias), enquanto um número reduzido (4 famílias) empregava também trabalhadores permanentes. (Tabela 10, p. 98)

Há indícios de que o recrutamento dessa mão-de-obra era feito entre os migrantes recém-chegados à região<sup>\*\*\*</sup> — posseiros que ainda não haviam se instalado na terra ou trabalhadores à espera do início do ano agrícola para realizar contrato de empreitada ou de colonato.

<sup>\*</sup>Entrevistas 1, 2, 3 e 4, respectivamente com José Bilar, Antonio Bilar, Maria Bilar e A. Giasante.

<sup>\*\*\*</sup>"Chegava a época do apuro uma ficava para cozinhar e as outras carregava arroz e todas iam para luta, não ficava ninguém pra trás". Entrevista 3 com Maria Bilar.

<sup>\*\*\*\*</sup>"Nós ponhava gente de fora ... Os que estavam entrando precisavam ganhar. Eles precisavam ganhar para se manter e nós já tinha conforto ali. Eles ganhavam um pouquinho com nós ali". Entrevista 02 com Antonio Bilar.

Tabela 10. NÚMERO DE POSSEIROS, POR TIPO DE MÃO-DE-OBRA EMPREGADA, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU — 1940-1952.

Posseiros		Tipo de mão-de-obra empregada							
		Mão-de-obra familiar		Basicamente mão-de-obra familiar mas também temporária		Basicamente familiar mas também permanente e temporária		Não declarado	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
40	100,0	5	12,5	22	55,0	4	10,0	9	22,5

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais — 1940-52.

A remuneração da força de trabalho não familiar constituía-se de uma combinação em que prevalecia o pagamento em espécie mas onde também se pagava em dinheiro.\*

Tabela 11. NÚMERO DE POSSEIROS, POR FORMA DE REMUNERAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA EMPREGADA, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU — 1940-1952.

Posseiros		Forma de remuneração da mão-de-obra							
		Em espécie ou em quota-parte da produção		Principalmente em espécie mas também em dinheiro		Não remunera mão-de-obra		Não declarado	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
40	100,0	6	15,0	20	50,0	5	12,5	9	22,5

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais — 1940-52.

\*Nas entrevistas e processos, há referências aos dois tipos de pagamento, como exemplificam os trechos a seguir: "Eles ganhavam em mercado-



Os posseiros que remuneravam sô em espécie ou quota-parte da produção eram minoritários (15%). Parece ter predominado o pagamento somente em espécie no período de migrações de posseiros (principalmente nos anos 1940 a 1943). O pagamento em dinheiro pode ter sido recurso posterior para obtenção de mão-de-obra complementar dada a necessidade de oferecer vantagens que atraíssem trabalhadores potencialmente empregados das fazendas ou que recompensassem os riscos de trabalhar em áreas conflituosas.\*

Os relatos sobre o processo de trabalho dos posseiros denotam a total ausência de qualquer utilização de implementos agrícolas além dos mais rudimentares. A ocupação da terra nas posses era feita de forma extensiva e com derrubadas feitas parceladamente, numa espécie de expansão da fronteira interna das posses cujo ritmo parece ter sido dado pelos estímulos de mercado, mais do que pelas disponibilidades de força de trabalho familiar.\*\*

rias — um capado, um arroz, um feijão e ali eles tinham conforto". Entrevista com José Bilar; "Na época da colheita do café, os Bilar pagavam Cr\$ 1,00 de café colhido ou Cr\$ 40,00 por dia". Processo 028, de 21/08/51.

\*Tiroteios com a polícia ocorreram com frequência no período da colheita do café em 1950. Há referências de pelo menos um tiroteio durante uma jornada de trabalho agrícola numa das posses, com a morte de nove trabalhadores entre posseiros e seus *camaradas*. Entrevista 1 com José Bilar.

\*\*\*"A primeira derrubada fizemos para abrir a posse... A outra derrubada que fizemo foi já para plantar o café". Entrevista 1 com José Bilar. "Abrimo a posse nuns 2 alqueires mais ou menos e depois expandi-mo prá plantã café". Entrevista nº 4 com A. Giasante.

#### 5.4.. A NATUREZA DA ECONOMIA DE POSSEIROS

Os dados disponíveis sobre a migração dos posseiros para Porecatu e a organização social básica que ali estruturaram demonstram pelo menos dois aspectos da natureza desse campesinato.

Em primeiro lugar, percebe-se que desde o móvel de seu processo migratório — a reação contra a situação social anterior de assalariamento ou pouca terra — a busca do *enriquecimento* estava presente, ao lado da aspiração de *fartura* e *autonomia*. A preocupação em distinguir o melhor produto para mercado nas diferentes épocas de sua permanência na terra parece retratar este esforço para enriquecer, ao mesmo tempo que a policultura servia aos propósitos de abundância na mesa familiar. Ou seja, se está diante de uma *lógica de mercado* na utilização da terra em que as necessidades de consumo estavam incluídas mas não eram dominantes.

No tocante ao processo de trabalho que realizam, basicamente calcado no trabalho familiar e em instrumentos de trabalho rudimentares, não se percebe um antagonismo intrínseco à utilização de trabalho assalariado: sempre que possível e necessário lançavam mão de trabalhadores temporários ou permanentes para complementar o trabalho familiar.

Também sua forma de apropriação da terra por posse não foi consequência de uma visão de mundo diferenciada mas de uma impossibilidade financeira da família: a aspiração de comprar a terra e de se tornar seu proprietário legal estava presente

entre os posseiros desde sua chegada à região.

Não se tratava, portanto, de um projeto de vida "anti-capitalista" mas um projeto de pequena burguesia agrária interrompido pelas contradições que mantinham com o grande capital agrário, personificado nos proprietários legais da terra.

Um segundo aspecto que se destaca da análise deste camponato é sua inserção desvantajosa no mercado capitalista desde o início de sua posse. Ao mesmo tempo que partilhava de valores da lógica dominante, o camponês-posseiro percebia a subordinação que lhe impunham as relações com o capital comercial e usurário e, na medida do possível, tentava reagir a ela.

## Capítulo 6 - AS GRANDES FAZENDAS

### 6.1. A EXPANSÃO DA FRONTEIRA VIA GRANDES FAZENDAS: HISTÓRICO

As grandes fazendas que iniciaram a efetiva ocupação da terra em Porecatu tiveram no café seu fator básico de atração para a região, cujas terras eram reconhecidas como similares em fertilidade e aptidão à cultura às demais regiões do norte do Paraná, já em franca produção. Aí instalam uma economia, a partir de 1941, que se constituiu numa típica extensão da cafeicultura paulista.

Os dados sobre naturalidade dos fazendeiros da região demonstram a predominância de paulista entre eles: 84,5% eram naturais do Estado de São Paulo, enquanto 15,5% compunham-se de naturais de outros locais. (Tabela 12, p.103)

A vinculação com São Paulo fica demonstrada também nos dados de residência dos proprietários: à data dos processos mais de 60% residiam em São Paulo e somente 24,1% residiam no município de Porecatu. (Tabela 12, p. 103)

A importância do café como móvel da expansão das grandes fazendas fica bem evidenciado pelo fato de que muitos proprietários eram cafeicultores em São Paulo e vinham para novas terras em busca de terras propícias à cultura.<sup>1</sup>

<sup>1</sup>"Pela picada que mostra a foto A, é que andamos a cavalo mais ou menos 20 quilômetros para ver e conhecer se as terras que o Embaixador Macedo Soares nos ofereceu a 150 cruzeiros ao alqueire, seriam terras férteis e clima próprio para a cultura do café.. O Pau d'alho nos mostrou

Tabela 12. RESIDÊNCIA E PROCEDÊNCIA DE PROPRIETÁRIOS DE ESTABELECIMENTOS RURAIS, EM NÚMEROS  
ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU - 1940-52

Procedência	Residência							
	Porecatu		São Paulo		Outros Estados		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
São Paulo	14	24,1	35	60,4	0	0,0	49	84,5
Minas Gerais	3	5,2	0	0,0	0	0,0	3	5,2
Outros Estados	4	6,9	0	0,0	0	0,0	4	6,9
Outros países	0	0,0	0	0,0	2	3,4	2	3,4
Total	21	36,2	35	60,4	2	3,4	58	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais  
— 1940-52.

Foi um desses cafeicultores tradicionais de São Paulo, Ricardo Lunardelli,\* que iniciou a colonização em larga escala nas terras de Porecatu, na parte pertencente à antiga Fazenda Floresta, nas cercanias da futura sede de Porecatu.

Para formação das fazendas dos Lunardelli acorreram à região, por incentivo e às vezes já contratados pelos fazendeiros, levadas significativas de trabalhadores rurais que se tornaram formadores e colonos de café.

Foi em abril de 1941 que se procedeu à derrubada de mata para formação da primeira fazenda da região, a Fazenda Canaã, que inicia o plantio do café já em outubro desse ano. Ainda em 1941, os Lunardelli iniciam a abertura de uma estrada ligando o embrião do futuro Porto de Porecatu, situado em suas terras, junto ao Paranapanema, à sede do pequeno povoado Brasília que servia de núcleo às expansões das atividades de for-

que a terra seria fértil e a 'Embauba' nos mostrou que o clima seria próprio para o café livre de frequentes geadas". Declarações de Ricardo Lunardelli, documento avulso, s/data, Museu Paranaense.

\*Ricardo Lunardelli, fazendeiro de Catanduvas mas original de Rio Claro, era já conhecido pela estruturação empresarial de suas fazendas, muitas vezes pioneiras em técnicas de plantio de cafezais mais conservadores do solo, no aprimoramento da qualidade do café e na mecanização agrícola. Suas propriedades, em São Paulo, combinavam duas culturas em larga escala: o café e o algodão. Sua empresa incluía outras atividades, como beneficiamento e comércio do café. Cf. Diário Comércio e Indústria s/data, em poder do Museu Paranaense. Em Porecatu, Ricardo Lunardelli fundou uma empresa individual que transformou, em 1946, em sociedade anônima, com a denominação de Ricardo Lunardelli S.A., Agricultura, Indústria e Comércio, abrangendo, além das fazendas e da Usina, atividades de beneficiamento e exportação de café, serrarias, posto de gasolina, laboratório médico, etc. Cf. USINA Central do Paraná S.A. Agricultura, Indústria e Comércio; histórico. Arquivo da Usina Central do Paraná, Porecatu. Após a expansão de seus negócios para Porecatu, sua fama de fazendeiro moderno se intensificou, como demonstram artigos de jornais e de revistas. Cf. por exemplo, o "Diário Comércio e Indústria", São Paulo, 20 e 21 de nov. 1959 e SILVA, Sérgio Moraes. O Brasil de amanhã depende de brasileiros de hoje. Ricardo Lunardelli, pioneiro da Cruzada Santa da Defesa da terra: obras, palavras, conceitos e realizações que toda a nação precisa conhecer. Curitiba s/data, ambos em poder do Museu Paranaense, Seção de História. Curitiba.

mação de fazendas na região.<sup>2</sup>

Em 1942, outras fazendas dos Lunardelli se formam e eles se tornam, paralelamente, grandes negociadores de terra, não só vendendo parte das que adquiriram, como intermediando transações entre fazendeiros paulistas e os herdeiros da fazenda Floresta, ainda proprietários de parte das terras circunvizinhas às suas.<sup>3</sup>

O povoamento da região se desenvolve de forma acelerada e o lugarejo Brasília já é alçado à categoria de patrimônio do município de Sertãoópolis, com a denominação de Porecatu,\* em 1943. A criação do patrimônio não foi resultado somente de sua própria expansão populacional mas também da influência dos Lunardelli,<sup>4</sup> interessados em alcançar rapidamente a autonomia administrativa da região, o que de fato logo ocorreu, em 1947, quando Porecatu foi elevado à categoria de município, sendo alçado à comarca já no ano seguinte.\*\*

Paralelamente à expansão da fronteira nas regiões mais próximas ao antigo patrimônio e depois cidade de Porecatu, ini-

\*Decreto Estadual nº 199, de 30 de dezembro de 1943. A denominação Porecatu veio do tupi "Salto Bonito", como referência dos fundadores ao Salto Capivara no rio Paranapanema, situado próximo à localidade. IBGE. Sinopse Estatística de Porecatu. 1950.

\*\*O município de Porecatu foi criado pela Lei Estadual nº 2, de 10 de outubro de 1947 e é elevado à comarca pela Lei Estadual nº 93, de 14 de setembro de 1948. IBGE. Sinopse Estatística de Porecatu. 1950.

<sup>2</sup> PREFEITURA Municipal de Porecatu & GRUPO Escolar Bandeirantes. História da Colonização de Porecatu. s.d. (folheto). Arquivo da Usina Central do Paraná. Porecatu.

<sup>3</sup> PREFEITURA Municipal de Porecatu & GRUPO Escolar Bandeirantes. História da Colonização de Porecatu.

<sup>4</sup> "E foi criado o patrimônio em 1943, distrito em 1947 e comarca em 1948, criados com o auxílio do amigo Vespertino Pimpão". Declarações de Ricardo Lunardelli, doc. avulso, s.d. Museu Paranaense. Curitiba.

cia-se a colonização das terras situadas mais a leste, nos arredores da futura cidade de Alvorada do Sul. Aí uma outra empresa paulista, a firma Lima Nogueira Comercial e Exportadora adquirira uma vasta área, parte da qual loteou em pequenos e médios sítios.\*

O predomínio do café como eixo da ocupação dessas terras se igualava às mais próximas da sede de Porecatu. Seu elemento de distinção era a relevância da pecuária desenvolvida nas terras próprias da empresa Lima Nogueira, em áreas menos aptas ao café.

A relativa independência que a empresa Lima Nogueira mantinha em relação às áreas que gravitavam em torno da sede de Porecatu e o rápido povoamento de suas terras conduziram à elevação de Alvorada do Sul a distrito administrativo do município de Porecatu, à época de sua criação.\*\*

A abertura de estradas, inicialmente pelos Lunardelli e depois pela Lima Nogueira, foi um elemento de valorização das terras da região, que já foram revendidas, a partir de então, com alto lucro imobiliário.\*\*\* Com a criação do município, este passa a investir na abertura de novas estradas e na construção de Portos no Paranapanema (Porto Porecatu, nas terras dos Lunardelli e Porto Alvorada, nas terras da Lima Nogueira),

\*Lima Nogueira e Cia., além de colonizadora de terras, manteve sob sua propriedade a Fazenda Alvorada e possuía atividades de comércio de gado e café, torrefação e moagem de café, serraria e comércio de madeiras e posto de gasolina. IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. 1959. p. 23-25; e IBGE/DEE. Sinopse Estatística do Município de Porecatu. 1950.

\*\*Alvorada do Sul é elevada à categoria de distrito administrativo pela mesma lei que criou o município de Porecatu, Lei Estadual nº 2 de 11 de outubro de 1947.

\*\*\*Entrevista nº 9 com Otávio Gasparine.



incrementando ainda mais o valor das terras e constituindo-se num fator de atração de fazendeiros para região e suas adjacências.

Foi nesse contexto que, a partir de 1947, a ocupação da terra se expandiu de forma mais acelerada em Porecatu, chegando à região das posses, na parte do município que se localizava nos limites da ex-concessão Antonio Alves de Almeida.\*

Ali dois outros fatores interconectados contribuíam para valorização das terras: a criação da Colônia Centenário pelo governo estadual, em 1941, o que acarretou uma série de investimentos públicos em demarcações e construção de estradas, transferindo valor não só para as terras compreendidas em seus limites como para terras de particulares mantidas até então como reserva para transações imobiliárias, e o fato de que terras já praticamente desbravadas pelos posseiros foram alcançadas por melhores meios de transporte. Esse surto de valorização levou ao incremento dos negócios imobiliários e à formação de grandes propriedades na área sobrepondo títulos legais aos direitos de inúmeros posseiros. Com a expansão das fazendas para esse último segmento do município, pode-se dizer que se dá o fechamento legal da fronteira em Porecatu, consolidada em 1952 com a expulsão dos posseiros.

Note-se que a ocupação das terras nesses três segmentos de Porecatu tem no café sua expressão inequivocamente dominante.

No entanto, desde 1942 iniciaram-se as gestões que iriam introduzir um terceiro produto de ponta das grandes fazendas e

\* Mapa nº 3, p. 58.

que se tornaria extremamente relevante em Porecatu, nos períodos subsequentes.

Nesse ano, foi posta em concorrência, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, a montagem de uma usina de açúcar no Norte do Paraná. Ricardo Lunardelli vence a concorrência e fica autorizado a montar em Porecatu uma usina com capacidade inicial para 30 mil sacas de açúcar.<sup>5</sup> Há indícios de que o fazendeiro paulista tinha essa intenção ao adquirir as terras da região, já que, em São Paulo, combinava o produto principal - o café - com outro produto de relevância comercial - o algodão.

No próprio processo de autorização para montagem da indústria, estavam inclusas as condições normais da lavoura canavieira no que diz respeito às suas relações com fornecedores, operários e trabalhadores e que condicionaram o início de plantio da cana no município. No ano agrícola de 1944-1945, a cana foi produzida na fazenda Jaborandi, de propriedade dos Lunardelli, que a dividiram em duas glebas, uma das quais destinada aos futuros fornecedores da usina e subdividida em pequenos lotes. Os lavradores que os adquiriram obrigavam-se a efetuar seu pagamento em cana, produzindo conforme as especificações dos proprietários vendedores e com cláusula de exclusividade de venda.<sup>6</sup>

A usina entra também em funcionamento em 1945, mas só começa a trabalhar normalmente em 1949, com a tiragem inicial de 2000 sacas de açúcar.<sup>7</sup> Posteriormente, quando se decide ampliar a produção industrial, a empresa expande os canaviais em

<sup>5</sup> SILVA, Sérgio Moraes. O Brasil de amanhã depende de brasileiros de hoje.

<sup>6</sup> PREFEITURA Municipal de Porecatu e GRUPO Escolar Bandeirantes. História da colonização de Porecatu.

<sup>7</sup> PREFEITURA Municipal de Porecatu e GRUPO Escolar Bandeirantes. História da colonização de Porecatu.

terras próprias, tornando minoritário o fornecimento dos pequenos produtores integrados a ela.\*

Café, cana e gado, estas últimas atividades combinadas sempre com o café, em fazendas da mesma empresa agropecuária, eram os produtos de ponta das grandes fazendas da região, dadas as condições locais e da conjuntura econômica. Embora perfeitamente sintonizadas com as melhores perspectivas de mercado e estruturadas empresarialmente para a maximização de lucros, as grandes fazendas em Porecatu apresentavam uma baixa utilização de capital, além daquele que adiantavam aos proprietários fundiários pelo pagamento da terra.

#### 6.2. PREÇO DA TERRA E USO DE CAPITAL NAS GRANDES FAZENDAS

As grandes fazendas em Porecatu foram formadas a partir da compra da terra de particulares (área da Fazenda Floresta e alguns tratos isolados na ex-concessão Antônio Alves de Almeida) ou do governo do Estado (área municipal relativa à Colônia Centenário, na ex-concessão Antonio Alves de Almeida).\*\* O pagamento do preço da terra aos antigos proprietários fundiários foi a condição preliminar para que os empresários paulistas pudessem utilizar a terra produtivamente, ou seja, para aí realizar o investimento de seu capital.

Esse capital, imobilizado na forma de renda fundiária adiantada aos proprietários da terra, parece ter correspondi-

\*Entrevista nº 17 - Hélio Prado.

\*\*Ver Mapa nº 3, p. 58.

do a magnitudes diferentes, conforme a terra fosse particular ou do governo. As terras já sob o domínio privado eram mais caras, porque deveriam remunerar a *preço de mercado* empresários paulistas que em Porecatu eram os antigos proprietários fundiários.\*

Como forma de minimizar o adiantamento do preço da terra a esses antigos proprietários, os dois fazendeiros principais de Porecatu — os Lunardelli e a Lima Nogueira — tornaram-se, eles mesmos, vendedores de parte das terras que haviam adquirido. As áreas deixadas em reserva para a venda se valorizaram em poucos anos, com o cultivo das terras adjacentes, com a construção de estradas pelo fazendeiro e pelo governo que passa a realizar mais investimentos básicos em infra-estrutura quando fundada a vila de Porecatu e depois o patrimônio e o município.

No caso de terras compradas ao governo estadual, o preço a ser adiantado era rebaixado em função da deliberação política de torná-las acessíveis aos que as tornariam produtivas, diminuindo, assim, a margem de renda obtida com a sua venda. Os adquirentes de terras da Colônia Centenário, muitos dos quais fazendeiros nas terras de domínio privado do município\*\*

\*Os herdeiros de Escolástica Melchert da Fonseca, proprietários da Fazenda Floresta à época da venda das terras aos Lunardelli e à Lima Nogueira, eram personalidades empresariais e políticas de São Paulo. Entre eles estava o Embaixador Macedo Soares, genro de uma filha de Dona Escolástica e principal intermediário nas transações imobiliárias em Porecatu. DECLARAÇÕES de Ricardo Lunardelli, documento avulso, s/data. Museu Paranaense, Curitiba.

\*\*Um exemplo são os Lunardelli que adquiriram terras da Colônia Centenário no nome individual de membros da família. Cf. FUNDAÇÃO Instituto de Terras e Cartografia. Mapa da Ex-concessão Antonio Alves de Almeida.

e profissionais liberais de Curitiba,<sup>8</sup> acabaram por usufruir dessa condição vantajosa de compra, pois puderam revender as terras com extraordinário lucro imobiliário, sem nenhuma ocupação produtiva.\*

Tornando-se, portanto, negociadores de terra e/ou usufruindo dos benefícios da compra vantajosa de terras devolutas, os grandes fazendeiros locais ressarciram-se de parte do preço adiantado aos antigos proprietários fundiários para adquirir aquelas terras.

Além da soma adiantada para compra das terras, muito pouco dispêndio de capital era feito pela maioria dos fazendeiros da região.

O valor dos estabelecimentos agrícolas distribuído pela natureza dos bens, em 1950, demonstra a baixa capitalização da agricultura na região, tal como ocorria no Estado como um todo, com a preponderância absoluta da terra sobre os demais componentes de valor: veja-se que a terra representava 91,5% do valor dos estabelecimentos agrícolas em Porecatu e as construções 6,4% enquanto o somatório dos demais itens representava apenas 2,1% do valor total. (Tabela 13, p.112) O Estado apresentava um quadro parecido, embora o peso da terra na formação do valor dos estabelecimentos agrícolas fosse proporcionalmen-

\*Algumas transcrições de imóveis da Colônia Centenário indicam este lucro imobiliário bastante elevado no negócio de terras em mata virgem. Como exemplo, pode-se citar o processo 026/50 de 31/07/50, onde a variação real do preço do hectare entre fevereiro de 1947, data em que o lote foi comprado ao Estado e março de 1950, data em que foi vendido a terceiros, sem nenhuma benfeitoria ou plantação, foi de 2.824,33% (valor deflacionado a uma taxa calculada de inflação, no período 1947-1950, de 40,268%, segundo a Fundação Getúlio Vargas, in: Revista EXAME, ).

<sup>8</sup>FUNDAÇÃO Instituto de Terras e Cartografia. Mapa da Ex-concessão São Antonio Alves de Almeida.

Tabela 13. VALOR DOS ESTABELECIMENTOS, POR NATUREZA DE BENS, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL,  
NO MUNICÍPIO DE PORECATU E NO ESTADO DO PARANÁ - 1950.

	Valor (Cr\$ 1.000)												
	Estab. c/decl.	Valor Total		Terras		Construções		Veículos e animais de trab.		Máq. e instr. agric.		Outras máquinas	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Município de Porecatu	319	348716	100,0	319015	91,5	22370	6,4	5232	1,5	561	0,2	1538	0,5
Estado	89155	13150033	100,0	10922129	83,1	1582019	12,0	512207	3,9	82887	0,6	50791	0,4

Fonte: Censo Agrícola do Estado do Paraná - 1950.

te menor que em Porecatu (83,1%), dada a maior significação relativa das construções, dos veículos e animais de trabalho e das máquinas e instrumentos agrícolas.

Os baixos níveis de inversões de capital nos estabelecimentos agrícolas resultaram numa agricultura onde praticamente não se utilizava força mecânica — só um (01) estabelecimento declarou utilizar esse tipo de força —, 49,5% utilizava força animal e 50,2% não utilizava força de espécie nenhuma (Tabela 14, p. 114), além de utilizar um reduzido número de instrumentos agrícolas em geral. (Tabela 15, p.115) Note-se que outra vez a situação de Porecatu se coadunava com a do Estado e não representava uma exceção no que se refere ao uso de capital na agricultura.

Se eram poucos os investimentos para formação de capital fixo nas fazendas, as despesas com o custeio da atividade agrícola também eram reduzidas nos itens relativos à compra de insumos agrícolas e recaíam majoritariamente na remuneração de mão-de-obra. (Tabela 16, p.116).

Note-se que o peso das despesas com mão-de-obra não significava igual volume em dispêndios monetários, já que se computava o equivalente em dinheiro dos produtos em espécie que compusessem a remuneração, aí abrangendo tanto as quota-partes do café e os produtos cultivados pelos próprios trabalhadores como os mantimentos e serviços que fossem a eles fornecidos. Portanto, o item mais substancial dos dispêndios em estabelecimentos agrícolas — aqueles realizados com a força de trabalho — era, em parte, autocusteado pelos próprios trabalhadores no plantio do cafezal e nos seus plantios de subsistência.

Tabela 14. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGO DE FORÇA NOS TRABALHOS AGRÁRIOS, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU - 1950.

Região	Estabelecimentos	Emprego de força nos trabalhos agrários							
		ANIMAL		MECÂNICA		ANIMAL E MECÂNICA		SEM EMPREGO DE FORÇA	
		Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
Município									
de Porecatu	319	158	49,5	1	0,3	0	0,0	160	50,2
Estado	89461	36759	41,1	28	0,0	176	0,2	52498	58,7

Fonte: Censo Agrícola do Estado do Paraná - 1950.



Tabela 15. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, NO MUNICÍPIO DE PORECATU E NO ESTADO DO PARANÁ - 1950

Região	Estabelecimentos	Máquinas e Instrumentos Agrários															
		Tratores		Arados		Grades		Rolos		Semeadeiras		Pulverizadores e Polvilhadeiras		Cefadeiras		Total	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Município de Porecatu	319	0	0,0	12	41,4	3	10,4	2	6,9	1	3,4	10	34,5	1	3,4	29	100,0
ESTADO	89461	280	0,5	30405	53,8	16377	29,0	625	1,1	4610	8,2	3970	7,0	254	0,4	56521	100,0

Fonte: Censo Agrícola do Estado do Paraná - 1950.

Tabela 16. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM DECLARAÇÃO DE DESPESA, POR TIPO DE DESPESA EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU - 1950.

Estabelecimentos com declaração	Despesas (Cr\$ 1.000)											
	Total		Remuneração de mão-de-obra*		Insumos**		Aluguéis e Arrend.		Impostos		Outras despesas***	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
319	49174	100,0	41983	85,4	136	0,6	119	0,2	1256	2,6	5500	11,2

Fonte: Censo Agrícola do Estado do Paraná - 1950

\*Incluídas as remunerações em espécie e a quota-parte de parceiros.

\*\*Insumos: sementes e mudas, adubos e fertilizantes, inseticidas e fungicidas.

\*\*\*Outras despesas: transportes, reparação e conservação, trabalhos por empreitada, etc.

Entre as demais despesas, sobressaíam-se as reunidas pelo Censo como *outras* e que incluíam os dispêndios com transportes, reparação e conservação e, mais uma vez, com remuneração de um tipo de mão-de-obra específica: os trabalhos de empreitada. Os gastos com insumos, como se viu na tabela 16, p. 116, eram insignificantes no cômputo geral de despesas dos estabelecimentos.

Os dados sobre dispêndios de capital nas fazendas e sítios de Porecatu demonstram que se estruturou, na região, uma agricultura *primitiva*, com uma baixa composição orgânica do capital, onde se aproveitava a fertilidade natural das terras novas e se adotavam relações de trabalho que transferissem parte do custeio da atividade agrícola para os próprios trabalhadores.\*

O fato de inexistirem linhas de crédito especiais para financiamentos à agricultura tornava os empréstimos bancários onerosos e certamente influenciou na estruturação desse tipo de organização da produção poupadora de capital. No entanto, mesmo com restrições no montante e com finalidades menos dirigidas ao investimento e custeio e mais às atividades de beneficiamento inicial e comercialização (secagem, ensacamento, transporte), a utilização de empréstimos bancários parece ter sido generalizada entre os fazendeiros da região. Embora não

\*O seguinte trecho de uma entrevista com um fazendeiro de Londrina, à época do presente estudo, é bastante esclarecedor para desvendar a conexão existente entre a baixa utilização de capital na agricultura e as relações de trabalho adotadas: "Em Porecatu, em Londrina, em todo o Norte do Café naquela época, o custeio era feito de outra forma: nós empregávamos uns trabalhadores diferentes, chamados formadores e eles trabalhavam pelo direito do plantio. Se eles precisassem de um pouco de ajuda nós emprestavamos com nossos recursos próprios. Depois que a plantação produzia, então eles ganhavam em dinheiro pelo número de pés formados. Mesmo assim, eram poucos os gastos". Entrevista nº 16, com Rafael Rezende.

se disponha de dados precisos sobre o assunto,\* a prática de empréstimos pessoais era a mais comum no período. Neste caso, os bens do fazendeiro — entre eles a produção e a terra — eram a garantia dos empréstimos. A taxas de juros normais, sem nenhuma espécie de subsídio, os fazendeiros se viam obrigados a canalizar parcela de seus lucros aos bancos para poderem *realizar sua safra*, ou seja, comercializá-la. O grau de dependência desse tipo de financiamento era bastante menor no caso das fazendas pertencentes a empresas também industriais e comerciais, já que as despesas diminuía significativamente.\*\*

Para se entender melhor a formação de capital nas grandes fazendas em Porecatu, diante da situação de baixa capacidade de inversão que se lhes apresentava, a análise da força de trabalho que empregava é bastante esclarecedora, como se verá a seguir.

### 6.3. A FORÇA DE TRABALHO NAS FAZENDAS

A composição da força de trabalho nas fazendas de Porecatu\*\*\* entre 1940 e 1952 reforça a característica da região

\*As fontes sobre financiamentos bancários foram entrevistas com fazendeiros e gerentes de banco à época. Cf. Entrevista nº 9, Otávio Gasparine; nº 12, Paulo Ferreira, nº 16, Rafael Rezende e nº 20, Glower Duarte.

\*\* Entrevista nº 9, com Otávio Gasparine.

\*\*\*Conforme explicitado no Capítulo 2, esse dado como todos os apresentados na totalidade das Tabelas cujas fontes foram os processos cíveis e criminais pesquisados, referem-se aos litigantes principais dos processos, ou seja, aos trabalhadores remunerados da família. Não estão incluídos, portanto, os membros não-remunerados que compunham cada categoria da força de trabalho.

como de fronteira; à época, 73,7% dos trabalhadores eram *empreiteiros-formadores*, denominados também como *formadores*, encarregados normalmente de formar as plantações e pastos das fazendas em terras virgens:

Tabela 17. CATEGORIAS DE TRABALHADORES RURAIS QUE COMPÕEM A FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, EM PORECATU - 1940-52.

Categoria de trabalhador	nº	%
Formador	129	73,7
Colono	22	12,6
Trabalhador rural	18	10,3
Outros	6	3,4
Total	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais — 1940-52.

Os colonos, trabalhadores de fazendas já formadas e encarregados de tratos sistemáticos em lavouras e de criações, representavam 12,6%, enquanto os demais trabalhadores rurais englobando os denominados correntemente de *trabalhadores rurais comuns* ou *camaradas*, constituíam 10,3% do total de trabalhadores. Apenas 3,4% eram de outras categorias (*empreiteiros com turma para trabalhos temporários, arrendatários e parceiros*).

A maior parte desses trabalhadores iniciou seu contrato ou relação de emprego na região predominantemente no período 1948-52, ou seja, entre oito a doze anos após a entrada dos

primeiros posseiros e sete a onze anos após o início da abertura das primeiras fazendas. (Tabela 18, p. 121)

Um número expressivo de formadores já trabalhava na região desde o período anterior (1944-47), mas o conjunto de trabalhadores empregado nas fazendas é bastante incrementado a partir de 1948, quando Porecatu é elevado a município e a ocupação da terra se intensifica com a abertura de estradas e a construção de portos no Paranapanema.

A distribuição da força de trabalho por produto demonstra a relevância do café, que absorvia 93% dos trabalhadores ligados à agricultura. (Tabela 19, p. 122)

O segundo produto em emprego de mão-de-obra, a pecuária, absorvia apenas 3,1% entre formadores (formadores de pasto) e trabalhadores rurais (peões). (Tabela 19, p. 122)

No entanto, essa relevância não era dada por qualquer influência dessa força de trabalho, já que mesmo os formadores, cuja semelhança com parceiros poderia sugerir algum tipo de autonomia na escolha do produto principal a ser cultivado, na verdade não influíam nesta decisão. (Tabela 20, p. 123)

Uma fundamental característica dessa força de trabalho é a sua condição de acesso à terra para prover diretamente parte dos seus meios de subsistência (Tabela 21, p.124): 84,0% dos trabalhadores têm o direito de realizar plantações e criações para seu próprio uso e 2,9% pode realizar só plantações, totalizando em 86,9 a parcela de força de trabalho com acesso à terra. A totalidade dos formadores e 72,8% dos colonos tinham tanto plantações como criações próprias, enquanto 22,7% dos colonos tinham o direito de plantar para subsistência.

Tabela 18. DATA DE INÍCIO DO CONTRATO OU EMPREGO, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO A CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Categoria de Trabalhador	Data de início do contrato ou emprego									
	1940-1943		1944-1947		1948-1952		Não Declarado		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Formador	7	5,4	44	34,1	77	59,7	1	0,8	129	100,0
Colono	0	0,0	1	4,5	21	95,5	0	0,0	22	100,0
Trabalhador rural	1	5,6	0	0,0	9	50,0	8	44,4	18	100,0
Outros	0	0,0	0	0,0	6	100,0	0	0,0	6	100,0
Total	8	4,6	45	25,7	113	64,6	9	5,1	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

Tabela 19. PRINCIPAIS PRODUTOS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM PORECATU - 1940-52.

Categoria de Trabalhador	Produtos											
	Café		Algodão		Cereais		Pecuária		Não Declarado		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Formador	120	93,0	1	0,8	2	1,6	4	3,1	2	1,6	129	100,0
Colono	21	95,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	4,5	22	100,0
Trabalhador rural	16	88,9	0	0,0	0	0,0	2	11,1	0	0,0	18	100,0
Outros	6	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	100,0
Total	163	93,0	1	0,5	2	1,0	6	3,4	4	2,2	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.



Tabela 20. POSSIBILIDADE DE DETERMINAR O PRINCIPAL PRODUTO A SER PLANTADO, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Categoria de Trabalhador	Possibilidade de determinar o principal produto a ser plantado					
	Não tem possibilidade		Não declarado		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Formador	127	98,4	2	1,6	129	100,0
Colono	21	95,5	1	4,5	22	100,0
Trabalhadores rurais	17	94,4	1	5,6	18	100,0
Outros	6	100,0	0	0,0	6	100,0
Total	171	97,7	4	2,3	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais  
- 1940-52.

Tabela 21. PLANTAÇÕES E CRIAÇÕES DE SUBSISTÊNCIA, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO CATEGORIA DE TRABALHADOR, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52

Categoria de Trabalhador	Plantações e criações de subsistência									
	Tem plantações e criações		Só plantações		Não tem planta- ções ou criações		Não declarado		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Formador	129	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	129	100,0
Colono	16	72,8	5	22,7	0	0,0	1	4,5	22	100,0
Trabalhador rural	0	0,0	0	0,0	18	100,0	0	0,0	18	100,0
Outros	2	33,3	0	0,0	4	66,7	0	0,0	6	100,0
Total	147	84,0	5	2,9	22	12,6	1	0,5	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais  
- 1940-52.

A única categoria de trabalhadores que não tinha nenhum tipo de acesso à terra era a dos trabalhadores rurais, distinguida claramente dos demais por esta característica.\*

No entanto, mesmo os trabalhadores rurais sem acesso à terra moravam na fazenda onde trabalhavam, assim como a totalidade dos empreiteiros e colonos — 97,7% da força de trabalho à época, o que demonstra uma grande concentração da força de trabalho no local da produção, dadas as dificuldades existentes tanto para a contratação de trabalhadores como para seu transporte e locomoção. (Tabela 22, p. )

São esses trabalhadores residentes e predominantemente não-proletarizados, embora combinados com um percentual pouco significativo de proletários rurais, que estavam na base da organização da produção nas grandes fazendas de Porecatu. A relação que estabelecem com o fazendeiro no processo de produção agrícola local cristaliza uma forma bastante singular de compra de força de trabalho em que o tipo majoritário de trabalhador — o empreiteiro formador — assume, em alguns aspectos, a feição de parceiros. A análise detalhada dessas relações de trabalho permite desvendar a complexa rede de mecanismos de exploração do trabalho que lhes são subjacentes e, deste modo, entender o papel primordial que desempenharam na expansão da fronteira agrícola capitalista para a região.

\*Vejam-se estes trechos de processos em que os juízes fazem a caracterização da relação de trabalho dos reclamantes em distinção a estes trabalhadores rurais "comuns" ou camaradas: "O reclamante não foi contratado como camarada mas como colono da fazenda e por isto tem o direito aos plantios e criações de praxe..." Processo nº 16, de 07/10/48; "Não se pode igualar um formador ao trabalhador rural comum: ele tem seus produtos próprios dos quais grande parte do seu sustento e de sua família dependem". Processo nº 15, de 30/07/48.

Tabela 22. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO O LOCAL DE MORADIA, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Local de Moradia do Trabalhador	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Mora na fazenda onde trabalha	129	100,0	22	100,0	18	100,0	2	33,3	171	97,7
Mora em cidade próxima à fazenda onde trabalha	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	66,7	4	2,3
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais  
- 1940-52.

### 6.3.1. O assalariamento ou contrato de serviço.

A força de trabalho das grandes fazendas mantinha uma relação de trabalho formalizada: 75,5% dos trabalhadores tinham contrato escrito ou caderneta agrícola assinados pelo patrão. (Tabela 23, p. 128)

Dentre todos, eram os formadores e os colonos aqueles cujo grau de formalização da relação de trabalho era, de fato, predominante, enquanto entre os trabalhadores rurais a maioria não tinha contrato escrito.

A necessidade de formalização do contrato para formadores e colonos advinha da complexidade da relação que esses trabalhadores estabeleciam com a fazenda: as atividades eram especificadas minuciosamente, as obrigações extras também eram delineadas, a remuneração, as multas e prazos de pagamento eram explicitados, as condições para o plantio de subsistência e a divisão do tempo do trabalhador entre atividades para a fazenda e atividades próprias também eram enunciadas claramente. Constar toda a teia de obrigações e deveres no contrato era uma garantia legal que as fazendas não prescindiam.

No caso dos trabalhadores rurais, sua relação de trabalho com o fazendeiro era simplificada: tratava-se da compra de força de trabalho e a questão prévia era, basicamente, a do salário. O trato verbal das tarefas e da remuneração podia ser feito sem implicações maiores para a fazenda, já que o trabalhador já se sabia avulso e disponível para qualquer atividade na fazenda, pois não mantinha ligação nenhuma com uma parcela de terra específica, tal como os formadores e colonos.

Tabela 23. FORMA DE CONTRATO COM O PROPRIETÁRIO DA TERRA, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL,  
SEGUNDO A CATEGORIA DE TRABALHADOR, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Categoria de Trabalhador	Forma de Contrato							
	Contrato escrito e/ou Caderneta agrícola		Não possui contrato, só contrato verbal		Não declarado		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Formador	106	82,2	22	17,0	1	0,8	129	100,0
Colono	21	95,5	0	0,0	1	4,5	22	100,0
Trabalhador rural	3	16,7	15	83,3	0	0,0	18	100,0
Outros	2	33,3	4	66,7	0	0,0	6	100,0
Total	132	75,5	41	23,4	2	1,1	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais  
- 1940-52.

Essa falta de especificação de tarefas era generalizada nesse grupo de trabalhadores, ao contrário dos colonos e formadores. (Tabela 24, p. 130)

Suas atividades eram, geralmente, todos os serviços necessários na lavoura desde que determinados pela administração: 61% dos trabalhadores rurais incluíam-se no rol dos contratados para atividades gerais (Tabela 24, p. 130). A parcela dos trabalhadores contratados para atividades especificadas era absorvida na colheita e em capinas, ou cuidados eventuais com a lavoura, freqüentemente para suprir atrasos dos colonos ou formadores responsáveis pela mesma. Atividades como o desmatamento e preparo da terra para cultivo e cuidados com o gado faziam parte do rol de tarefas especificadas para esse tipo de trabalhador rural. (Tabela 25, p. 131)

Já os formadores desempenhavam, normalmente, quatro tipos de atividades: a formação de um determinado número de pés, no caso de café e algodão ou área do produto principal, no caso de cereais, a conservação desses pés ou área plantada e a colheita do produto sob sua responsabilidade. (Tabela 25, p. 131) Além destas atividades básicas, a maior parte dos formadores (79,1%) tinha como atividade prevista no contrato a realização de trabalhos extras para o proprietário.

Um percentual menor de formadores tinha como atribuição realizar o desmatamento (17,1%) e o preparo da terra para cultivo (26,3%). Essas tarefas não eram generalizadas entre os formadores dado que a magnitude do trabalho necessário inviabilizava ou tornava mais demorada sua realização pelo grupo familiar, com os poucos camaradas ou auxiliares que o formador podia contratar. (Tabela 25, 131)

Tabela 24. ESPECIFICAÇÃO DA TAREFA PRINCIPAL NO CONTRATO, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO A CATEGORIA DE TRABALHADOR, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Categoria de Trabalhador	Especificação da tarefa principal no contrato							
	Tarefa especificada		Não especificada		Não declarada		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Formador	126	97,7	0	0,0	3	2,3	129	100,0
Colono	21	95,5	0	0,0	1	4,5	22	100,0
Trabalhador rural	7	38,9	11	61,1	0	0,0	18	100,0
Outros	6	100,0	0	0,0	0	0,0	6	100,0
Total	160	91,4	11	6,3	4	2,3	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais  
- 1940-52.



Tabela 25. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Atividade	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Desmatamento	22	17,1	0	0,0	1	5,5	3	50,0	26	14,8
Preparo da terra para cultivo	34	26,3	0	0,0	1	5,5	6	100,0	41	23,4
Formar um determinado número de pés ou área do produto principal	123	95,3	0	0,0	0	0,0	2	33,3	125	71,4
Conservar um determinado número de pés ou área do produto principal	123	95,3	21	95,5	0	0,0	2	33,3	146	83,4
Colheita do produto principal	123	95,3	21	95,5	3	16,7	2	33,3	149	85,1
Trabalhos extras para o proprietário	102	79,1	21	95,5	0	0,0	0	0,0	123	70,3
Serviços gerais na lavoura	0	0,0	0	0,0	11	61,1	0	0,0	11	6,3
Formação de pasto	21	16,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	21	12,0
Cuidados com o gado	0	0,0	0	0,0	1	5,5	0	0,0	1	0,6
Capina ou cuidados	0	0,0	0	0,0	3	16,7	0	0,0	3	1,7
Não declarado	0	0,0	1	4,5	0	0,0	0	0,0	5	2,9
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

O desmatamento, principalmente, era tarefa que o proprietário preferia contratar com empreiteiros avulsos, com turma de trabalhadores próprios. Quando essas atividades eram assumidas pelo formador, isto era compensado por um prazo de contrato maior. Era um contrato, então, diferenciado dos demais.\*

Ao contrário dos formadores, os colonos não trabalhavam nas atividades de desmatamento, preparo de terra e formação da lavoura ou pasto. Eram contratados para a conservação de café já formado e em plena produção, com mais de 4 anos de plantio. Suas atividades, além dos tratos no cafezal, incluíam a colheita do café e trabalhos extras para o proprietário.

Como se viu, eram parte das tarefas dos formadores e dos colonos os chamados trabalhos "extras" para a fazenda, assim denominados por não fazerem parte do rol de atividades diretamente atinentes à produção principal que está sob a responsabilidade do trabalhador. Esse tipo de trabalho comportava tanto atividades remuneradas por dia<sup>9</sup> ou por tarefas como a prestação de serviços gratuitos para a fazenda.

O trabalho extra remunerado principal dos formadores era a colheita do café "velho", ou seja, fora da área em formação e, dos colonos, roçados e capinas no pasto. (Tabela 26, p. 133)

\*Um exemplo dessa diferenciação pode ser visto no seguinte trecho de um processo onde o réu era formador de café, com contrato de 6 anos: "É uso nesta região a celebração de contratos de 'mato em pé e água no córrego' quando o formador recebe vantagens em relação a outros contratos para recompensá-lo da pesada labuta e altos custos do desbravamento de terras inóspitas. No entanto, sabe-se que não constitui a prática mais disseminada entre nossos agricultores, deixar tais atribuições aos seus colonos formadores". Processo nº 042, de 28/07/52.

<sup>9</sup>"Os dias de serviços em que o formador trabalhar para a fazenda, a chamado da mesma, serão pagos a razão de Cr\$ 20,00 a sêco". Cláusula de um contrato padrão de formação de café, anexo ao processo 01, de 10/10/43.

Tabela 26. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO TIPO DE TRABALHOS EXTRAS REMUNERADOS QUE REALIZA, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Trabalhos extras remunerados realizados	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Não realiza	19	14,7	0	0,0	17	94,4	6	100,0	42	24,0
Roçado ou capina no pasto	8	6,2	16	72,7	0	0,0	0	0,0	24	13,7
Limpeza e conservação da propriedade	4	3,1	6	27,3	0	0,0	0	0,0	10	5,7
Colheita de café velho	96	74,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	96	54,9
Outros	16	12,4	6	27,3	0	0,0	0	0,0	22	12,6
Não declarado	8	6,2	2	9,1	1	5,6	0	0,0	11	6,3
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

Esses trabalhos deveriam ser realizados sempre que solicitados pelo proprietário. (Tabela 27, p. 135) Apenas para uma parcela minoritária de formadores era levado em consideração o estado de sua empreitada específica antes de serem convocados para as tarefas extras. Esta circunstância permite supor que eventuais atrasos na atividade principal do formador, ocasionado pela sua ocupação em tarefas extras, era compensado por um trabalho adicional na sua empreitada, através do prolongamento da jornada diária ou trabalho nos domingos.

As tarefas extra-gratuitas eram especificadas em contrato e eram realizadas pela maioria dos trabalhadores: apenas 24,0% dos trabalhadores não as realizavam (Tabela 28, p. 136). No rol de tarefas, predominavam a obrigatoriedade de prestar socorro e prevenção em casos de enchentes, geadas, incêndios e outras ocorrências desta natureza e os consertos ou conservação de caminhos e estradas.<sup>10</sup> Além dessas atividades, eram obrigatórias, como tarefas gratuitas de parte dos formadores e colonos, o roçado ou capina de pastos, o conserto ou conservação de cercas, limpeza e conservação da área residencial<sup>11</sup> e a construção de variadas benfeitorias para a colônia ou emprei-

<sup>10</sup>"O formador é obrigado a atender prontamente ao chamado para apagar fogo e socorrer em outras eventualidades urgentes que possam surgir (enchentes, tempestades, geadas), a qualquer hora do dia ou da noite, bem como para consertar estradas, não recebendo por esses serviços remuneração alguma". Cláusula de um contrato padrão para formação de café, anexo ao Processo 001, de 10/10/43.

<sup>11</sup>"O formador será obrigado a fazer, sem remuneração, os roçados nos pastos e os consertos nas cercas, aceiros e caminhos que ligam à Estrada Municipal, sendo de sua obrigação também fazer a destoca nos carreadores, zelar pela conservação da casa que lhe for entregue para moradia..." Cláusula de um contrato padrão para formação de café, anexo ao Processo 011, de 07/03/47.

Tabela 27. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO TEMPO DEDICADO A TRABALHOS EXTRAS REMUNERADOS, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Tempo dedicado a trabalhos extras remunerados	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Não realiza trabalhos extras	19	14,7	0	0,0	17	94,4	6	100,0	42	24,0
Dedica o tempo solicitado pelo proprietário	77	59,7	20	90,9	0	0,0	0	0,0	97	55,4
Sempre que, quando solicitado, seu trabalho de empreita estiver em dia	25	19,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	25	14,3
Não declarado	8	6,2	2	9,1	1	5,6	0	0,0	11	6,3
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

Tabela 28. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO TIPO DE TRABALHO EXTRAS GRATUITOS QUE REALIZA, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Trabalhos extras gratuitos realizados	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Não realiza	19	14,7	0	0,0	17	94,4	6	100,0	42	24,0
Roçado ou capina no pasto	35	27,1	15	68,2	0	0,0	0	0,0	50	28,6
Conserto ou conservação de cercas	49	38,0	15	68,2	0	0,0	0	0,0	64	36,6
Conserto ou conservação de caminhos e estradas	96	74,4	21	95,5	0	0,0	0	0,0	117	66,9
Desmatamento	4	3,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	2,3
Construção ou conservação de benfeitorias da fazenda	5	3,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	2,9
Limpeza e conservação da área residencial	34	26,4	16	72,7	0	0,0	0	0,0	50	28,6
Socorro e prevenção em casos de: enchentes, geadas, incêndios, etc.	101	78,3	21	95,5	0	0,0	0	0,0	122	69,7
Construção ou conservação de benfeitorias da colônia ou da empreita	33	25,6	15	68,2	0	0,0	0	0,0	48	27,4
Formação de pasto	8	6,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	4,6
Não declarado	8	6,2	1	4,5	1	5,6	0	0,0	10	5,7
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

ta.<sup>12</sup> Tarefas de maior magnitude eram também atribuídas aos formadores, porém com menos frequência, como, por exemplo, o desmatamento de áreas fora da empreita e/ou a formação de pasto.<sup>13</sup> Ou seja, uma parte substancial do trabalho realizado nas fazendas era trabalho manifestadamente não pago, previsto, inclusive, no contrato de emprego (no caso do colono) ou de prestação de serviços (no caso do empreiteiro formador).

Os formadores e colonos distinguiam-se também dos trabalhadores rurais por serem contratados desde logo como trabalhadores familiares. (Tabela 29, p. 138)

A família trabalhadora, embora formalmente individualizada na pessoa do chefe familiar, era contratada pela fazenda. Da disponibilidade de mão-de-obra familiar para o trabalho nos cafezais dependia a magnitude do contrato em termos de números de pés a serem formados ou conservados.<sup>14</sup>

Quanto à duração do contrato, havia nítida diferenciação entre as três categorias básicas de trabalhadores. (Tabela 30, p. 139)

<sup>12</sup>"São obrigações do empreiteiro: a) a construção de paiol para a guarda de milho e demais cereais colhidos na propriedade; b) a construção de chiqueiro; c) manter em bom estado de conservação todas as benfeitorias existentes na propriedade..." Cláusula de contrato padrão de formação de café, anexo ao Processo 099, de 30/09/54.

<sup>13</sup>"Os senhores contratados acima obrigam-se a derrubar 20 alqueires de mato para formação de pasto por quatro anos, sem pagamento algum, obrigando-se a dar o pasto formado, plantado de capim colômbio". Cláusula de contrato para formação de café, anexo ao Processo 015 de 30/07/48.

<sup>14</sup>"Como a sua família tinha quatro braços adultos, além da mulher e filhos pequenos, conseguiu empreitar a formação de 15.000 pés de café... É costume da fazenda contratar, por braço adulto da família, em torno de 3.500 a 4.000 pés". Processo nº 097, de 15/11/53.

Tabela 29. PESSOA CONTRATADA, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52

Categoria de Trabalhador	Pessoa Contratada							
	Chefe Familiar		Litigante como trabalha- dor individual ou emprei- teiro com turma própria		Não declarado		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Formador	128	99,2	0	0,0	1	0,8	129	100,0
Colono	21	95,5	0	0,0	1	4,5	22	100,0
Trabalhador rural	1	5,5	17	94,5	0	0,0	18	100,0
Outros	3	50,0	3	50,0	0	0,0	6	100,0
Total	153	89,7	20	9,2	2	1,1	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais  
- 1940-52



Tabela 30. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Prazo de vigência do contrato	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Indeterminado	0	0,0	0	0,0	11	61,1	0	0,0	11	6,3
Até o final da tarefa	0	0,0	0	0,0	7	38,9	4	66,7	11	6,3
Pelo ano agrícola	0	0,0	21	95,5	0	0,0	0	0,0	21	12,0
Por 4 anos	95	73,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	95	54,3
Por 5 anos	8	6,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	4,6
Por 6 anos	23	17,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	23	13,1
Por 10 anos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	33,3	2	1,1
Não declarado	3	2,3	1	4,5	0	0,0	0	0,0	4	2,3
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais

- 1940-52

Os trabalhadores rurais para atividades específicas eram contratados por tarefa, sendo incerta embora possível a sua permanência na fazenda como *avulsos* para serviços gerais na lavoura.<sup>15</sup> O grupo maior desses trabalhadores, aqueles alocados desde logo para serviços gerais, não tinha prazo determinado nos contratos, geralmente verbais, de trabalho.

Os colonos eram invariavelmente contratados pelo ano agrícola. A permanência do colono na fazenda por outro ano agrícola era de total arbítrio do empregador e dependia da avaliação que era feita da qualidade do colono como trabalhador, o que incluía bem mais que a apreciação da qualidade "técnica" e intensidade de seu trabalho: a disciplina e subordinação às normas da fazenda e as relações pessoais com o administrador eram fatores de ponderação dos mais relevantes para a diferenciação no grupo de colonos, uma vez que a natureza do trabalho — braçal e com tarefas e técnicas especificadas em minúcia — não permitia grandes distinções entre eles.\*

Entre os formadores predominavam o contrato de quatro anos — 72,8% — (Tabela 30, p. 139), considerado o contrato

\*Exemplos de incompatibilidade com o administrador sendo citada como causa indireta de perseguições e, no limite, dispensas de colonos, são inúmeras em processos jurídicos. No que diz respeito à insubordinação às normas da fazenda, as condutas que desabonavam o colono como trabalhador eram variadas. Destacam-se os alegados danos causados por animais de colonos à lavoura, o porte de arma de fogo no interior da fazenda, uso de bebidas considerado excessivo, desobediência a chamados da fazenda para a realização de trabalhos extras, desacato a qualquer ordem da fazenda, incitação à rebeldia (no caso de tentativas de discussão coletivas sobre salário e condições de trabalho em geral), etc.

<sup>15</sup>"Os camaradas que faziam estes trabalhos (preparo da terra para cultivo) às vezes a gente costumava deixar por lá de reserva pra qualquer servicinho que precisasse". Entrevista nº 09, de Otávio Gasparine.

típico para formação do café,\* que se iniciava com o plantio, entre setembro e outubro e se encerrava ao final dos trabalhos finais de colheita e secagem do café. Os contratos de seis anos, segunda modalidade de contrato em importância, eram iniciados com o desmatamento ou preparação da terra para plantio, sem época específica de início mas com a previsão do término também por volta de setembro do sexto ano de plantio. Em ambos os casos, os formadores eram substituídos por colonos, já que na região, à época em pleno período de expansão de fronteira agrícola, havia possibilidades de tratarem novos contratos de formação, o que adiava a sua transformação em colonos ou trabalhadores rurais comuns.

Um aspecto peculiar das relações de trabalho vigentes dizia respeito à remuneração da força de trabalho, uma combinação, variável conforme a categoria de trabalhador, de pagamento em dinheiro, em espécie e em quota-parte do produto principal. (Tabela 31, p. 142)

Os formadores eram os únicos que tinham como remuneração um percentual ou parcela do produto principal. Nos contratos de quatro anos, o formador ficava com todo o produto que pudesse colher durante a vigência de seu contrato, geralmente uma produção pequena de cafezal novo nos terceiros e quartos anos de plantio. (Tabela 32, p. 143) Também eram expressivos os contratos de quatro anos em que cabia ao formador apenas 50% do café dos terceiro e quarto anos. Nos contra-

\*A predominância desse contrato pode ser bem ilustrada com as declarações de um juiz num processo envolvendo formadores que alegavam ter com o proprietário da fazenda um contrato de sete anos: "Ora, diante da ausência de elementos positivos para saber qual o certo, onde está a verdade, temos que atender aos usos e costumes locais e sabido como é, que usualmente os contratos de empreitada são por 4 anos e secundariamente por 6 anos, esta última forma quando ao empreiteiro é entregue o mato para derrubada e preparo da terra, temos como certa a afirmação do autor de que dera contratos por seis anos aos réus". Processo 061, de 17/10/52.

Tabela 31. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS FORMAS DE REMUNERAÇÃO, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52

Formas de remuneração	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Em dinheiro	93	72,0	21	95,4	18	100,0	4	66,7	136	77,7
Em espécie	123	95,3	21	95,4	18	100,0	2	33,3	164	93,7
Em percentual do produto principal	124	96,1	0	0,0	0	0,0	2	33,3	126	72,0
Não declarado	5	3,8	1	4,5	0	0,0	0	0,0	6	3,4
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

Tabela 32. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO A FORMA DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO À VENDA DO PRODUTO PRINCIPAL, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52

Forma de participação em relação a venda do produto principal	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Todo produto do 3º e 4º anos após o plantio	52	40,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	52	29,7
50% do produto do 3º e 4º anos	43	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	43	24,6
Todo o produto até o 4º ano e 50% do produto do 5º e 6º anos	24	18,6	0	0,0	0	0,0	2	33,3	26	14,9
Não tem direito a venda do produto principal	0	0,0	20	91,0	17	94,4	4	66,7	41	23,4
Não declarado	5	3,9	2	9,0	0	0,0	0	0,0	7	4,0
Outros	5	3,9	0	0,0	1	5,6	0	0,0	6	3,4
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

tos com duração acima de quatro anos, era mais usual a modalidade mista, em que o formador tinha direito a toda produção até o quarto ano e 50% nos anos subsequentes (fosse o contrato de cinco ou seis anos).

Além do direito à parcela do produto principal, havia uma parcela substancial de formadores que recebia em espécie (aí considerando-se mantimentos e serviços pessoais) e/ou em dinheiro, assim como os colonos e trabalhadores rurais, também sujeitos a essa dupla forma de remuneração. (Tabela 31, p.142)

A remuneração em dinheiro era proporcional ao número de covas a serem plantadas ou pés a serem formados, no caso de formadores,<sup>16</sup> ao número de pés tratados, no caso de colonos,<sup>17</sup> e às tarefas diversas realizadas ou dias trabalhados, no caso de trabalhadores rurais. As tarefas extras remuneradas eram pagas em dinheiro e incluídas na remuneração monetária total do formador ou colono.

Tanto colonos como trabalhadores rurais avulsos recebiam sua remuneração monetária por mês: a mesada, como vulgarmente era chamado o salário no meio rural. (Tabela 32, p. 143)

Já os formadores se subdividiam em três grupos principais: os formadores que recebiam apenas ao final do contrato e que, portanto, financiavam grande parte dos custos do empreendimento agrícola; os formadores que recebiam em parcelas bimestrais o *quantum* monetário a que tinham direito durante o

<sup>16</sup> "A Fazenda pagará Cr\$ 1,30 por cova de café que tenha 6 (seis) pés de café, devidamente crescidos e desenvolvidos no final do 4º ano". Cláusula de um contrato padrão para formação de café, anexo ao processo 001, de 10/10/43.

<sup>17</sup> "A Fazenda paga Cr\$ 2.200,00 pelo trato anual de mi cafeeiros, para o colono que der uma carpa mensal". Cláusula de caderneta agrícola de colonização de café, anexo ao Processo 013, de 22/10/47.

contrato; e, finalmente, os formadores que não recebiam qualquer pagamento em dinheiro, um grupo relativamente menor que os outros, que tinha como contrapartida ao seu trabalho apenas o acesso à terra para cultivos próprios e a parcela preestabelecida do produto principal. (Tabela 33, p. 146)

Dessa remuneração em dinheiro, os colonos e formadores já tinham delimitado, desde o início do contrato, o montante final relativo ao pagamento do número de pés tratados ou formados, enquanto a parte variável, referente aos trabalhos extras realizados, tinha também seu preço unitário fixado no contrato. (Tabela 34, p. 147)

Mesmo num período com baixa inflação, a pré-fixação da remuneração em dinheiro equivalia ao rebaixamento real dos rendimentos do trabalhador, especialmente para os formadores, cujos contratos eram, geralmente, de 4 a 6 anos. Isto também acontecia com os trabalhadores rurais avulsos, contratados por prazo indeterminado, que tinham o valor unitário de seus rendimentos pré-fixados, no momento da contratação, sem perspectivas próximas de reajustes.

A remuneração em espécie era a única generalizada entre todas as categorias de trabalhadores e consistia numa variada gama de bens e serviços fornecidos ao trabalhador e a sua família. Sua importância, num contexto onde a remuneração monetária nem sempre era paga mensalmente ou era baixa, deixando grande parte da remuneração do trabalhador por conta da venda futura de sua parcela do produto principal ou de seus produtos de subsistência, fica claramente evidenciada. Além disto, as dificuldades de locomoção para compras, geradas pelas distâncias e ausência de serviços públicos de transportes, e a ine-

Tabela 33. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO A FORMA DE PAGAMENTO EM DINHEIRO, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Forma de pagamento em dinheiro	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Recebe por mês	6	4,6	20	91,0	18	100,0	0	0,0	44	25,1
Recebe ao final do contrato	47	36,4	0	0,0	0	0,0	4	66,7	51	29,1
Recebe a cada dois meses	40	31,0	1	4,5	0	0,0	0	0,0	41	23,4
Não recebe pagamento em dinheiro	31	24,0	0	0,0	0	0,0	2	33,3	33	19,0
Não declarado	5	3,9	1	4,5	0	0,0	0	0,0	6	3,4
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais  
- 1940-52



Tabela 34. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO A FORMA DE PAGAMENTO EM DINHEIRO, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52

Tipos de remuneração em dinheiro	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Fixa, estabelecida do início do contrato e referente ao número de pés, covas ou área a ser formada ou tratada	93	72,1	21	95,5	0	0,0	4	66,7	18	67,4
Variável conforme o tipo e volume de tarefas ou dias trabalhados, mas com o preço unitário pré-fixado no contrato	82	63,6	21	95,5	14	77,8	0	0,0	117	66,9
Não recebe remuneração em dinheiro	27	20,9	0	0,0	0	0,0	2	33,3	29	16,6
Fixa, referente a salário	0	0,0	0	0,0	4	22,2	0	0,0	4	2,3
Não declarado	5	3,9	1	4,5	0	0,0	0	0,0	6	3,4
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

xistência de serviços públicos acessíveis de saúde, aumentavam a dependência a esse tipo de remuneração. (Tabela 35, p. 149)

O fornecimento de mantimentos e objetos de uso pessoal e o uso de transporte da fazenda para si e para sua família figuravam entre os tipos de remuneração em espécie predominantes entre todas as categorias de trabalhadores.

Para os formadores e colonos era prioritário igualmente o fornecimento de instrumentos agrícolas, sementes e insumos, geralmente os mais rudimentares, mas cuja compra era imprescindível para viabilização de sua produção de subsistência. No caso de parte dos formadores, também eram necessários para seu trabalho na produção principal, já que lhes cabia a responsabilidade por alguns destes implementos e insumos, como se verá posteriormente.

Os colonos e os trabalhadores rurais recebiam, também como forma relevante de remuneração em espécie, a casa para moradia ou alojamento, no caso dos solteiros. Entre os formadores, o recebimento de moradia era menos predominante porque muitos a construíam ao início do contrato, muitas vezes utilizando madeiras fornecidas pela própria fazenda.<sup>18</sup>

As formas e garantias de pagamento dessa remuneração em espécie evidenciam seu papel no âmbito das relações de trabalho da fazenda.

No caso de formadores, essa remuneração era considerada como adiantamento e descontada do percentual do produto principal que lhes cabia; secundariamente, era paga com seus ren-

<sup>18</sup>"A fazenda fornecerá as taboinhas para o formador fazer sua casa, que não poderá ser retirada quando se findar este contrato". Cláusula de um contrato padrão de formação de café e pasto, anexo ao Processo 015, de 30/07/48.

Tabela 35. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO O TIPO DE REMUNERAÇÃO EM ESPÉCIE, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52

Tipo de remuneração em espécie	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Mantimentos e objetos de uso pessoal	123	95,3	21	95,5	18	100,0	2	33,3	164	93,7
Transporte para o trabalho e/ou família	101	78,3	21	95,5	13	72,2	2	33,3	137	78,3
Instrumenos agrícolas, sementes e insumos	119	92,2	21	95,5	0	0,0	0	0,0	140	80,0
Serviços de saúde	7	5,4	3	13,6	2	11,1	0	0,0	12	6,8
Casa de moradia	62	48,1	21	95,5	18	100,0	0	0,0	101	57,7
Outros	29	22,5	17	77,3	13	72,2	0	0,0	59	33,7
Não declarado	6	4,6	1	4,5	0	0,0	4	66,7	11	6,3
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

dimentos monetários ou com o seu produto de subsistência. No entanto, os seus produtos de subsistência permaneciam, sempre, como garantia de seus débitos com a fazenda.<sup>19</sup> (Tabela 36, p.151)

Os colonos a recebiam como adiantamento e a pagavam com seus rendimentos monetários ou com sua produção de subsistência, esta última, funcionando também como uma espécie de garantia de pagamento que só poderia ser vendida após apuração final da dívida do trabalhador com a fazenda. Somente na impossibilidade de ser resgatada a dívida gerada pela remuneração em espécie com os descontos na mesada é que era apreendida a parcela da produção de subsistência necessária para seu pagamento.\* Nesses casos, o colono era praticamente obrigado a ficar na fazenda até a colheita dos seus produtos e ressarcimento do fazendeiro.\*\*

Os trabalhadores rurais, sem acesso à terra, tinham como única forma de pagamento dessa remuneração os seus rendimentos monetários. Como muitas vezes esses eram insuficientes para cobrir as dívidas contraídas pelo trabalhador, seu tempo

\*Há muitos pedidos judiciais de seqüestro dos produtos de subsistência de colonos, por parte dos fazendeiros que se julgavam prejudicados pela venda desses produtos sem seu consentimento, uma vez que os colonos ainda estivessem em débito com a fazenda.

\*\*Os pedidos de *habeas corpus* para colonos ilustram esse mecanismo de retenção do trabalhador por dívidas, agravado pelo fato de que o limite do endividamento era dado pela possibilidade de ressarcimento do colono, acima da qual, portanto, a fazenda negava-se a fornecer qualquer remuneração em espécie. Veja-se um exemplo disto no seguinte trecho de um *habeas corpus*: "... Todos os pacientes tem família para sustentar e o proprietário cortando o fornecimento de víveres, se viram obrigados a trabalhar para terceiros... cansados de esperar e nada resolvendo, os pacientes decidiram mudar-se de Fazenda, embora fora de época para nova colonização, com o fito de providenciarem meios de manutenção, no que foram impedidos pelo proprietário..." Processo 029, de 21/10/50.

<sup>19</sup>"Os animais, mantimentos e roças dos formadores serão garantias de seus débitos para com a fazenda". Cláusula do contrato de formação de café, anexo ao Processo 001, de 10/10/43.

Tabela 36. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO A FORMA E GARANTIA DE PAGAMENTO PELO TRABALHADOR, DA REMUNERAÇÃO EM ESPÉCIE POR ELE RECEBIDA, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU -1940-52.

Formas e garantias de pagamento, pelo trabalhador, da remuneração em espécie recebida	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Remuneração fornecida como adiantamento e descontada da remuneração monetária do contratado	46	35,6	21	95,5	18	100,0	0	0,0	85	48,6
Remuneração fornecida como adiantamento e descontada do percentual do produto principal que cabia ao contratado	77	59,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	77	44,0
Remuneração fornecida como adiantamento e paga com a produção de subsistência do contratado	42	32,5	21	95,5	0	0,0	0	0,0	63	36,0
Parcela desta remuneração é parte componente do pagamento (casa para moradia ou alojamento)	0	0,0	21	95,5	18	100,0	0	0,0	39	22,3
Não declarado	6	4,6	1	4,5	0	0,0	6	100,0	13	7,4
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

de permanência na fazenda era prolongado até o pagamento de seus débitos.\*

Alguns tipos de remuneração em espécie, que apareciam combinados com os demais, tinham um caráter diferenciado de *adiantamentos*. É o caso da moradia ou alojamento para colonos e trabalhadores rurais, que aparecia como parte integrante do pagamento. Esta sua inserção no montante do salário fica mais evidente quando o salário mínimo passa a ser reivindicado na região, por volta de 1956,\*\* já que se passa a quantificar o valor da remuneração correspondente à moradia para alcançar o mínimo.\*\*\*

É importante ressaltar que uma parte substancial dos trabalhadores — 54,3% — recebia a remuneração em espécie através de vales para o armazém da fazenda ou outros intermediados por ela.<sup>20</sup> (Tabela 37, p. 153)

Essa circunstância propiciava ao proprietário condições para estabelecer o nível geral dos preços dos produtos, fornecidos a título de remuneração em espécie, acima do que seria

\*Da mesma forma que para colonos, há pedidos de *habeas corpus* para esses trabalhadores poderem deixar a fazenda sem ter pago toda sua dívida. Como suas possibilidades de pagamento circunscreviam-se ao seu próprio trabalho, também há registros de violência para cercear a sua saída da fazenda. Cf. por exemplo, os processos 027 e 036, respectivamente de 07/50 e 03/08/50.

\*\*Data deste ano a primeira reclamação trabalhista da região reivindicando rendimentos compatíveis com o salário mínimo (Processo 119, de 26/07/56), apesar dos trabalhadores rurais já terem adquirido este direito desde a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 01/05/43.

\*\*\*No momento que se passa a tentar quantificar o valor da moradia e fazê-lo um componente objetivamente delimitado do salário, os trabalhadores passam a denunciar, em processos jurídicos, as péssimas condições das casas em que moravam, de forma a questionar o valor que o proprietário lhes atribuía. Cf., por exemplo, o processo 119, de 26/07/56.

<sup>20</sup> "A fazenda fornecerá ordens dentro de cada 60 dias para fornecimentos no seu armazem, de acordo com a importância de crédito a que o formador tiver direito e que serão descontadas no seu pagamento". Cláusula de um contrato padrão de formação de café anexo ao Processo 001, de 10/10/43.

Tabela 37. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO A OBRIGATORIEDADE DE COMPRAR NO ARMAZÉM DO PROPRIETÁRIO OU EM OUTROS INTERMEDIADOS POR ELE, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Obrigatoriedade de comprar no armazém do proprietário ou em outros intermediados por ele	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Não há nenhum indício de obrigatoriedade direta nem indireta	24	18,6	0	0,0	4	22,2	5	83,3	33	18,8
Não havia obrigatoriedade expressa mas parcela da remuneração em espécie era fornecida através de vales para o armazém da fazenda ou outros intermediados por ela	66	51,2	19	86,4	10	55,6	0	0,0	95	54,3
Não declarado	39	30,2	3	13,6	4	22,2	1	16,7	47	26,9
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

o encontrado nas cidades,\* o que, aliado aos baixos rendimentos do trabalhador, contribuía para que seu endividamento com a fazenda fosse crescentemente agravado.\*\* O uso freqüente de medidas judiciais para garantir o pagamento de dívidas de colonos e formadores com seus produtos de subsistência ou, no caso dos segundos, também com sua parcela do produto principal, além de casos freqüentes de *habeas corpus* para trabalhadores deixarem a fazenda sem haverem quitado seus débitos, indicam a gravidade desse endividamento e sua potencialidade com o foco de conflitos.

Um outro fator significativo de endividamento dos trabalhadores, especialmente de formadores e colonos, eram as multas que lhes eram cobradas por diversos motivos. (Tabela 38, p. 155)

A maior parte dos formadores tinha, no contrato, previsão de multas no caso de se constatarem, ao final do período, falhas na formação de pés de café (geralmente um número de pés por cova inferior a seis). Tanto para formadores como para colonos, era prevista uma punição e/ou multa se ocorresse demora no serviço ou abandono da fazenda antes do fim do contrato, mesmo se isso fosse resultado da dispensa do trabalhador,

\*Das declarações de colonos, num pedido de *habeas corpus* veja-se a demonstração deste fato: "... que este fornecimento (de generos alimentícios) foi com preços alterados, inclusive de uma lata de banha de dois quilos pelo preço de setenta cruzeiros". Processo 029, de 21/10/50.

\*\*O seguinte trecho de um processo ilustra bem este fato, considerado "anacrônico" pelo advogado dos formadores: "Assim, Sr. Juiz, vemos reeditado no Paraná o odioso e anacrônico sistema do barracão que tanto foi condenado no Nordeste brasileiro por reter trabalhadores rurais por suas dívidas, muitas vezes, como no caso do autor, anotadas indevidamente ou como resultado de preços exorbitantes cobrados dos trabalhadores". Processo 015, 07/10/48.



Tabela 38. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OS CASOS EM QUE HÁ PREVISÃO DE MULTAS OU PUNIÇÕES PARA O TRABALHADOR, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Casos em que há previsão de multas ou punições	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Não há previsão de multas	6	4,7	0	0,0	2	11,1	3	50,0	11	6,3
Falhas na formação de pés de café	105	81,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	105	60,0
Abandono do serviço antes do fim do contrato mesmo em caso de dispensa por justa causa	109	84,5	21	95,4	0	0,0	0	0,0	130	74,3
Quebra de cláusulas contratuais	2	1,6	0	0,0	0	0,0	2	33,3	4	2,3
Demora nos serviços	105	81,4	21	95,4	0	0,0	0	0,0	126	72,0
Danos causados à fazenda	50	38,8	21	95,4	0	0,0	0	0,0	71	40,6
Indisciplina ou ato contra a ordem	50	38,8	21	95,4	1	5,5	0	0,0	72	41,1
Outros	3	2,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,7
Não declarado	14	10,9	1	4,5	15	83,3	1	16,7	31	17,7
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

se por justa causa. Também generalizados entre colonos e presentes para 38,8% de formadores, figuravam as multas por danos causados à fazenda pelo trabalhador, seus familiares ou seus animais e por indisciplina ou atos contra a ordem, o que podia incluir desde embriaguez, atentados contra a moral e brigas entre trabalhadores até a desobediência às determinações da administração ou quaisquer tentativas de reivindicações coletivas.

Além de estarem sujeitos a multas as mais diversas, os colonos e formadores ainda tinham de se defrontar com os valores extorsivos dessas multas ou com punições as mais severas. (Tabela 39, p. 157)

As multas para falhas na formação do café, aplicáveis aos formadores, eram superiores ao valor dos ganhos monetários para a tarefa, se executada sem problemas.\* No caso de abandono ou displicência no serviço ou demissão por justa causa, o formador perdia o direito a qualquer remuneração, só podendo colher seus produtos próprios ou ser indenizado pelo seu valor após descontadas as suas outras dívidas.<sup>21</sup>

\*Para ilustrar a magnitude dessas multas, se comparadas com os ganhos em situação normal, vejamos as especificações de um contrato padrão de formação de café: os contratados deviam formar 3216 pés de café entre 01/10/43 e 01/10/47. Ganhavam Cr\$ 1,30 por cova com 6 pés de café, num total de 536 covas, o que equivalia a Cr\$ 696,80 pela tarefa. No entanto, para cada cova com 4 ou 5 pés, considerada com falha parcial, o formador deveria pagar Cr\$ 3,00 de multa, o que equivalia a 130% a mais do que o ganho para uma cova perfeita. Se a cova apresentasse menos de 4 pés, a falha era considerada total e a multa era de Cr\$ 6,00, ou seja, 361% a mais do que o ganho para a cova sem falhas. Processo 001, de 10/10/43.

<sup>21</sup> "Se por motivo de vadiagem, embriaguez continuada ou moléstia prolongada o segundo contratante não tratar devidamente de sua empreitada, ou ainda se o segundo contratante provocar contínuas desordens na fazenda, o primeiro contratante ficará com direito de rescindir o presente contrato e o segundo contratante deverá retirar-se incontinenti da fazenda, sem direito à indenização, só recebendo o valor de suas plantações de cereais, sendo-lhe descontado o que estiver devendo à fazenda". Cláusula de um contrato padrão de formação de café, anexo ao Processo 011, de 07/03/47.

Tabela 39. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO O VALOR DAS MULTAS, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52

Valor das Multas	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Não há previsão de multas	6	4,7	0	0,0	2	11,1	3	50,0	11	6,3
Superior ao valor dos ganhos para a tarefa, se executada sem multa	104	80,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	104	59,4
Em caso de abandono ou displicência perde o direito a qualquer remuneração, só podendo colher produtos próprios ou ser indenizado pelo seu valor	105	81,4	1	4,5	0	0,0	2	33,3	108	61,7
Em caso de abandono do serviço ou displicência, multa equivalente a 50% dos ganhos que tiver auferido até a data	0	0,0	21	95,4	0	0,0	0	0,0	21	12,0
Pagamento dos serviços realizados por outros em seu lugar	60	46,5	21	95,4	0	0,0	0	0,0	81	46,3
Pagamento dos danos ou indenização	3	2,3	21	95,4	0	0,0	0	0,0	24	13,7
Multa em dinheiro para cada infração	0	0,0	21	95,4	1	5,5	0	0,0	22	12,6
Não declarado	17	13,2	6	27,3	15	83,3	1	16,7	39	22,3
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processo cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

Em alguns casos, a rescisão do contrato antes do término implicava, além da perda da remuneração monetária, no direito de o proprietário receber uma indenização desses trabalhadores, que lhe pagavam com sua produção de subsistência.<sup>22</sup>

Para colonos, a multa por abandono ou displicência no serviço era equivalente a 50% dos ganhos que tivesse auferido até a data, o que, tanto quanto no caso da punição prevista para formadores, configurava uma forma de retenção do trabalhador à fazenda, dada a magnitude das represálias autorizadas ao proprietário. (Tabela 39, p. 157)

No caso de demora nos serviços, os proprietários se resguardavam o direito de mandar trabalhadores rurais da fazenda realizar o trabalho em atraso, cobrando suas diárias dos formadores ou colonos responsáveis,<sup>23</sup> o que avolumava significativamente as dívidas desses dois tipos de trabalhadores.<sup>24</sup> Eventuais danos causados pelos mesmos trabalhadores, mesmo se involuntários, eram também computados como suas dívidas, o mesmo

<sup>22</sup> "Pelos formadores me foi dito que não querendo mais continuar com os contratos de formação de café a contar de 19 de outubro de 1951 e a terminar a 30 de setembro de 1955, cada um de 8.000 pés de formação, estão de pleno acordo e dão como pagamento ao proprietário os animais e cereais constantes nos autos de arresto datado de 12 do corrente mês e ano, como sejam: de Dionísio Manuel de Souza, 6 sacos de feijão, 2 porcos e 9 leitões; de Pedro Rodrigues, 12 sacos de arroz com casca e 6 sacos de feijão e 1 porca e 8 leitões e 3 manotes de 8 meses e 104 balaies de milho com palha, autorizando o MM Juiz de Direito da Comarca entregar ditos bens ao referido proprietário, como pagamento que lhe cabe por terem rescindido os seus contratos antes de seus termos". Trecho de uma escritura pública de rescisão de contratos de formação de café, anexo ao Processo 078, de 25/06/52.

<sup>23</sup> "No caso de não cumprimento desta cláusula, os serviços serão feitos por trabalhadores da fazenda, sendo levadas a débito do formador faltoso as despesas feitas". Cláusula de um contrato padrão de formação de café, anexo ao Processo 001 de 10/10/43.

<sup>24</sup> "... Os pacientes não venceram o serviço do trato da lavoura cafeeira, em virtude de ser dita lavoura muito praguejada e o mesmo proprietário tomou serviços de outros "peões" para fazer o serviço do paciente e é por isto que eles aparecem como devedores daquela quantia". Trecho de um pedido de *habeas corpus* para colonos, Processo 029 de 21/10/50.

ocorrendo com infrações de toda a ordem, que eram listadas e taxadas pela fazenda.

Se os trabalhadores estavam imersos num rol bastante longo de obrigações, multas e punições, já não se pode dizer o mesmo dos direitos que lhes eram reconhecidos: além da folga aos domingos e dias santos, para colonos e trabalhadores rurais e de direito à indenização, para colonos e formadores, no caso de rescisão unilateral de seus contratos com prazo determinado, não havia outros direitos reconhecidos, de forma generalizada, para os trabalhadores locais. (Tabela 40, p. 160)

Seguindo a realidade de outras partes do país, os direitos trabalhistas mais elementares, como o salário mínimo e as férias, não eram mencionados em contratos escritos ou tratados verbais do meio rural da região. Também uma reivindicação importante dos formadores, a prorrogação dos contratos por ocorrência de geada, era praticamente ignorada pelos proprietários.

Todas as características até aqui analisadas dessas relações de trabalho demonstram a inequívoca subordinação dos trabalhadores à administração da fazenda: tanto os operários rurais sem acesso à terra, aqui agrupados sob a denominação de trabalhadores rurais, como os formadores e colonos, trabalhadores com acesso à terra, estavam, antes de qualquer singularidade própria, totalmente sujeitos às determinações gerais e às cotidianas daquele que os assalariavam ou contratavam seus serviços, ou seja, ao comprador de sua força de trabalho. Se, como se verá, os colonos e formadores eram pequenos produtores camponeses e os formadores se configuravam como parceiros, isto só se estabelecia porque e após sua transformação em força

Tabela 40. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO O TIPO DE DIREITOS DO TRABALHADOR QUE CONSTAM EM CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE OU COMBINADOS EM TRATOS VERBAIS, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Direitos do Litigante	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Folgas em domingos e dias santos	0	0,0	21	95,5	11	61,1	0	0,0	32	18,3
Indenização no caso de rescisão de contrato com prazo determinado sem justa causa	100	77,5	21	95,5	0	0,0	2	33,3	34	19,4
Não há previsão de direitos	11	8,5	0	0,0	4	22,2	1	16,7	105	60,0
Não declarado	8	6,2	1	4,5	3	16,7	3	50,0	15	8,6
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

de trabalho para as grandes fazendas.

Essas características indicam, também, a singularidade desse assalariamento ou "compra de serviços" no que diz respeito aos mecanismos de exploração do trabalho: o trabalho não pago de parcela dos trabalhadores, especialmente dos colonos e formadores, não se esgotava na extensão da jornada de trabalho nos cafezais mas no seu prolongamento também para execução de tarefas extras exigidas pela fazenda. Além disto, parte da remuneração dos trabalhadores voltava ao proprietário da fazenda na forma de multas e punições ou através de sobrepreços cobrados da remuneração em espécie que lhes era fornecida. Desta forma, o endividamento que esses mecanismos de exploração do trabalho forjavam era utilizado não apenas para retenção de mão-de-obra na fazenda, suprimindo eventuais carências de braços a que está sujeita uma área de fronteira mas, principalmente, para rebaixar a remuneração real dos trabalhadores. As outras feições desta força de trabalho — a de parceiro e a de pequeno produtor camponês — contribuíam, de forma significativa, para reforçar a diminuição do seu custo para o fazendeiro.

#### 6.3.2. A produção camponesa

Uma parcela substancial da força de trabalho das fazendas — 86% — tinha como característica da sua relação de trabalho o direito ao acesso à terra para produção e/ou criações de subsistência.

Os trabalhadores a quem era facultada esta possibilidade eram basicamente os colonos e formadores, além dos arrenda-

tários e parceiros — à época minoritários na região.\*

No seu contrato de trabalho, era expressamente enunciado esse direito, ao mesmo tempo que eram especificadas com minúcias as condições de realização dos plantios e das criações e o rol dos produtos permitidos pela fazenda. Era, portanto, uma produção totalmente subordinada às determinações da fazenda.

De fato, 62,3% dos trabalhadores não podiam determinar nenhum dos produtos ou criações e 16,5% podiam determinar apenas os produtos de horta e as criações de pequeno porte, ficando a cargo da fazenda a determinação dos produtos essenciais.\*\* (Tabela 41, p. 163)

As áreas para plantios e criações de subsistência variavam conforme o tipo de trabalhador. Aos formadores era permitido o plantio no meio do cafezal por se tratar de café em formação e de não se considerar prejudicial, ao bom crescimento da lavoura principal, a realização de plantações intercalares. Mesmo assim, uma parte menor dos contratos de formação proibia qualquer plantação intercalar em todo o período do contrato ou a partir de determinado ano de contrato, geralmente o quarto ou

\*Como se disse no Capítulo II, item 2.2., só foram encontrados 1 parceiro e 1 arrendatário na fonte principal analisada (processos jurídicos).

\*\*Realizar plantações não autorizadas pela fazenda implicava punições já previstas em contrato: "O formador não poderá fazer outras culturas em suas áreas de formação do café... sem autorização da administração. A Fazenda inutilizará essas culturas, quando feitas sem autorização". Cláusula de um contrato padrão de formação de café, anexo ao processo 001, de 10/10/43.



Tabela 41. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO SUA POSSIBILIDADE DE DETERMINAR OS PRODUTOS OU CRIAÇÕES DE SUBSISTÊNCIA, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Possibilidade de determinar produtos ou criações de subsistência	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Não determina os essenciais, podendo só determinar a horta e criações de pequeno porte	29	22,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	29	16,6
Não determina nenhum produto ou criação	89	69,0	20	91,0	0	0,0	0	0,0	109	62,3
Não produz para subsistência	0	0,0	0	0,0	18	100,0	4	66,7	0	0,0
Não declarado	5	3,9	2	9,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

quinto,\* permitindo-a em terra à parte determinada pelo proprietário. (Tabela 42, p. 165)

Aos colonos só era autorizado o plantio em terra à parte designada pelo proprietário (Tabela 42, p. 165), em área proporcional ao número de pés de café que tratava.<sup>25</sup>

As criações, tanto de formadores como de colonos, eram permitidas em terra à parte da plantação principal, com exigências claras de cercamento.<sup>26</sup>

O rol de produtos dos trabalhadores, dadas as limitações impostas pela fazenda, não era muito extenso: predominavam o milho, feijão e porcos, para formadores e colonos, aos quais se acrescia o arroz, no caso de colonos. (Tabela 43, p. 166)

\*Além de estipular a localização genérica dos cereais, o contrato estipulava especificamente as distâncias em relação ao cafezal. Veja-se um exemplo: "O segundo contratante poderá plantar na lavoura de sua empreitada, cereais nas seguintes condições: - Milho: nos 1º e 2º anos, duas carreiras com a distância mínima de 6 (seis) palmos da cova de café; no 3º ano uma carreira de milho bem no centro da rua de café. O milho deverá ser deitado logo ao amarelar. Arroz: nos 1º e 2º anos, 3 (três) carreiras de arroz com a distância mínima de 5 (cinco) palmos da cova de café; no 3º ano, duas carreiras bem no centro da rua do café. A sóca de arroz deverá ser arrancada no máximo em 5 (cinco) dias. Fica entendido que onde for plantado arroz não será permitido o plantio de milho ou feijão. Feijão: nos 1º e 2º anos, 2 (duas) carreiras encruzadas com a distância mínima de 1,00 (um metro) da cova de café, no 3º ano, 2 (duas) carreiras com a distância mínima de 1,50 (um metro e meio) da cova de café; no 4º ano duas carreiras de feijão das águas com a distância mínima de 1,50 (um metro e meio) da cova de café. Fica proibido o plantio de feijão cipó". Cláusula de um contrato padrão de formação de café, anexo ao processo 012 de 14/08/47.

<sup>25</sup>"A fazenda fornecerá terra roçada e queimada para plantações de colonos. A proporção será de 1 (um) alqueire para cada 12 mil cafeeiros!" Cláusula de um contrato agrícola padrão para colonização de café, anexo ao processo 027 de julho de 1950.

<sup>26</sup>"O formador não poderá criar porcos e cabritos a solta..." Cláusula de um contrato padrão de formação de café, anexo ao processo 012 de 14/08/47. "Os colonos só poderão ter porcos fechados no mangueirão e cabras amarradas". Cláusula de um contrato agrícola padrão para colonização de café, anexo ao processo 027, de julho de 1950.

Tabela 42. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO CONDIÇÕES DE LOCALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO E/OU PLANTAÇÃO DE SUBSISTÊNCIA, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52

Condição de localização da criação e/ou plantação de subsistência	Categoria de trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
No meio do produto principal	117	90,7	1	4,5	0	0,0	2	33,3	120	68,6
Em terra à parte da plantação principal em local e condições estipulados pelo proprietário	59	45,7	19	86,4	0	0,0	2	33,3	80	45,7
Criações em terra à parte da plantação principal em local e condições estipuladas pelo proprietário	118	91,5	16	72,7	0	0,0	0	0,0	134	76,6
Não produz para subsistência	0	0,0	0	0,0	17	94,4	4	66,7	21	12,0
Não declarado	6	4,7	2	9,1	1	5,6	0	0,0	9	5,1
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

Tabela 43. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO PRODUTOS DE SUBSISTÊNCIA PRÓPRIOS DO TRABALHADOR, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52

Produtos de Subsistência	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Milho	96	74,4	20	90,9	0	0,0	0	0,0	116	66,3
Feijão	90	69,8	20	90,9	0	0,0	0	0,0	110	62,9
Arroz	33	25,6	20	90,9	0	0,0	0	0,0	53	30,3
Hortas e demais vegetações rasteiras	30	23,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	30	17,1
Porcos	80	62,0	19	86,4	0	0,0	0	0,0	99	56,6
Gado	29	22,5	11	50,0	0	0,0	0	0,0	40	22,9
Aves	52	40,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	52	29,7
Não tem produto de subsistência	0	0,0	0	0,0	18	100,0	4	66,7	22	12,6
Outros	9	7,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	5,1
Não declarado	8	6,2	2	9,1	1	5,6	0	0,0	11	6,3
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

O cultivo de horta e demais vegetações rasteiras e a criação de aves eram, também, permitidos aos formadores, enquanto a criação de gado, de forma limitada,<sup>27</sup> era autorizada tanto para formadores como para colonos. (Tabela 43, p. 166)

Para a reprodução dessa força de trabalho, os cultivos e criações próprias eram de vital importância, seja para seu consumo direto, seja para a venda e subsequente complementação de sua subsistência e acúmulo de um pequeno pecúlio que lhe permitisse reiniciar o ciclo produtivo. Eram mesmo indispensáveis numa situação de baixos rendimentos monetários, muitas vezes pagos apenas ao final do contrato, como no caso de formadores que, além disto, tinham seus adiantamentos em dinheiro limitados ao primeiro ano, enquanto não colhiam a primeira safra.<sup>28</sup> Acrescente-se a isto o fato de que uma parte dos formadores, embora minoritária, não recebia qualquer pagamento pelo seu trabalho além do usufruto da terra e uma parte da produção principal.

A produção camponesa era, entretanto, totalmente subordinada às exigências mais prioritárias da produção principal e era constantemente limitada para que se atendessem os interesses mais variados da fazenda.

<sup>27</sup> "Será autorizado ao formador soltar no pasto da fazenda 1 (uma) cabeça de gado para cada 3 mil pés que formar". Cláusula de um contrato padrão de formação de café, anexo ao processo 036, de 03/08/51. "O colono poderá ter no pasto determinado, duas cabeças de gado para cada 6 mil cafeeiros que tratar". Cláusula de um contrato agrícola padrão para colonização de café, anexo ao processo 030, de 02/10/50.

<sup>28</sup> "Adiantamentos - A fazenda fará adiantamentos aos formadores necessitados somente no primeiro ano, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) com limite por mil pés contratados por mês". Cláusula de contrato padrão de formação de café, anexo ao processo 001, de 10/10/43.

Isto se dava, em primeiro lugar, pelas limitações de área para a produção e de produtos permitidos. Através de áreas intercalares ao café ou em área à parte, proporcional ao número de cafeeiros formados ou tratados, era impossível uma expansão horizontal da produção. As precárias condições dos trabalhadores e as possibilidades restritas, existentes à época, para acesso a instrumentos, insumos ou orientações técnicas mais eficientes, barravam qualquer possibilidade de aumento da produtividade do trabalho e incremento vertical da produção. Nesse contexto, a expansão da produção de subsistência tinha seu limite posto pela área alocada pelo fazendeiro, no contrato, para sua realização: era possível ocupar menos área, em épocas de crise da família ou dadas as exigências conjunturais da produção principal, mas nunca ocupar mais. Tratava-se, portanto, da área suficiente para a subsistência da família trabalhadora e para sua continuidade como força de trabalho camponesa para as fazendas. Não se tratava de possibilitar sua capitalização.

Também no que diz respeito à escolha limitada de produtos, essa tendência a manter a produção camponesa no limiar da subsistência era evidente. Não havia chance de flexibilidade para aproveitar as vantagens conjunturais do mercado, o que seria possível, embora de maneira restrita, dada a ausência de condições de informações para estes pequenos produtores.\*

\*Um exemplo disso pode ser visto em um processo contra um formador que iniciara uma plantação de batatas, na área próxima à residência, sem autorização do proprietário, a qual acabou sendo destruída poucas semanas depois do cultivo, por ordem judicial. Nas alegações do fazendeiro, lê-se o seguinte: "O formador se nega a destruir a referida plantação sob o pretexto que terá um grande prejuízo porque a batata está sendo bem paga no comércio local... apesar de reconhecer a ilegalidade do ato que praticou, burlando uma cláusula de seu contrato..." Processo 020, de 08/49, p. 2.

O tempo que podia ser dedicado à produção própria da família era igualmente limitado.

Em cláusulas de contrato de formação e colonização delimitava-se expressamente a prioridade absoluta dos tratos do cafezal,\* o que relegava os cuidados com os cereais ou criações dos trabalhadores ao seu tempo livre ou à disponibilidade de alocar alguns membros da família para esse serviço. Via-se um exemplo disto no chamamento dos formadores para prestar trabalhos extras gratuitos ou remunerados a qualquer hora, sem serem levadas em consideração as necessidades da sua produção. Em épocas de colheita de cereais, isso poderia prejudicar sobremaneira o rendimento da lavoura, já que qualquer atraso não poderia ser compensado nos dias normais de trabalho mas exclusivamente nas horas livres.\*\*

\*O período para plantio e colheita dos cereais eram limitados de modo a não interferir nos tratos ou colheita do cafezal: "o plantio de feijão deve ser realizado até o dia 8 de fevereiro. Não fazendo o plantio até esta data perde o direito a plantação. A colheita deve terminar no fim do mês de abril; não terminando, o colono só pode colher o resto de cereais após a colheita do café". Cláusulas de contrato agrícola padrão para colonização de café, anexo ao Processo 029, de 21/10/50. No caso de colonos, a rigidez de horários de trabalho no cafezal deixava explícitos os limites de tempo para a produção de subsistência: "o colono deverá estar no serviço 15 minutos após o segundo sinal. Aos sábados, durante o ano, o serviço termina às 12 horas. Durante a colheita, aos sábados, o serviço termina 3 horas". Cláusula de contrato agrícola padrão para colonização de café, anexo ao Processo 029, de 21/10/50.

\*\*O seguinte trecho de um processo de um formador contra o administrador de uma fazenda ilustra esta prioridade total do produto principal, o café. "O reclamante tinha na área comum que a fazenda deixa aos colonos para seu usufruto uma plantação de milho, com aproximadamente, uma carroça de milho, já pronto para colher. À época da colheita, o reclamante foi chamado pelo administrador para realizar reparos nas cercas do lado oeste do pasto da fazenda, danificada pela queimada na área vizinha... Apesar das reiteradas explicações do reclamante de que não poderia ficar à disposição da fazenda por muitos dias, já que seu milho deveria ser logo deitado, porque senão iria ser altamente prejudicado e que não contava à época com pessoal da família para realizar o serviço, o administrador não atendeu sua solicitação, pelo o que o reclamante, para não dar motivo para sua dispensa, deixou os cuidados com seu milho para trabalhar para a fazenda..." Processo 013, de outubro de 1947.

Além disso, a produção de subsistência resguardava o fazendeiro de qualquer prejuízo causado pelo trabalhador, fossem decorrentes de fornecimentos ou adiantamentos, fossem resultados de multas a ele aplicadas pela fazenda ou relativas ao pagamento de trabalhadores "avulsos" contratados pela fazenda para refazer seus serviços considerados de má qualidade, ou fossem consequência de indenizações devidas ao proprietário por abandono do serviço antes de findo o contrato, suas dívidas eram pagas, em última instância, pelas suas criações e seus cereais. A produção de subsistência funcionava, dessa forma, como garantia de pagamento de débitos e podia ser apropriada pelo fazendeiro sem maiores restrições: em 55% dos casos analisados, esta possibilidade era prevista em contrato.\* (Tabela 44, p. 171)

Por fim, uma outra limitação que recaía sobre os produtos de subsistência dos trabalhadores era a de sua comercialização. Embora não houvesse obrigatoriedade expressa de venda para o proprietário, a maior parte dos contratos atribuía-lhe o direito de comprador preferencial em preços normais do mercado, à época,<sup>29</sup> como se vê na Tabela 45 (p. 172). Dadas as

\*Mesmo se já em poder de terceiros, o fazendeiro, como credor preferencial, podia retomar o montante de cereais ou criações necessário para seu ressarcimento: "Os animais, mantimentos e roças dos formadores serão garantias dos seus débitos para com a fazenda, tendo esta o direito de rehavê-las mesmo quando em mãos de terceiros". Cláusula de contrato padrão para formação do café, anexo ao Processo 001, de 10/10/43. "Os animais, mantimentos e roças dos colonos são garantias do seu débito para com o proprietário, tendo este o direito de have-los ainda mesmo quando em mãos de terceiros". Cláusula de contrato agrícola padrão para colonização de café, anexo ao Processo 029, de 21/10/50.

<sup>29</sup> "O segundo contratante poderá vender seus produtos a quem lhes ofereça maior preço, tendo porém o primeiro contratante preferência em igualdade de condições". Cláusula de contrato padrão para formação de café, anexo ao Processo 012, de 14/08/47; "O colono fica obrigado a dar preferência para fazenda na venda de seus cereais em igualdade de preço". Cláusula de contrato agrícola padrão para colonização de café, anexo ao Processo 030, de 02/10/50.



Tabela 44. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO A FUNÇÃO DA PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA COMO GARANTIA DE PAGAMENTO DE DÉBITOS DO TRABALHADOR PARA COM O PROPRIETÁRIO, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Possibilidade do fazendeiro se apropriar dos produtos de subsistência do trabalhador como forma de pagamento de seus débitos	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Sim	80	62,0	16	72,8	0	0,0	0	0,0	96	55,0
Não	11	8,5	0	0,0	0	0,0	2		13	7,4
Não produz para subsistência	0	0,0	0	0,0	18		4		22	12,6
Não declarado	38		6		0	0,0	0	0,0	44	25,0
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

Tabela 45. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OBRIGATORIEDADE DE VENDA DO EXCEDENTE DE SEUS PRODUTOS DE SUBSISTÊNCIA AO PROPRIETÁRIO, EM PROPRIEDADES RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Obrigatoriedade do trabalhador de vender o excedente de seus produtos de subsistência ao proprietário	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Somente se o preço for o do mercado	105	81,4	21	95,4	0	0,0	0	0,0	126	72,0
Não há obrigatoriedade	11	8,5	0	0,0	0	0,0	1	16,7	12	6,8
Não produz para subsistência	0	0,0	0	0,0	18	100,0	4	66,6	22	12,6
Não declarado	13	10,1	1	4,5	0	0,0	1	16,7	15	8,6
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

precárias condições de mobilidade dos trabalhadores para chegarem a melhores informações de preço, é de se supor que os preços oferecidos pelos proprietários não fossem melhores que os oferecidos por comerciantes das cidades próximas. Tanto é que o interesse dos fazendeiros em intermediar a venda só se justificaria se, ao repassar os produtos para o comércio local, obtivessem alguma vantagem pessoal na transação. Além disto, a própria cláusula de comprador preferencial para o proprietário podia constituir-se numa forma de intimidar quaisquer gestões dos trabalhadores no sentido de auferirem os melhores preços e questionar os oferecidos pela fazenda.\*

Nota-se, portanto, que sem permitir a capitalização dos trabalhadores, a produção de subsistência, ao contrário, viabilizava a diminuição dos gastos com mão-de-obra realizados, já que era o componente indispensável da remuneração do trabalho, assegurando sua subsistência familiar mesmo quando a remuneração monetária fosse paga ao final do contrato. Ao mesmo tempo que cumpria essa finalidade, possibilitava ao fazendeiro auferir uma parcela do lucro obtido pelo trabalhador com sua venda, sempre que intermediasse a transação. Finalmente, funcionava também como garantia da transferência de parte dos riscos da atividade agrícola para os trabalhadores: os riscos com a diminuição da produtividade do trabalho, no caso de erros, ou menor intensidade física do trabalho provocada por quaisquer circunstâncias pessoais do trabalhador. Ou seja, ao garantir,

\*Veja-se um exemplo disso num processo em que o formador solicita prorrogação de seu contrato: "... já na venda de seus cereais para a fazenda o requerente se viu prejudicado pelo preço, tendo evitado reclamar na época porque não tinha o propósito de se indispor com a administração". Processo 008, de 14/01/46, folha 2.

com seus produtos, a dívida resultante do pagamento de trabalhadores avulsos para corrigir serviços considerados de má qualidade ou atrasados, os formadores e colonos asseguravam ao fazendeiro a rentabilidade máxima do seu próprio trabalho.

### 6.3.3. A parceria.

Os empreiteiros-formadores, a parcela mais significativa dos trabalhadores das fazendas de Porecatu, eram remunerados com quota-parte da produção do café ou com o produto integral colhido durante a vigência de seu contrato, como se viu anteriormente.\*

Esse tipo de participação nos frutos do cafezal por eles formado configurava-lhes uma característica de parceria bastante controvertida a nível de litígios jurídicos.\*\*

\*A este respeito, ver, neste capítulo, o item 6.3.1.

\*\*Os empreiteiros-formadores tanto eram considerados assalariados ou empregados rurais como parceiros, a nível de processos jurídicos. Vejam-se os dois trechos seguintes, de diferentes processos, como exemplo desta controvérsia: "Ora, o empreiteiro que se ocupa da formação de cafezais não passa de um operário, que labuta de sol a sol... É verdade que a questão, por não estar ainda regulada, é controvertida, mas, há jurisprudência firmada a respeito: 'Trabalhador Rural - competência da Justiça Trabalhista para julgar ação em que é interessado trabalhador rural (Diário Oficial da União, 21/07/47, nº 3.249). Contrato de Trabalhador Agrícola - distinção entre empreitada e parceria. Se o operário obedece as instruções, as diretrizes traçadas pelo dono da terra, e aí, realiza plantação, colheitas e atividades agrícolas, cumpre um contrato de empreitada e não de parceria agrícola. Quando se discutem relações oriundas de empreitada entre patrão e operário, o litígio entra na competência da Justiça do Trabalho'. (L.T. 44/74, citado por Cesarino Junior na C.L.T. comentado, vol. II, p. 68". Da decisão do juiz de primeira instância, Processo 099, de 30/09/54. "Alegam os réus que devem ser intitulados parceiros agrícolas. Posto que, não obstante os contratos se intituarem 'locação de serviços' ou de 'empreitada', da simples leitura de suas cláusulas se verifica o contrário; pois a quarta cláusula diz que 'o empreiteiro terá direito a metade dos frutos produzidos pelo cafezal a seu cargo durante a vigência deste contrato, correndo por conta do empreiteiro as despesas' com a colheita e das demais que forem necessárias". Constatou-se no caso a existência de parceria agrícola. O critério diferenciador que distingue a parceria da simples locação de serviço, é participa-

De fato, embora recebendo uma parte da remuneração em café, os formadores percebiam geralmente salários ou pagamentos monetários pela sua tarefa. Estavam também, totalmente sujeitos às determinações do fazendeiro, o qual, além de regulamentar e fiscalizar todo o trabalho realizado na sua empreitada, dispunha de sua força de trabalho como bem lhe aprouvesse, em serviços por toda a fazenda.

Além disso, sua parcela na produção principal estava sujeita às mesmas limitações impostas à sua produção de subsistência: grande parte deles estava obrigado a vendê-la à fazenda, se o preço fosse de mercado, e poderia ser apropriada pelo proprietário para ressarcimentos de débitos do formador (Tabelas 46 e 47, p. 176 e 177)

Se a inexistência ou precariedade dos direitos usuais de parceiros no contrato dos formadores obscureciam sua relação de trabalho como também de parceria, esta se evidenciava quando se analisavam suas obrigações como sócio-menor nos custos e riscos do empreendimento agrícola.

O primeiro aspecto dessa participação dos formadores como sócio dos riscos e custos do cafezal era a sua atribuição de empregar toda a mão-de-obra necessária para a formação, tratos e colheita do cafezal. Embora a força de trabalho familiar fosse a base do trabalho realizado na empreita, os formadores necessitavam contratar mão-de-obra externa temporária, especialmente para destoca, preparação da terra para cultivo, plantio e colheita: 79% deles se utilizavam de camaradas avulsos nestes períodos de pique do trabalho agrícola. (Tabela 48, p. 178)

ção nos lucros e nos riscos dos empreendimentos." Da decisão do juiz da primeira instância. Processo 032 de 11/11/50.

Tabela 46. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OBRIGATORIEDADE DE VENDA DO PRODUTO PRINCIPAL AO PROPRIETÁRIO DA TERRA, EM PROPRIEDADES RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Obrigatoriedade do Trabalhador de vender o produto principal ao proprietário	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Somente se o preço for o do mercado	108	83,7	0	0,0	0	0,0	1	16,7	109	62,3
Não tinham direito à quota- -parte do produto principal	0	0,0	21	95,5	18	100,0	4	66,6	43	24,6
Não declarado	21	16,3	1	4,5	0	0,0	1	16,7	23	13,1
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

Tabela 47. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO A POSSIBILIDADE DE O FAZENDEIRO SE APROPRIAR DA QUOTA-PARTE DA PRODUÇÃO PRINCIPAL PERTENCENTE AOS TRABALHADORES COMO FORMA DE PAGAMENTO DE SEUS DÉBITOS COM A FAZENDA, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Possibilidade do fazendeiro se apropriar da quota-parte da produção principal pertencente aos trabalhadores para pagamento de seus débitos	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Sim	119	92,2	0	0,0	0	0,0	1	16,7	120	68,6
Não	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	16,7	1	0,6
Não recebe quota parte da produção principal	0	0,0	21	95,5	18	100,0	4	66,6	43	24,6
Não declarado	10	16,3	1	4,5	0	0,0	0	0,0	11	6,2
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

Tabela 48. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO TIPO DE MÃO-DE-OBRA CONTRATADA PELO TRABALHADOR, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Tipo de mão-de-obra empregada	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Apenas mão-de-obra familiar	17	13,2	21	95,5	0	0,0	1	16,7	39	22,3
Basicamente familiar, mas utiliza mão-de-obra contratada temporária	102	79,1	0	0,0	0	0,0	1	16,7	103	58,3
Basicamente familiar, mas utiliza mão-de-obra contratada permanente e temporária	3	2,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,7
Apenas mão-de-obra contratada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	66,6	4	2,3
Não emprega força de trabalho além da sua	0	0,0	0	0,0	18	100,0	0	0,0	18	10,3
Não declarado	7	5,4	1	4,5	0	0,0	0	0,0	8	4,6
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.



Além de assumir o custo da mão-de-obra, o formador assumia, perante seus contratados, a feição de patrão e canalizador das demandas que surgissem dessa relação de trabalho que então se estabelecia, o que certamente livrava o fazendeiro de uma parte substancial dos encargos do seu empreendimento.\*

Em segundo lugar, os formadores participavam do empreendimento com instrumentos de trabalho e insumos, especialmente com seus instrumentos mais estritos de trabalho, que tanto serviam para as lides no cafezal como para a sua produção de subsistência. (Tabela 49, p. 180) Uma parcela de 22,5% fornecia, também, sementes, o que não era tão usual porque os fazendeiros preferiam exercer controle total sobre a qualidade e espécie do café a ser plantado.

Havia, também, um grupo de formadores que assumia totalmente a responsabilidade sobre esse item — 21,7% —, incluindo-se, neste caso, outros insumos necessários à produção, além de sementes e instrumentos de trabalho. Apenas 4,7% desses trabalhadores recebia-os integralmente do fazendeiro.

\*Como exemplo dessa situação, pode-se citar o relatado no processo 039, de 12/04/52, no qual peões e colonos demandam seus pagamentos em atraso ao formador que os contratou para serviços em sua empreita. No caso, o formador não havia conseguido pagar seus trabalhadores porque a ocorrência de geadas havia diminuído sensivelmente seus rendimentos com o cafezal, já afetados pelas dívidas que tinha junto à fazenda. O formador, ao mesmo tempo em que era demandado pelos seus trabalhadores, entrou com um pedido de prorrogação de contrato para o proprietário, alegando seus prejuízos com a geada. As conclusões dos dois processos indicam bem esta transferência de obrigações do proprietário para o formador, no que diz respeito ao custo da mão-de-obra: os peões e colonos ganharam sua ação e conseguiram penhorar os cereais do formador como parte de seu pagamento, ficando este ainda como devedor. O formador, ao contrário, perde a ação contra o proprietário e é obrigado a sair da terra. Neste exemplo e nos outros similares pesquisados, não há notícias dos camaradas e colonos dos formadores demandarem os proprietários para quaisquer questão trabalhistas.

Tabela 49. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO TIPO DE INSTRUMENTOS DE TRABALHO E INSUMOS, PARA A PRODUÇÃO PRINCIPAL, FORNECIDO PELO TRABALHADOR, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Tipo de instrumentos de trabalho, insumos, etc., fornecidos pelo trabalhador	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Fornecimento de sementes	29	22,5	0	0,0	0	0,0	1	16,7	30	17,1
Fornecimento de instrumentos de trabalho	108	83,7	0	0,0	0	0,0	6	100,0	114	65,1
Fornecimento total	28	21,7	0	0,0	0	0,0	1	0,0	28	16,0
Não fornece	6	4,7	21	95,5	18	100,0	0	0,0	45	25,7
Não declarado	14	10,9	1	4,5	0	0,0	0	0,0	15	8,6
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

Uma terceira forma de participação dos formadores no empreendimento agrícola era através das construções de benfeitorias necessárias à viabilização da produção principal: mais de 60% construíam ao menos o terreiro cimentado para secagem do café, inclusive arcando com parte dos custos do material<sup>30</sup> e 24% construíam, também, alojamento para seu pessoal auxiliar, já que não havia possibilidade de os trabalhadores, mesmo temporários, residirem fora da fazenda. Uma parcela menor — 14% — construía todas as benfeitorias necessárias (terreiro, alojamento, paiol, depósito, etc.). (Tabela 50, p. 182)

Além de construir benfeitorias e, em alguns casos, custeá-las, os formadores, em sua maioria, não recebiam qualquer ressarcimento por esse trabalho: 58,9% deles o realizavam gratuitamente e não podiam remover as construções quando findo seu contrato. (Tabela 51, p. 183) Ou seja, sua participação no empreendimento agrícola neste caso, excedia ao papel de sócio-menor do fazendeiro, já que transferia para as suas terras a valorização decorrente das construções realizadas.

O mesmo acontecia com as benfeitorias relativas à produção de subsistência, para as quais os trabalhadores contribuíam de forma ainda mais significativa: 43,4% responsabilizavam-se por todas as benfeitorias necessárias, 83,7% construíam os mangueirões para porcos e faziam cercados para animais. 76,0% construíam suas próprias casas de moradia, e 49,6%, as tulhas para guarda de instrumentos, insumos e cereais. (Tabela 52, p. 184) Embora muitas vezes arcando com parte ou todo o

<sup>30</sup>"Os formadores deverão construir o terreiro da fazenda, conforme as especificações da administração, não recebendo por este trabalho nenhum pagamento. A Fazenda se compromete a participar com 70% (setenta por cento) dos custos, ficando a cargo dos formadores o rateio das demais despesas". Cláusula de contrato padrão de formação de café, anexo ao processo 011, de 07/03/47.

Tabela 50. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO TIPO DE BENFEITORIAS CONSTRUÍDAS PELO TRABALHADOR PARA VIABILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PRINCIPAL, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Tipos de Benfeitorias construídas	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Não constrói nenhuma benfeitoria relativa à produção principal	25	19,4	21	95,5	18	100,0	0	0,0	64	36,6
Constrói todas as ben- feitorias necessárias	18	14,0	0	0,0	0	0,0	2	33,3	20	11,4
Alojamento para pessoal auxiliar	31	24,0	0	0,0	0	0,0	4	66,7	35	20,0
Terreiro para secagem do café	96	74,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	96	54,8
Não declarado	8	6,2	1	4,5	0	0,0	0	0,0	9	5,1
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

Tabela 51. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO FORMA DE PAGAMENTO PELA CONSTRUÇÃO DE BENFEITORIAS FEITAS PELO TRABALHADOR PARA VIABILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PRINCIPAL, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Forma de pagamento pela construção de benfeitorias para produção principal	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Indenização ou compra das benfeitorias ao sair da terra	20	15,5	0	0,0	0	0,0	4	66,7	24	13,7
Não recebe pagamento nem pode retirar nada do que for construído	76	58,9	0	0,0	0	0,0	2	33,3	78	44,6
Não constrói benfeitorias para a produção principal	25	19,4	21	95,5	18	100,0	0	0,0	64	36,6
Não declarado	8	6,2	1	4,5	0	0,0	0	0,0	9	5,1
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

Tabela 52. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO O TIPO DE BENFEITORIAS CONSTRUÍDAS PELO TRABALHADOR PARA VIABILIZAR A PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Tipos de benfeitorias construídas para a produção de subsistência	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Mangueirões para porcos e cercados para animais	108	83,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	120	68,6
Tulha	64	49,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	69	39,4
Casa para sua moradia	98	76,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	98	56,0
Constrói todas as benfeitorias necessárias	56	43,4	0	0,0	0	0,0	2	33,3	58	33,1
Não constrói benfeitorias para produção de subsistência	0	0,0	21	95,5	18	100,0	4	66,7	43	24,6
Não declarado	6	4,7	1	4,5	0	0,0	0	0,0	7	4,0
Total*	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertanópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais - 1940-52.

\*Percentuais calculados sobre estes totais.

custo destas benfeitorias,<sup>31</sup> a maior parte deles — 82,2% — não recebia nenhum pagamento por esse trabalho, nem podia retirar nada do que fosse construído.<sup>32</sup> (Tabela 53, p. 186)

Outras obrigações dos formadores os levavam a assumir custos do empreendimento agrícola, sempre como sócio desigualmente favorecido na relação que estabelecia com o proprietário. Uma destas era a secagem do café, que era feita pela fazenda mas com custos rateados à meia com os trabalhadores.<sup>33</sup>

Após essa etapa preliminar do beneficiamento do café, os formadores assumiam os demais custos necessários à comercialização do café, como ensacamento e pagamento de carreto, desde que a produção não fosse vendida à própria fazenda.<sup>34</sup>

Finalmente, um aspecto fundamental que caracterizava esses trabalhadores como parceiros era a sua associação nos riscos naturais ou climáticos a que estava sujeita a formação do café. A maior parte dos contratos não previa prorrogação de sua vigência em caso de geadas, secas ou outros fenômenos que

<sup>31</sup> "A Fazenda fornecerá, gratuitamente, madeiras e carreto para a construção de mangueirão para porcos. Na construção do fechado para mangueirão, a Fazenda auxiliará com 30% (trinta por cento) das despesas". Cláusula de contrato padrão de formação de café, anexo ao Processo 001, de 10/10/43.

<sup>32</sup> "Toda e qualquer benfeitoria feita pelo empreiteiro, findo o presente contrato, passará a pertencer de pleno direito ao proprietário sem qualquer indenização, não podendo o empreiteiro destruí-las, cedê-las ou removê-las do local onde as mesmas se encontram". Cláusula de contrato padrão de formação de café, anexo ao processo 037, de 27/02/52.

<sup>33</sup> "A Fazenda fará secagem de todo o café colhido pelo formador, levando a seu débito metade das despesas de secagem". Cláusula de contrato padrão de formação de café, anexo ao Processo 001, de 10/10/43.

<sup>34</sup> "O formador deverá retirar todo seu café que não for vendido à Fazenda dentro de 7 (sete) dias após finda a secagem, devendo arcar com todos os custos de ensacamento e de carreto". Cláusula de contrato padrão de formação de café, anexo ao Processo 001, de 10/10/43.

Tabela 53. CATEGORIA DE TRABALHADOR RURAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO FORMA DE PAGAMENTO DAS BENFEITORIAS CONSTRUÍDAS PELO TRABALHADOR PARA VIABILIZAR A PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA, EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DE PORECATU - 1940-52.

Forma de pagamento pela construção de benfeitorias para viabilizar a produção de subsistência	Categoria de Trabalhador									
	Formador		Colono		Trabalhador rural		Outros		Total	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Recebe indenização ou compra das benfeitorias ao sair da terra	7	5,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	4,0
Não recebe pagamento mas pode retirar o que for possível	9	7,0	0	0,0	0	0,0	2	33,3	11	6,3
Não recebe pagamento nem pode retirar nada do que for construído	106	82,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	106	67,4
Não constrói nenhuma benfeitoria para produção de subsistência	0	0,0	21	95,5	18	100,0	4	66,7	43	24,6
Não declarado	7	5,4	1	4,5	0	0,0	0	0,0	8	4,6
Total	129	100,0	22	100,0	18	100,0	6	100,0	175	100,0

Fonte: Cartórios cíveis e criminais de Sertãoópolis e Porecatu. Processos cíveis e criminais

- 1940-52.



pudessem diminuir sensivelmente a produção do cafezal, afetando uma das principais fontes de rendimentos dos formadores: a sua quota-parte do café. Essa forma de transferência dos rendimentos negativos do negócio agrícola para os trabalhadores era previsível, por estes, já nos termos do contrato,\* ao qual, no entanto, não podiam escapar, dada sua predominância na região. Mesmo assim contestavam os termos dos contratos usualmente, quando de fato acontecia uma intempérie climática que os prejudicasse.

Essa última faceta da parcela majoritária da força de trabalho das grandes fazendas de Porecatu — a dos formadores de café — finaliza de forma clara um quadro de superexplora-

\*Os riscos que os formadores assumiam já se evidenciavam no próprio contrato, como se vê pelos seguintes trechos de diferentes processos entre estes trabalhadores e fazendeiros:

"Não existe, por outro lado, nenhuma cláusula estipulando a sua prorrogação, no caso de ocorrência de geada, ausente, pois, mais uma vez, a vontade dos contraentes. (o contrato deve ser cumprido)... Obviamente o contrato se acha inteiramente cumprido, com a formação das 20.000 covas de café, desonerado, pois, da prestação contratual, que não lhe acarreta nenhum ônus excessivo, que supere as suas forças econômicas ou produtivas. A sua compensação, já a obteve o autor, no desfruto do imóvel, com a plantação e colheita de arroz, feijão e milho, durante seis anos, e a criação de gado, o que constitui a principal condição do vínculo estabelecido, por isso que não pode dizer tenha sofrido prejuízo, com a falta de produção de café, que pelos dizeres da própria cláusula contratual, não tinha uma previsão absoluta, da mesma maneira que a diminuição e perda do plantio de outro qualquer cereal cultivado, caso ocorresse, não poderia servir de base à revisão contratual". Das alegações do advogado do proprietário, vencedor da ação. Processo 091, de 06/09/53.

"... As situações climáticas, seca, granizo, longas estiagens, como no momento e aqui em nossa zona estamos sofrendo, tira a produção, faz as floradas caírem, isto é frutas ainda verdes. A tudo isso, quer o proprietário, quer os formadores, quer os colonos, que menos sacos de café irão colher e portanto menor renda tirarão, estão sujeitos a isso... É caso para sempre se prorrogar contratos? Não é possível que em um caso por ocorrência de geadas, este ou aqueles, aproveitem-se para tentarem, como querem, a espoliação do patrimônio do apelado que também tem maior prejuízo que qualquer outro". Das alegações do advogado do proprietário, vencedor da ação. Processo 099, de 30/09/54.

ção do trabalho, onde os trabalhadores não-proletarizados ocupavam lugar de destaque. A parceria nos custos e nos riscos do empreendimento e o usufruto desigual dos benefícios do cafezal asseguravam para o fazendeiro a lucratividade máxima de sua aplicação de capital: eximindo-o de parte dos riscos previsíveis do negócio agrícola, baixando os custos, pela participação dos trabalhadores nos mesmos e valorizando as terras com as benfeitorias não pagas realizadas pelos formadores.

## Capítulo 7 - CONCLUSÕES: AGRICULTURA CAPITALISTA E CAMPEPINATO EM PORECATU

Procurou-se demonstrar nos capítulos precedentes, como se processou a expansão da fronteira agrícola para Porecatu, a partir de migrações e da transferência de capitais paulistas para a região, tendo como produto-eixo o café.

O conceito de *expansão da fronteira agrícola*\* pretendeu dar conta, simultaneamente, dos processos de *expansão da fronteira demográfica* e da *fronteira econômica* para significar que em Porecatu não se constituiu, com a expansão demográfica para a região, uma economia que se pudesse denominar de *natural*.\*\* Os dois tipos básicos de explorações agropecuárias que colonizaram a região — a pequena produção dos posseiros e a grande exploração das fazendas — estavam inseridos na economia capitalista, embora através de vinculações substantivamente diversas.

Perceber deste modo a colonização de Porecatu pressupõe que se partir de duas constatações básicas. Em primeiro lugar,

\*Para a delimitação do conceito de expansão da fronteira agrícola foram relevantes as contribuições de VELHO, Otávio G. Frentes de expansão e estrutura agrária; estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. São Paulo, Zahar, 1972; e MARTINS, José de S. "Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica" in Capitalismo e tradicionalismo.

\*\*Sobre a inexistência ou pouca significância de uma economia natural em faixas de território onde se registraram frentes de expansão, ver MARTINS, "Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica" e VELHO, Otávio G. A propósito de terra e igreja.

do entendimento de que é o processo social do capitalismo que determinou as formas de organização da produção na região, dada sua inequívoca dominação na sociedade brasileira. A categoria teórica de dominação do capital

dá conta da determinação a que o modo de produção capitalista submete toda e qualquer relação social de produção. Qualquer que seja a forma de produção que se considere, quando na relação dominante do capital, deve ela conter internamente essa determinação, a determinação do capital, seja no seu processo de origem, seja no seu processo de desenvolvimento e transformações.<sup>1</sup>

No caso de Porecatu, o conceito de *dominação* implica reconhecer que a expansão da fronteira agrícola para a região se deu pela estruturação de um processo produtivo que contém, na sua origem, no seu desenvolvimento e transformações a *determinação do capital*. Isso não significa dizer que necessariamente se estruturou uma *exploração capitalista da terra* mas uma exploração agrícola que produzia valor apropriado pelo capital, uma agricultura, portanto, que contribuía para seu *processo social de valorização*.\*

Tanto a economia de posseiros que se formou na região como a força de trabalho empregada na formação e nos tratos agrícolas das fazendas (empreiteiros-formadores e colonos) desenvolviam um *processo de trabalho camponês*, dado pela combinação específica entre um certo tipo de trabalhador, seu obje-

\*Sobre uma agricultura capitalista sem explorações capitalistas, ver o texto de Maria Nazareth B. Wanderley. O camponês: um trabalhador para o capital.

<sup>1</sup>GNACCARINI, José C. Latifúndio e proletariado; formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo, Polis, 1980. p. 169.

to e seus meios de trabalho:\* trata-se de um trabalhador familiar que tem acesso à terra como produtor direto, utilizando instrumentos rudimentares de trabalho para produção de mercadorias destinadas à sua reprodução familiar — incluindo-se aí, não só a parcela destinada ao seu autoconsumo e à venda para complementação desse autoconsumo, mas, também, uma pequena poupança que lhe permitisse reiniciar o ciclo produtivo e reproduzir sua condição social de camponês. Esse produtor, seja o posseiro-camponês que tem no assalariamento um tipo de trabalho acessório eventual, seja o trabalhador não-proletário das fazendas que só tem acesso à terra mediante seu assalariamento ou contrato de serviço, mantêm-se como *vendedor de mercadorias além de sua força de trabalho* e, portanto, como *usuário de seu próprio trabalho*.

No entanto, o trabalho desses camponeses gera valor que é apropriado pelo capital, e é a natureza e a forma de apropriação desse valor excedente que permitem distinguir a produção camponesa em seus dois segmentos básicos: o trabalho dos posseiros e o trabalho dos empreiteiros-formadores e colonos. Ou seja, embora estruturado de uma forma bastante similar, *camponesa*, o processo de trabalho desses dois segmentos gera um trabalho excedente que é apropriado através de mecanismos diferentes de coerção econômica e extra-econômica e que constituem suas relações sociais com as modalidades diversas de capital, entendidas como *forças sociais concretas*:<sup>2</sup>

\*O conceito de processo de trabalho, tal como utilizado aqui, está em MARX, Karl. O capital. São Paulo, Brasiliense, v. I, p. 201-5.

<sup>2</sup>VELHO, Otávio G. A propósito de terra e igreja.

a) pelo capital comercial e usurário, na sua relação com os camponeses-posseiros, relação esta que, a par de influir na determinação dos produtos cultivados, gera para estes toda uma gama de termos depreciados de venda e compra e de laços de endividamento que garantem a apropriação de sobretrabalho da família camponesa por esta modalidade de capital;

b) pelo proprietário fundiário e capitalista agrário unificados na figura do *fazendeiro*, que se apropria tanto do valor incorporado à terra pelo trabalho não-pago dos posseiros,<sup>3</sup> como, no próprio processo de produção, nos cafezais, apropria-se da mais-valia gerada pelo trabalho familiar dos empreiteiros-formadores e colonos e, através de uma série de mecanismos coercitivos, do valor gerado pelas diferentes formas de trabalho não-pago que realizam: valor este, portanto, que ultrapassa o que seria obtido na simples relação de assalariamento onde de um lado estivesse o fazendeiro e, de outro, trabalhadores rurais proletarizados.

A constituição desse processo de trabalho camponês, tanto no âmbito de uma economia de posseiros quanto como característica singular da força de trabalho empregada pelas fazendas, não correspondia a nada parecido com "resquícios" de outros modos de produção ou anomalias do capitalismo, nem a algo alheio ou externo ao capital.<sup>4</sup> A dominação do capital na sociedade brasileira, tendo como eixo principal da acumulação, a partir de um processo que se inicia pós 1930, o setor urbano-industrial, dá elementos para se entender porque a expansão

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista.

<sup>4</sup> WANDERLEY, Maria Nazareth B. O camponês: um trabalhador para o capital.

da fronteira agrícola em Porecatu não se deu pela estruturação de *explorações capitalistas* da terra,\* mas certamente *coloniza a região para o capital*.

Sob esta ótica da dominação do capital no Brasil, neste momento em que está em curso a mudança de um tipo de acumulação para outro, em que a indústria passa a ser eixo do sistema, uma agricultura "primitiva", tal como a que se organiza em Porecatu, tem um papel preponderante na reprodução das condições da expansão capitalista.<sup>5</sup>

Esse papel é, basicamente, o de possibilitar a extração de um *valor excedente*, gerado pela produção camponesa,

a) valor este que o posseiro ou a força de trabalho não proletarizada incorpora à terra pela sua posse transitória:

o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca e cultiva as lavouras chamadas de subsistência; nesse processo ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, a transferência de 'trabalho morto', de acumulação para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os.<sup>6</sup>

\*A inexistência de explorações capitalistas foi entendida aqui a partir da análise do processo imediato de produção, na agricultura local, onde uma pobre base tecnológica se conjugava com o predomínio de trabalhadores não proletarizados que tinham na produção familiar de seus meios de vida sua característica básica. Cf. MARX, Karl. cap. inédito de O capital.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista.

Poderia se acrescentar que a construção de benfeitorias que não lhes pertencem, ao serem expulsos ou saírem da terra, é mais uma forma de transferência de valor para as terras do fazendeiro;

b) valor que a força de trabalho não proletarizada transfere para as culturas do proprietário, rebaixando seu próprio custo de reprodução, ao prover parcela de suas condições de subsistência, através do trabalho excedente da família camponesa na produção de seus cultivos de cereais: *"ao ceder a terra para as culturas de subsistência, a empresa capitalista encontra a forma de, através do produto do mais trabalho do colono neste segmento, manter baixo os salários pagos pelo trabalho no cafezal"*.<sup>7</sup>

Além disso, a produção de subsistência permitia que estes trabalhadores estivessem imersos num rol bastante complexo de obrigações já que funcionava como garantia permanente de seu cumprimento, sujeita a ser apropriada pelo fazendeiro no caso de dívidas ou falhas;

c) valor que é gerado pela transferência de rendimentos negativos da atividade agrícola para os formadores,<sup>8</sup> que arcavam com parte do ônus do período de maior risco da atividade cafeeira — os anos iniciais da formação do café — ao terem sua quota-parte substancialmente diminuída no caso da ocorrência de fenômenos climáticos sem direito de prorrogação de seus contratos.

<sup>7</sup> SPINDEL, Cheiwa. Homens e máquinas na transição da economia cafeeira.

<sup>8</sup> MARTINS, José de S. "Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica".



A agricultura "primitiva" operava com custos relativamente baixos, o que permitia, ao mesmo tempo, a formação de capital nas fazendas e o rebaixamento no custo da alimentação, fator primordial para manter, em baixos níveis, o preço da força de trabalho urbana. Contribuía dessa forma decididamente para a acumulação urbano-industrial, realizando, ainda, o que uma agricultura tipicamente capitalista poderia fazer: transferia para o capital financeiro a parcela suplementar da mais-valia gerada na produção — a renda da terra —, através do pagamento de juros e serviços dos financiamentos bancários.<sup>9</sup>

A partir do privilegiamento da precedência teórica da produção social sobre a produção imediata,<sup>10</sup> tornou-se possível entender a falsa contradição entre o processo de trabalho que esteve na base da organização da produção em Porecatu e a feição capitalista do Norte do Paraná cafeeiro. Para complementar este entendimento, mostrou-se útil o conceito de *espaço criado pelo capital*.\*

Esse conceito, tal como aqui utilizado, procura explicar como o funcionamento do capital na agricultura não só *necessita* mas *possibilita* a reprodução de um campesinato cujo trabalho excedente valoriza o capital e que difere qualitativamente do camponês pré-capitalista.

Essa possibilidade pode ser explicada melhor se forem analisados separadamente os dois segmentos básicos do campesi-

\*Este conceito é utilizado aqui na forma recuperada por WANDERLEY, Maria Nazareth B. O camponês: um trabalhador para o capital.

<sup>9</sup> Cf. KAUSTKY, Karl. A questão agrária.

<sup>10</sup> VELHO, Otávio G. A propósito de terra e de igreja.

nato local: os posseiros e a força de trabalho não proletarizada empregada nas fazendas.

Os posseiros ocupam a terra sem pagar o seu preço ao proprietário fundiário, num contexto onde as terras circunvizinhas, de características similares, estavam altamente valorizadas. *A terra na região já se tornara mercadoria* antes mesmo de sua ocupação efetiva por posses ou fazendas. A falta de recursos e não uma lógica antagônica à propriedade da terra impediu esses camponeses de adquirir, por compra, as terras que ocupavam. No entanto, enquanto seus lotes estavam isolados pela falta de estradas, puderam se reproduzir como pequenos produtores camponeses relativamente independentes. *A possibilidade de sua reprodução* nessas condições se dá, dado um *espaço criado pelo capital*, espaço de camponeses que não só valorizam a terra com o seu trabalho mas que transferem parcela de valor não pago para o capital comercial e usurário com o qual mantêm vinculação.

Esse espaço não deixa de criar um antagonismo que se evidencia exatamente quando a terra é mais valorizada pela abertura de estradas, dando melhores condições de acesso ao capitalista agrário que pagou ao antigo proprietário da terra seu preço. A luta pela terra que daí deriva não se trata do entrelcho entre duas mentalidades antagônicas nem uma disputa entre duas formas de organização de produção já que o fazendeiro, após a expulsão dos posseiros, forma e desenvolve suas fazendas através de relações de trabalho que permitiam a reprodução de uma produção camponesa no seu interior. Trata-se, na verdade, de uma disputa pela apropriação da terra. Do lado do posseiro, pelo direito de usufruir da terra como meio de

vida e de um possível enriquecimento, dadas as perspectivas do café. Do lado do fazendeiro, pela realização de seu direito de tornar a terra campo de operação de seu capital, já que adiantara ao proprietário fundiário a renda, cristalizada no preço da terra.

No que diz respeito ao segmento camponês empregado nas fazendas, o conceito de *espaço criado pelo capital* complementa a explicação de como o capitalismo lançou mão de uma força de trabalho não-proletarizada para estruturar uma exploração que, embora mantendo a especificidade camponesa no processo imediato de produção era, também, uma *produção de mais-valia*. Neste caso, esse espaço respondia às condições históricas concretas de operação na agricultura local. Tratava-se, em primeiro lugar, de produzir em terras novas e férteis, uma cultura com alta demanda de mão-de-obra durante todo o ano, o que tornava viável a atração de mão-de-obra permanente através de relações de trabalho que permitissem seu acesso à terra como produtores diretos.\* Em segundo lugar, tratava-se de produzir com relativa baixa disponibilidade de capital, dada as prioridades da economia à época e a inexistência de linhas especiais de financiamento à agricultura, o que privilegiava a adoção de relações de trabalho onde parte da remuneração era suprida pelos próprios trabalhadores nos plantios de subsistência. Além disso, era interessante adotar relações de trabalho que, sem eliminar a subordinação dos trabalhadores à fazenda, tornasse parte deles — os formadores — solidários nos riscos do em-

\*Sobre o emprego, por capitalistas agrários, de trabalhadores com direito à terra e/ou com pagamento em espécie, ver KAUSTKY, Karl. A questão agrária; e LENIN, Vladimir. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

preendimento agrícola.

Pode-se dizer que se realizava, no caso da força de trabalho empregada nas fazendas, uma forma de *cálculo econômico*, entendido como o equacionamento mais adequado da necessidade de o capital se reproduzir em escala ampliada através da apropriação do "*maior montante possível de valor excedente do trabalho*".<sup>11</sup>

Esse cálculo econômico não tinha um caráter de racionalidade individual do empresário, mas de equacionamento social da necessidade de reprodução do capital dadas as condições concretas em que se realiza. Dentre essas condições, também se incluem as peculiaridades do produto principal, a qualidade do solo, a disponibilidade de mão-de-obra, o grau de organização dos trabalhadores. O papel do Estado, através da ênfase dada pelas políticas fundiária e agrícola, foi componente primordial na adoção de explorações com uso extensivo de terra e do trabalho na colonização da região.

Era também esse cálculo econômico que, ao dar espaço para a adoção de uma força de trabalho não proletarizada, igualmente induz à combinação desta com o salariado puro, conforme a natureza das tarefas.

No entanto, é importante perceber os limites do espaço criado pelo capital para a produção camponesa. No momento que precede o seu assalariamento ou contrato de trabalho, esses camponeses eram trabalhadores despossuídos do meio de produção fundamental na agricultura — a terra. Isso tornava a relação

<sup>11</sup> BETTEIHEIM, Charles. Cálculo econômico e formas de propriedade. p. 33.

de trabalho que estabeleciam com o fazendeiro o pressuposto para o acesso aos seus meios de subsistência. Ou seja, *ele só era produtor camponês na medida em que seu processo de trabalho ocorria também como processo de consumo de sua força de trabalho pelo capital, enquanto, portanto, vendia seu trabalho como mercadoria que valorizava o capital. Por isso, a cessão de áreas para o plantio de subsistência, dada a preeminência dos cuidados com o cafezal e dada a necessidade de sua expansão interna na fazenda, era constantemente questionada na relação dos colonos ou formadores com os fazendeiros, além de estar totalmente submetida a regras ditadas pela fazenda. A produção camponesa se constituía em complemento para a reprodução da família trabalhadora enquanto tal. Não se tratava de modo nenhum, em oportunidade para sua capitalização e transformação em pequenos proprietários camponeses.\**

\*Mesmo este espaço limitado deixa de existir quando se alteram as condições históricas concretas da região. Embora este estudo não chegue a analisar a evolução na composição da força de trabalho local após 1952, há dados que demonstram a extinção do colonato na região já em fins da década de 50 e a generalização do salariedade puro. Isto não significa dizer que são relações de trabalho necessariamente transitórias no capitalismo mas que podem ser transitórias em uma região, como foi em Porecatu. Pesquisa de Campo: Processos cíveis da Comarca de Porecatu - 1953 a 1972.

ANEXO 1

LISTAGEM DOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS  
PROCESSOS CÍVEIS E CRIMINAIS

## ANEXO 1

LISTAGEM DOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS  
CÍVEIS E CRIMINAIS

Processos - Código	Número e data de autuação do processo	Localização
001	s/nº - 10/10/43	Cartório Cível de Sertanópolis, au- tos remetidos pe- la Comarca de Lon- drina.
002	s/nº - 23/10/43	Cart. Cível de Sertanópolis
003	s/nº - 30/10/44	C. C. Sertanópolis
004	s/nº - 30/10/44	C.C. Sertanópolis
005	s/nº - 08/02/45	C.C. Sertanópolis
006	s/nº - 27/10/45	C.C. Sertanópolis
007	256/45 - 27/06/45	C.C. Sertanópolis
008	387/46 - 14/01/46	C.C. Sertanópolis
009	224/46 - 19/11/46	C.C. Sertanópolis
010	s/nº - 25/09/46	C.C. Sertanópolis
011	s/nº - 07/03/47	C.C. Sertanópolis
012	s/nº - 14/08/47	C.C. Sertanópolis
013	s/nº - 22/10/47	C.C. Sertanópolis
014	s/nº - 18/03/48	C.C. Sertanópolis

Processos - Código	Número e data de autuação do processo	Localização
015	s/nº - 30/07/48	C.C. Sertanópolis
016	s/nº - 07/10/48	C.C. Sertanópolis
017	s/nº - 06/11/48	C.C. Sertanópolis
018	4/49 - 13/06/49	C.C. de Porecatu
019	28/49 - 02/08/49	C.C. de Porecatu
020	s/nº - 08/49	C.C. de Porecatu
021	s/nº - 10/09/49	Cartório Cível de Porecatu - autos re- metidos pela Comar- ca de Sertanópolis
022	290/51 - 28/03/51	C.C. de Porecatu
023	228/50 - 05/06/50	C.C. de Porecatu
024	27/49 - 03/11/48	Cartório Criminal de Sertanópolis
025	238/50 - 18/07/50	C.C. de Porecatu
026	243/50 - 31/07/50	C.C. de Porecatu
027	s/nº - 07/50	C.C. de Porecatu
028	105/51 - 21/08/51	Cartório Criminal de Porecatu
029	07/50 - 21/10/50	C.Cr. de Porecatu
030	371/50 - 02/10/50	C.Cr. de Porecatu
031	256/50 - 26/10/50	C.C. de Porecatu
032	260/50 - 11/11/50	C.C. de Porecatu
033	104/51 - 31/07/51	C.Cr. de Porecatu
034	107/51 - 20/08/51	C.Cr. de Porecatu
035	355/51 - 16/10/51	C.C. de Porecatu
036	s/nº - 03/08/51	C.C. de Porecatu



Processo - Código	Número e data de autuação do processo	Localização
037	393/52 - 27/02/52	C.Cível de Porecatu
038	402/52 - 31/03/52	C.C. de Porecatu
039	417/52 - 12/04/52	C.C. de Porecatu
040	440/52 - 08/07/52	C.C. de Porecatu
041	439/52 - 10/07/52	C.C. de Porecatu
042	s/nº - 28/07/52	C.C. de Porecatu
043	s/nº - 14/07/52	C.C. de Porecatu
044	449/52 - 23/07/52	C.C. de Porecatu
045	491/52 - 13/12/52	C.C. de Porecatu
046	462/52 - 29/07/52	C.C. de Porecatu
047	452/52 - 26/07/52	C.C. de Porecatu
048	463/52 - 04/08/52	C.C. de Porecatu
049	473/52 - 12/08/52	C.C. de Porecatu
050	477/52 - 20/08/52	C.C. de Porecatu
051	481/52 - 22/08/52	C.C. de Porecatu
052	479/52 - 25/08/52	C.C. de Porecatu
053	480/52 - 23/08/52	C.C. de Porecatu
054	482/52 - 25/08/52	C.C. de Porecatu
055	s/nº - 09/52	C.C. de Porecatu
056	497/52 - 16/09/52	C.C. de Porecatu
057	495/52 - 23/09/52	C.C. de Porecatu
058	496/52 - 24/09/52	C.C. de Porecatu
059	514/52 - 29/09/52	C.C. de Porecatu
060	513/52 - 29/09/52	C.C. de Porecatu
061	519/52 - 17/10/52	C.C. de Porecatu
062	521/52 - 21/10/52	C.C. de Porecatu

Processo - Código	Número e data de autuação do processo	Localização
063	586/53 - 07/11/52	C.C. de Porecatu
064	540/52 - 13/11/52	C.C. de Porecatu
065	554/52 - 09/12/52	C.C. de Porecatu
066	561/52 - 10/12/52	C.C. de Porecatu
067	557/52 - 13/12/52	C.C. de Porecatu
068	568/52 - 15/12/53	C.C. de Porecatu
069	206/52 - 18/12/52	C.C. de Porecatu
070	609/53 - 30/12/52	C.C. de Porecatu
071	574/53 - 16/01/53	C.C. de Porecatu
072	575/53 - 20/01/53	C.C. de Porecatu
073	578/53 - 22/01/53	C.C. de Porecatu
074	223/53 - 10/02/53	Cartório Criminal de Porecatu
075	593/53 - 18/02/53	Cartório Cível de Porecatu
076	592/53 - 19/02/53	C.C. de Porecatu
077	632/53 - 19/05/53	C.C. de Porecatu
078	631/53 - 21/05/53	C.C. de Porecatu
079	642/53 - 14/06/53	C.C. de Porecatu
080	658/53 - 07/07/53	C.C. de Porecatu
081	677/53 - 30/07/53	C.C. de Porecatu
082	649/53 - 18/06/53	C.C. de Porecatu
083	678/53 - 31/07/53	C.C. de Porecatu
084	684/53 - 10/08/53	C.C. de Porecatu
085	685/53 - 14/08/53	C.C. de Porecatu
086	683/53 - 12/08/53	C.C. de Porecatu

Processos - Código	Número e data de autuação do processo	Localização
087	691/53 - 19/08/53	C.C. de Porecatu
088	692/53 - 19/08/53	C.C. de Porecatu
089	693/53 - 21/08/53	C.C. de Porecatu
090	696/53 - 27/08/53	C.C. de Porecatu
091	716/53 - 06/09/53	C.C. de Porecatu
092	732/53 - 15/09/53	C.C. de Porecatu
093	695/53 - 12/09/53	C.C. de Porecatu
094	739/53 - 21/09/53	C.C. de Porecatu
095	833/53 - 07/10/53	C.C. de Porecatu
096	874/53 - 28/10/53	C.C. de Porecatu
097	846/53 - 15/11/53	C.C. de Porecatu
098	888/53 - 18/11/53	C.C. de Porecatu
099	1139/54- 30/09/54	C.C. de Porecatu
100	1027/54- 13/03/54	C.C. de Porecatu
101	1109/54- 03/08/54	C.C. de Porecatu

## ANEXO 2

DESCRIÇÃO DOS ARQUIVOS ONDE SE ENCONTRAM OS PROCESSOS  
CÍVEIS E CRIMINAIS CONSULTADOS.

#### A.2.1. Arquivo do 2º Cartório Cível da Comarca de Londrina.

Sendo, na verdade, o primeiro cartório da comarca, ali se encontram os processos mais antigos. Seu arquivo guarda os processos encerrados em caixas numeradas, cuja consulta é possibilitada pelos livros de controle que arrolam os processos por tipo de ação, pelo(s) nome(s) do(s) requerente(s) e requerido(s) e pela data de autuação.

Os documentos do arquivo estão em bom estado de conservação e o acesso a eles é possível mediante a seleção dos processos pelos livros de controle. Essa seleção é bastante demorada, porque inexistem referências à região onde se localiza o conflito que foi objeto do processo. Isto significa que é necessário separar todos os processos por tipo e anos que interessam ao pesquisador e então consultá-los diretamente para localizar os da região estudada.

Como os processos referentes a localidades do município de Sertãoópolis houvessem sido remetidos à comarca respectiva, à época de sua formação, não foram encontrados processos de interesse neste arquivo, embora tenham sido consultados no arquivo de Sertãoópolis.

#### A.2.2. Arquivo do Cartório Cível da Comarca de Sertãoópolis.

O Arquivo guarda os processos encerrados em pacotes numerados que os separam por tipo de ação. Os livros de controle

permitem localizar com facilidade os processos de interesse, porque trazem, além do tipo, a data de autuação, a localidade a que se refere e o(s) nome(s) do(s) requerente(s) e requerido(s). Os documentos encontram-se em razoável estado de conservação. Alguns processos, referentes a localidades do município de Porecatu, foram remetidos à respectiva comarca à época de sua formação.

#### A.2.3. Arquivo do Cartório Criminal da Comarca de Sertãoópolis

Os processos estão empacotados pela ordem de seu arquivamento. A seleção, pelos livros de controle, é possível porque mencionam os dados de praxe (tipo de ação, data de autuação, localidade, nome(s) do(s) requerente(s) e requerido(s) ou do(s) indiciados(s) pelo poder público. Os documentos estão em razoável estado de conservação.

#### A.2.4. Arquivo do Cartório Cível da Comarca de Porecatu.

A forma de arquivamento dos processos no Cartório Cível de Porecatu facilita a sua consulta porque os reúne por data de autuação, em pacotes onde se lêem os anos e a ordem cronológica do conteúdo. As listas de controle indicam as informações de praxe, mas foram praticamente dispensáveis nesta pesquisa dada a forma de arquivamento adotada. Os documentos estão em graus diferentes de conservação, variando entre péssimo a bom estado de conservação.

#### A.2.5. Arquivo do Cartório Criminal de Porecatu.

Os processos estão arquivados por ano de seu encerramento. As listas de controles trazem os dados de praxe,mas não são indicativas para a pesquisa dadas as precárias condições de empacotamento e depósito na sala de arquivo, o que dificulta sobremaneira a consulta de processos de interesse. O estado de conservação dos documentos é variável,mas a maioria se encontra em más condições, com partes desagregadas umas das outras e páginas rasgadas.

ANEXO 3 - FORMULÁRIO UTILIZADO PARA COLETA DE DADOS  
EM PROCESSOS JURÍDICOS.



OCUPAÇÃO DA TERRA NO NORTE DO PARANÁ  
— REGIÃO DE PORECATU — 1940-52 —

FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS EM PROCESSOS  
JURÍDICOS

QUADRO I - DADOS SOBRE OS LITIGANTES  
NÃO-PROPRIETÁRIOS

01. Data início do contrato ou posse

- ( ) 01 1940-1943
- ( ) 02 1944-1946
- ( ) 03 1947-1949
- ( ) 04 1950-1952
- ( ) 99 não declarado

02. Data início do conflito

- ( ) 01 1940-1943
- ( ) 02 1944-1946
- ( ) 03 1947-1949
- ( ) 04 1950-1952
- ( ) 99 não declarado

## 03. Categoria social

- ☐ 01    Posseiro
- ☐ 02    Empreiteiro-formador
- ☐ 03    Colono
- ☐ 04    Trabalhadores e empregados rurais
- ☐ 88    Outros
- ☐ 99    N. D.

## 04. Nacionalidade

- ☐ 01    Brasileiro
- ☐ 02    Espanhol
- ☐ 03    Português
- ☐ 04    Italiano
- ☐ 88    Outros
- ☐ 99    N. D.

## 05. Naturalidade

- ☐ 01    São Paulo
- ☐ 02    Minas Gerais
- ☐ 03    Outros Estados
- ☐ 04    Outros Países
- ☐ 99    N. D.

## 06. Residência Atual (Localidade, distrito ou Município)

- ☐ 01    Porecatu
- ☐ 02    Centenário do Sul
- ☐ 03    Alvorada do Sul
- ☐ 04    Florestópolis
- ☐ 88    Outros
- ☐ 99    N. D.

## 07. Categoria Social Anterior (sõ para posseiros)

- ( ) 01 Pequeno proprietário ou membros não-remunerados da família do proprietário.
- ( ) 02 Colono
- ( ) 99 N. D.

## 08. Motivo pelo qual veio (sõ para posseiros)

- ( ) 01 Aspiração de conseguir terra própria
- ( ) 02 Expansão das terras próprias
- ( ) 99 N. D.

## 09. Situação da terra onde se localizou a posse (sõ para posseiros)

- ( ) 01 Terras particulares
- ( ) 02 Terras devolutas
- ( ) 03 Terras particulares que consideravam devolutas
- ( ) 99 N. D.

## 10. Se particulares, por que eram consideradas devolutas? (sõ para posseiros)

- ( ) 01 Notícias sobre existências de terras devolutas nessa região.
- ( ) 02 Inexistência de indícios de posse ou propriedade.
- ( ) 03 Não eram consideradas devolutas
- ( ) 04 Não eram particulares
- ( ) 99 N. D.

11. Área declarada das posses (só para posseiros) em ha.

- ☐ 01 0 — 10
- ☐ 02 10 — 20
- ☐ 03 20 — 30
- ☐ 04 30 — 40
- ☐ 05 Acima de 40.
- ☐ 99 N. D.

12. Determina o produto principal a ser plantado? (não para posseiros)

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não
- ☐ 99 N. D.

13. Qual o produto principal à época de início da posse? (só para posseiros)

- ☐ 01 Café
- ☐ 02 Cana
- ☐ 03 Algodão
- ☐ 04 Cereais
- ☐ 05 Pecuária
- ☐ 06 Porcos
- ☐ 07 Milho
- ☐ 99 N. D.

14. Qual o produto principal na data do início do conflito?

- ☐ ( ) 01 Café
- ☐ ( ) 02 Cana
- ☐ ( ) 03 Algodão
- ☐ ( ) 04 Cereais
- ☐ ( ) 05 Pecuária
- ☐ ( ) 06 Porcos
- ☐ ( ) 07 Milho
- ☐ ( ) 99 N. D.

15. Tem plantações ou criações de subsistência?

- ☐ ( ) 01 Tem plantações e criações
- ☐ ( ) 02 Tem só plantações
- ☐ ( ) 03 Não
- ☐ ( ) 99 N. D.

16. Quais os produtos de subsistência próprios do trabalhador?

- ☐ ( ) 01 Milho
- ☐ ( ) 02 Feijão
- ☐ ( ) 03 Arroz
- ☐ ( ) 04 Horta e demais vegetações rasteiras (mandioca, batata, etc.)
- ☐ ( ) 05 Porcos
- ☐ ( ) 06 Gado
- ☐ ( ) 07 Aves
- ☐ ( ) 08 Cabritos
- ☐ ( ) 09 Não tem produtos de subsistência
- ☐ ( ) 10 Cana
- ☐ ( ) 11 Cereais
- ☐ ( ) 12 Mueares
- ☐ ( ) 88 Outros
- ☐ ( ) 99 N. D.

17. Determina os produtos ou criações de subsistência? (não para posseiros)

- ( ) 01 Não determina os principais, podendo só determinar a horta e criações de pequeno porte
- ( ) 02 Não determina nenhum
- ( ) 03 Não tem produtos de subsistência
- ( ) 04 Determina todos os não localizados no meio da plantação principal.
- ( ) 99 N. D.

18. Pode plantar ou criar para subsistência em que condições de localização? (não para posseiros)

- ( ) 01 No meio do produto principal
- ( ) 02 Em terra à parte da plantação principal em local e condições estipulados pelo proprietário
- ( ) 03 Pode manter criações em terra à parte da plantação principal, em local e condições estipulados pelo proprietário.
- ( ) 04 Não tem produtos de subsistência.
- ( ) 99 N. D.

19. O tipo de trabalho principal a ser realizado era especificado ou era contratado sem definição de tarefas? (não para posseiros)

- ( ) 01 Sim
- ( ) 02 Não
- ( ) 99 N. D.

20. Quais suas atividades? (não para posseiros)

- ☐ 01 Desmatamento
- ☐ 02 Preparo da terra para cultivo
- ☐ 03 Cultivo ou criações de subsistência
- ☐ 04 Formar um determinado número de pés ou área do produto principal.
- ☐ 05 Conservar um determinado número de pés ou área de produto principal.
- ☐ 06 Colheita do produto principal
- ☐ 07 Trabalhos extras para o proprietário.
- ☐ 08 Serviços gerais na lavoura
- ☐ 09 Formação de pasto
- ☐ 10 Cuidados com o gado.
- ☐ 11 Capina ou outros cuidados específicos com o café, inclusive secagem, esparramação do cisco.
- ☐ 12 Administração ou fiscalização dos trabalhos agrícolas.
- ☐ 99 N. D.

21. Quais os trabalhos extras remunerados que realiza?

- ☐ 01 Não realiza
- ☐ 02 Contratado para serviços gerais
- ☐ 03 Roçados ou capinas no pasto ou lavoura.
- ☐ 04 Limpeza e conservação da propriedade toda.
- ☐ 05 Colheita do café velho
- ☐ 99 N. D.

22. Quais os trabalhos extras gratuitos que realiza?

- ☐ 01 Não realiza
- ☐ 02 Contratado para serviços gerais
- ☐ 03 Roçados ou capinas no pasto ou lavoura.
- ☐ 04 Consertos ou conservação de cercas.
- ☐ 05 Conserto ou conservação de caminhos e estradas
- ☐ 06 Desmatamento
- ☐ 07 Construção ou conservação de benfeitorias da fazenda
- ☐ 08 Limpeza e conservação da área residencial.
- ☐ 09 Socorro e prevenção para o caso de enchentes, incêndios, geadas, etc.
- ☐ 10 Construção e conservação de benfeitorias da colônia ou da empreita.
- ☐ 11 Formação de pasto.
- ☐ 99 N. D.

23. No caso de ter direito à venda dos produtos principais, este se refere a: (não para posseiros)

- ☐ 01 Produto colhido na vigência de seu contrato de 5 ou 6 anos
- ☐ 02 Produto do 3º e 4º ano após o plantio
- ☐ 03 Percentual da produção do 5º ano
- ☐ 04 Percentual da produção do 5º e 6º ano.
- ☐ 05 50% do produto do 3º e 4º ano
- ☐ 06 50% do produto após o 4º ano, 5º ou 6º ano e/ou 7º ano.
- ☐ 07 Número estipulado de sacos correspondente a seu salário em espécie.
- ☐ 08 Não tem direito à venda do produto principal
- ☐ 99 N. D.



24. No caso de receber pagamento em dinheiro: (não para posseiros)

- ☐ 01 Recebe por dia
- ☐ 02 Recebe por tarefa
- ☐ 03 Recebe por mês
- ☐ 04 Recebe ao final do contrato.
- ☐ 05 Recebe a cada 2 meses.
- ☐ 06 Não recebe pagamento em dinheiro
- ☐ 99 N. D.

25. Sua remuneração em dinheiro era: (não para posseiros)

- ☐ 01 Fixa, estabelecida no início do contrato e referente ao número de pés/covas ou área a ser formada ou tratada.
- ☐ 02 Variável, conforme o tipo e volume de tarefas ou dias trabalhados (colheita e/ou trabalhos extras) mas o preço unitário sendo pré-fixado no contrato.
- ☐ 03 Não recebia remuneração em dinheiro.
- ☐ 04 Fixa, referente a salário.
- ☐ 99 N. D.

26. Quanto tempo devia se dedicar a trabalhos extras gratuitos? (não para posseiros)

- ☐ 01 Não realizava
- ☐ 02 Sempre que solicitado pelo proprietário
- ☐ 03 Tempo suficiente para realizar os trabalhos pré-determinados no contrato como gratuitos.
- ☐ 04 Contratado para serviços gerais
- ☐ 99 N. D.

27. Quanto tempo devia se dedicar a trabalhos extras remunerados? (não para posseiros)

- ☐ 01 Não realizava.
- ☐ 02 Sempre que solicitado pelo proprietário
- ☐ 03 Sempre que quando solicitado, seu trabalho da empreita estivesse em dia.
- ☐ 04 Contratado para serviços gerais
- ☐ 99 N. D.

28. Quanto recebia pelos trabalhos extras realizados? (não para posseiros)

- ☐ 01 Não realizava
- ☐ 02 Preço estipulado no contrato
- ☐ 03 Preço de mercado à época.
- ☐ 04 Preço estipulado pelo proprietário à época
- ☐ 05 Contratado para serviços gerais.
- ☐ 99 N. D.

29. Recebiam remuneração em espécie, considerando aí de uso pessoal ou subsistência e serviços prestados com intermediação do proprietário.

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não
- ☐ 99 N. D.

30. Especificar esta remuneração em espécie. (não para posseiros)

- ( ) 01 Era fornecida como adiantamento e descontada da remuneração monetária do contratado.
- ( ) 02 Era fornecida como adiantamento e descontada do percentual do produto principal que cabia ao contratado.
- ( ) 03 Era fornecida como adiantamento, tendo como garantia para seu pagamento a produção de subsistência do contratado.
- ( ) 04 Era fornecida como adiantamento, tendo como garantia para seu pagamento a produção principal que caiba ao contratado.
- ( ) 05 Era parte componente do pagamento
- ( ) 06 Não recebia
- ( ) 99 N. D.

31. Havia obrigatoriedade de comprar no armazém do proprietário ou em outros intermediados pelo proprietário? (não para posseiros)

- ( ) 01 Não
- ( ) 02 Não havia obrigatoriedade mas o empregador fornecia ordens como adiantamento
- ( ) 03 O empregador comprava e fornecia os víveres.
- ( ) 99 N. D.

32. Fornecimento de instrumentos de trabalho, insumos e sementes, etc. (não para posseiros)

- ☐ 01 Fornecia totalmente
- ☐ 02 Fornecia parcialmente
- ☐ 03 Não fornecia
- ☐ 99 N. D.

33. Caso fornecimento parcial, especificar (não para posseiros)

- ☐ 01 Adubos
- ☐ 02 Sementes
- ☐ 03 Instrumentos de trabalho
- ☐ 04 Inseticida e outros insumos
- ☐ 05 Arame farpado para cercas
- ☐ 06 Pagava carroto para transporte de cereais
- ☐ 07 Fornecia totalmente
- ☐ 08 Não fornecia
- ☐ 99 N. D.

34. Recebe casa para moradia? (não para posseiros)

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não
- ☐ 99 N. D.

35. Caso receba casa, paga aluguel? (não para posseiros)

- ☐ 01 Não, recebe casa.
- ☐ 02 Sim.
- ☐ 03 Não.
- ☐ 99 N. D.

36. Caso não receba casa, recebe material para sua construção ou pode retirar madeiras da terra para este fim? (não para posseiros)

- ( ) 01 Recebe casa já pronta
- ( ) 02 Sim
- ( ) 03 Não
- ( ) 04 Não mora na fazenda
- ( ) 99 N. D.

37. Mora na fazenda em que desenvolve as atividades caracterizadas aqui? (não para posseiros)

- ( ) 01 Sim
- ( ) 02 Não
- ( ) 03 Mora em alguma cidade próxima
- ( ) 99 N. D.

38. Mão-de-obra empregada pelo Litigante

- ( ) 01 Só familiar
- ( ) 02 Basicamente familiar, mas utilizando também mão-de-obra contratada temporária.
- ( ) 03 Basicamente familiar, mas utilizando mão-de-obra contratada permanente e temporária.
- ( ) 04 Trabalho executado principalmente por mão-de-obra contratada mas também familiar.
- ( ) 05 Só mão-de-obra contratada
- ( ) 06 Não emprega força de trabalho além da sua.
- ( ) 99 N. D.

39. Remuneração da mão-de-obra empregada pelo litigante.

- ☐ 01 Em dinheiro
- ☐ 02 Em espécie ou quota/parte da produção
- ☐ 03 Remunerados principalmente em espécie mas também a dinheiro.
- ☐ 04 Remunerados principalmente em dinheiro mas também em espécie.
- ☐ 05 Não remunera mão-de-obra
- ☐ 06 Não emprega mão-de-obra.
- ☐ 99 N. D.

40. Constrói as benfeitorias necessárias para alojamento do seu pessoal auxiliar e para viabilizar a produção principal?  
(não para posseiros).

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não
- ☐ 03 Parcialmente
- ☐ 99 N. D.

41. Caso parcialmente, especificar. (não para posseiros)

- ☐ 01 Não constrói nenhuma benfeitoria desta natureza
- ☐ 02 Constrói todas as benfeitorias necessárias.
- ☐ 03 Alojamento para seu pessoal auxiliar
- ☐ 04 As que considerar necessárias no decorrer do prazo do contrato além das entregues pelo proprietário.
- ☐ 05 Terreiro para secagem do café.
- ☐ 99 N. D.

42. Constrói as benfeitorias necessárias para viabilizar sua produção de subsistência? (não para posseiros)

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não
- ☐ 03 Parcialmente
- ☐ 99 N. D.

43. Caso parcialmente, especificar. (não para posseiros)

- ☐ 01 Não constrói nenhuma benfeitoria desta natureza.
- ☐ 02 Constrói mangueirões para porcos e cercados para animais.
- ☐ 03 Constrói todas benfeitorias necessárias.
- ☐ 04 As que considerar necessárias no decorrer do contrato além das entregues pelo proprietário.
- ☐ 05 Tulha.
- ☐ 06 Cerca para pasto.
- ☐ 99 N. D.

44. Caso construa benfeitorias para viabilizar a produção principal, deverá receber pagamento? (não para posseiros)

- ☐ 01 Indenização ou compra das benfeitorias ao sair da terra.
- ☐ 02 Recebe pagamento ao executar o serviço.
- ☐ 03 Não recebe pagamento mas pode retirar o que for possível.
- ☐ 04 Não recebe pagamento nem pode retirar nada do que for construído.
- ☐ 05 Recebe remuneração em quota-parte maior da produção ou contrato mais longo.
- ☐ 06 Não constrói nenhuma benfeitoria desta natureza.
- ☐ 99 N. D.

45. Caso construa benfeitorias para viabilizar a produção de subsistência, recebe pagamento? (não para posseiros)

- ( ) 01 Indenização ou compra das benfeitorias ao sair da terra.
- ( ) 02 Não recebe pagamento mas pode retirar o que for possível.
- ( ) 03 Não recebe pagamento nem pode retirar nada do que for construído.
- ( ) 04 Não constrói nenhuma benfeitoria desta natureza.
- ( ) 99 N. D.

46. Caso construa suas benfeitorias recebe material necessário gratuitamente? (não para posseiros)

- ( ) 01 Recebe ou pode retirar da terra parte do material, gratuitamente (geralmente madeira e carroto).
- ( ) 02 Recebe ou retira da terra as madeiras necessárias e recebe os demais materiais também gratuitamente.
- ( ) 03 Não recebe o material necessário, tendo de comprá-lo.
- ( ) 04 Não constrói suas benfeitorias.
- ( ) 99 N. D.

47. Eram obrigados a vender o produto principal ao proprietário da terra? (não para posseiros)

- ( ) 01 Somente se o preço for o do mercado.
- ( ) 02 Não há obrigatoriedade direta mas o fazendeiro pode se apropriar de parte ou todo o produto como forma de pagamento de seus débitos junto à fazenda.
- ( ) 03 Não há nenhuma obrigatoriedade.
- ( ) 04 Não tinham direito à quota-parte do produto principal.
- ( ) 99 N. D.



48. Eram obrigados a vender os excedentes de seus produtos de subsistência ao proprietário da terra? (não para posseiros)

- ☐ 01 Somente se o preço for o de mercado.
- ☐ 02 Não há obrigatoriedade direta, mas o fazendeiro pode se apropriar de parte ou todo o produto como forma de pagamento de seus débitos junto à fazenda.
- ☐ 03 Não há nenhuma obrigatoriedade.
- ☐ 04 Não tem produtos de subsistência.
- ☐ 99 N. D.

49. Possui contrato com o proprietário da terra? (não para posseiros)

- ☐ 01 Sim, contrato escrito e/ou caderneta agrícola
- ☐ 02 Não, só contrato verbal.
- ☐ 99 N. D.

50. Quem era o contratado? (não para posseiros)

- ☐ 01 Só o chefe familiar.
- ☐ 02 Só o litigante, como trabalhador individual que era ou como empreiteiro com turma própria.
- ☐ 99 N. D.

51. Prazo de vigência do contrato.

- ☐ 01 Indeterminado
- ☐ 02 Por 4 anos
- ☐ 03 Por 5 anos
- ☐ 04 Por 6 anos
- ☐ 05 Pelo ano agrícola
- ☐ 06 Até o final da tarefa
- ☐ 99 N. D.

52. Há previsão de multas ou punições para o litigante? ( não para posseiros)

- ☐ 01 Sim
- ☐ 02 Não
- ☐ 99 N. D.

53. Especificar em que casos. (não para posseiros)

- ☐ 01 Não há previsão de multas
- ☐ 02 Falhas na formação de pés de café
- ☐ 03 Falhas na conservação de pés de café
- ☐ 04 Abandono do serviço antes de findo o contrato, mesmo se houver sido dispensado, no caso de justa causa.
- ☐ 05 Quebra de cláusulas contratuais
- ☐ 06 Demora nos serviços
- ☐ 07 Danos causados à fazenda.
- ☐ 08 Indisciplina ou ato contra a ordem.
- ☐ 88 Outros
- ☐ 99 N. D.

54. Especificar o valor das multas. (não para posseiros)

- ☐ 01 Não há previsão de multas
- ☐ 02 Superior ao valor dos ganhos para a tarefa, se executada sem multas.
- ☐ 03 No caso de abandono ou displicência - perde o direito à qualquer remuneração, só podendo colher produtos próprios, ou ser indenizado pelo seu valor.
- ☐ 04 Equivalente a 50% dos ganhos que tiver auferido até a data
- ☐ 05 Pagamento dos serviços realizados por outros trabalhadores no seu lugar.
- ☐ 06 Pagamento dos danos ou indenização.
- ☐ 99 N. D.

55. Assinalar os direitos do litigante que constam em contrato ou documento equivalente.

- ☐ 01 Folgas em domingos e dias santos
- ☐ 02 Férias
- ☐ 03 Aviso prévio - Especificar período para dar aviso prévio.
- ☐ 04 Indenização no caso de rescisão de contrato com prazo determinado, sem justa causa.
- ☐ 05 Não tem contrato e não se sabe o que constava do trato verbal.
- ☐ 06 Não há previsão de direitos no contrato, fora o usufruto da terra.
- ☐ 07 Não há previsão de direitos.
- ☐ 99 N. D.

56. Tipo de litigante

- ☐ 01 Autor
- ☐ 02 Réu
- ☐ 99 N. D.

#### QUADRO II - DADOS SOBRE OS LITIGANTES PROPRIETÁRIOS

57. Nacionalidade

- ☐ 01 Brasileiro
- ☐ 02 Alemão
- ☐ 03 Italiano
- ☐ 88 Outros
- ☐ 99 N. D.

## 58. Naturalidade:

- ☐ 01 São Paulo
- ☐ 02 Minas Gerais
- ☐ 03 Outros Estados
- ☐ 04 Outros Países
- ☐ 99 N. D.

## 59. Residência atual (localidade, distrito ou município)

- ☐ 01 Porecatu
- ☐ 02 São Paulo
- ☐ 03 Outros Estados
- ☐ 99 N. D.

## 60. Tipo de administração da propriedade

- ☐ 01 Administração direta pelo proprietário
- ☐ 02 Administração por prepostos ou gerentes do proprietário
- ☐ 99 N. D.

ANEXO 4

FICHA PARA CITAÇÕES DE PROCESSOS JURÍDICOS

## Ficha de processos jurídicos

01. Código do processo \_\_\_\_\_
02. Número e data de autuação \_\_\_\_\_
03. Comarca de autuação \_\_\_\_\_
04. Tipo de processo: ( ) cível ( ) criminal
05. Categoria social do(s) litigante(s) não proprietário(s):
- ( ) posseiro
  - ( ) empreiteiro-formador
  - ( ) colono
  - ( ) trabalhador rural
  - ( ) outros
06. Descrição resumida do litígio: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
07. Citações e observações (que aspecto(s) a citação ilustra ou qual a relevância das informações que apresenta).
- a) \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- Observações: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

b)

---

---

---

---

---

Observações:

---

---

---

---

c)

---

---

---

---

---

Observações:

---

---

---

---

---

ANEXO 5

FICHA PARA COLETA DE INFORMAÇÕES NAS DEMAIS FONTES  
DOCUMENTAIS.



## Ficha de conteúdo para fontes documentais

01. Tipo de fonte:    ☐ periódico  
                          ☐ ata da Assembléia Legislativa  
                          ☐ mensagem do governo  
                          ☐ relatório do DGTC  
                          ☐ mapas e informações do ITC

02. Identificação do documento (autor, título, data)

---

---

03. Relação das principais informações disponíveis.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

04. Observações (utilidade das informações para o trabalho).

---

---

ANEXO 6

LISTAGEM DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

## Listagem de entrevistas realizadas

código	Nome ou iniciais* dos entrevistados	Observações
01	José Bilar Pinha	Ex-posseiro da região de Porecatu, filho de José Bilar, um dos líderes camponeses do conflito armado pela terra. Em 1940, José Bilar Pinha era adulto e, sendo filho mais velho, participava ativamente das decisões familiares.
02	Antonio Bilar	Ex-posseiro da região de Porecatu, filho de José Bilar e irmão de José Bilar Pinha, também adulto à época da migração.
03	Maria Bilar	Filha de José Bilar, mulher do ex-posseiro André Rojo, adulta à época da migração e participante ativa da instalação na terra e nos acontecimentos posteriores.
04	A. GIASANTI	Ex-posseiro na região, compôs uma das primeiras levas de migrantes para a região, participou da luta armada.

05	Francisco Postarek Sobrinho	Promotor público em Porecatu no período do conflito armado.
06	Paulo Diniz da Silveira	Oficial de justiça em Porecatu, desde início da década de 50.
07	Antônio Rodrigues	Antigo morador de Porecatu, ex-funcionário do IBGE.
08	Sr. Rodini	Comerciante em Porecatu, chegou na região junto com os primeiros colonizadores.
09	Otávio Gasparine	Fazendeiro em Porecatu desde inícios da década de 1950.
10	C.A. *	Funcionário da Prefeitura Municipal de Porecatu.
11	P.F.*	Gerente de banco em Londrina, no período analisado e sócio numa máquina de café.
12	Helmut Rossman	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porecatu, em 1979, antigo morador da região.
13	Durval	Antigo funcionário da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná - ITC.

14		Antigo funcionário da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná - ITC.
15	Rafael Rezende	Fazendeiro das adjacências da região (Londrina) desde inícios da década de 1950.
16	Hélio Prado	Antigo funcionário da Usina Central do Paraná, de Porecatu, trabalha na empresa desde a sua fundação pelos Lunardelli.
17	Alfredo Silvino	Antigo empreiteiro-formador e colono na região, hoje trabalhando eventualmente como bôia-fria.
18	Hilário Celeste de Souza	Antigo empreiteiro-formador, colono e volante, hoje bôia-fria.
19	G. Duarte.	Gerente de banco em Londrina entre 1950 e 1953.
20	Esmeraldo Brasi	Funcionário do Museu Paranaense conhecedor de aspectos da colonização da região.
21	José Gomes Sobrinho	Ex-colono em Porecatu
22	Aristides Vinholes	Empresário, conhecedor de aspectos do movimento pela terra.
23	Jorge Karan	Médico, conhecedor de aspectos do movimento pela terra.

\*Os entrevistados assinalados solicitaram a não divulgação de seus nomes completos, por motivos pessoais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
2. BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 1976. 247p. (Coleção Antropologia, 5).
3. BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 15(3):3-52, jul./set.1953.
4. BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 14(2), out./dez. 1952.
5. BETTELHEIM, Charles. Cálculo econômico e forma de propriedade. Lisboa, Publicação Dom Quixote, 1972. 212p.
6. A CAFEICULTURA norte-paranaense. A Pioneira, Londrina, 6(14):9-16, maio/jun. 1953.
7. CHAYANOV, Alexander V. The theory of peasant economy. Illinois, Irwin, The American Economic Association, 1966.
8. CARDOSO, Ciro F. & BRIGNOLI, Hector P. Os métodos da história. Rio de Janeiro, s. ed., 1979. 530p.
9. CARDOSO, Fernando Henrique. Mudanças sociais na América Latina. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. 238p. (Corpo e alma do Brasil, 27).
10. CAVAILHES, Jean. L'analyse léniniste de la décomposition de la paysannerie et son actualité. Critiques de L'Économie Politique, Paris, (23):110-42, jan./mars 1976.
11. COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. s.l., 1975. 295p.
12. COSTA, Odah Regina Guimarães. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977. 318p. Tese. Professor Titular. Universidade Federal do Paraná. Departamento de História.
13. DUBY, Georges. La historia social como síntesis. In: CARDOSO, Ciro F. S. et alii. Perspectivas de la historiografía contemporánea. México, Sepsetenta, 1976. p.91-102.
14. FAURE, Claude. Agriculture et capitalismo. Paris, Anthropos, 1978.
15. FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974. 359p. (Corpo e alma do Brasil, 3).

16. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo agrícola do Estado do Paraná. 1950.
17. \_\_\_\_\_. Enciclopédia dos municípios; IBGE/DEE.
18. GARCIA JÚNIOR, Afrânio R. Terra de trabalho; trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, 1975. Mimeografado.
19. GNACCARINI, José C. Latifúndio e proletariado; formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo, Polio, 1980.
20. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s.d. 255p. (Estudos brasileiros, 3).
21. HOBSBAWN, Eric J. De la historia social a historia de la sociedad. In: CARDOSO, Ciro F. S. et alii. Tendencias actuales de la historia social y demografica. México, Sepsetantes, 1976. p.61-94.
22. HOLLOWAY, Thomas H. Vida e morte do convênio Taubaté: a primeira valorização do café. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 113p. (Estudos brasileiros, 31).
23. JELIN, Elizabeth. O tempo biográfico e a mudança histórica: reflexões sobre o uso de histórias de vida a partir da experiência de Monterrey. Estudos CEBRAP, São Paulo, (17):85-100, jul./set. 1976.
24. KAUTSKY, Karl. A questão agrária. 3.ed. São Paulo, Proposta Editorial, 1980. 329p.
25. KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 230p.
26. KRETZEN, João. As grandes potências econômicas no Estado do Paraná: 1951-52. Curitiba, Escritório Sul-Brasil Econômico, 1951. 496p.
27. LENIN, Vladimir. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1980. (Coleção Alicerces).
28. \_\_\_\_\_. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia; o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo, Abril Cultural, 1982. 402p. (Coleção Os Economistas).
29. LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil; sesmarias e terras devolutas. Porto Alegre, S. Sulina, 1954. 112p.
30. LOPES, Juarez R. Brandão. Do latifúndio à empresa; unidade e diversidade no campo. São Paulo, CEBRAP, 1976. 5p. (Cadernos CEBRAP, 26).
31. LOUREIRO, Maria Rita. Parceria e capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 135p. (Biblioteca de Ciências Sociais).

32. MACHADO, Brasil Pinheiro & BALHANA, Altiva Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim de Universidade Federal do Paraná, Curitiba, (3): jun. 1963.
33. MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, (28):31-52, jan./fev. 1972.
34. MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Petrópolis, Vozes, 1984.
35. MARTINS, José de S. O cativo da terra. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979. 157p. (Brasil ontem e hoje, 6).
36. \_\_\_\_\_. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo, HUCITEC, 1980. 181p.
37. \_\_\_\_\_. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: \_\_\_\_\_. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975.
38. \_\_\_\_\_. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: \_\_\_\_\_. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo, HUCITEC, 1980.
39. MARX, Karl. O capital; crítica da economia política. Livrol, volume 1 e Livro 3, volume 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
40. \_\_\_\_\_. O capital. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. L.I, c.VI (inédito).
41. MONBEING, Pierre. A zona pioneira no norte do Paraná. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3(25):11-7, abr. 1945.
42. MOTTA SOBRINHO, Alves. A civilização do café: 1820-1920. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. 179p.
43. MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (22):55-97, mar. 1956.
44. OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense, 1975.
45. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso paranaense. São Paulo, 1970. p.57-346. Tese, Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
46. PALMEIRA, Moacir. Latifundium et capitalisme; lecture critique d'un débat. Paris, Université de Paris, Faculté de Lettres de Sciences Humaines, 1971. 168p. Tese. Mimeografado.
47. PRADO JUNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. (Revista Brasiliense, :165-238, mar./abr. 1960). In: \_\_\_\_\_. A questão agrária no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979. 188p.
48. \_\_\_\_\_. A revolução brasileira. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1966. 332p.



49. REY, Pierre Philippe. Les alliances de classes. Paris, Maspero, 1973.
50. SANTOS, José Vicente Tavares de. Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês do capital. São Paulo, HUCITEC, 1978. 182p.
51. SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo, Martins Fontes, 1978. 317p. (Série Novas Edições).
52. SILVA, Sérgio S. Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo. São Paulo, Polis, 1981. 159p. (Coleção Teoria e História, 10).
53. SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 512p.
54. SODRÉ, Nelson W. Formação histórica do Brasil. São Paulo, Civilização Brasileira, 1962.
55. SPINDEL, Cheiwa. Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
56. TEPICHT, Jersy. Le marxisme et agriculture: le paysan polonais. Paris, Armand Colin, 1969.
57. VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, Difel, 1976. 261p. (Corpo e alma do Brasil, 65).
58. \_\_\_\_\_. Frentes de expansão e estrutura agrária; estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. 178p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
59. \_\_\_\_\_. A propósito de terra e igreja. In: Coleção. Encontros com a civilização brasileira, nº 22, abril de 1980. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 239p. p.157-168.
60. VINHAS, M. Problemas agrário-camponeses do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. 335p. (Coleção Retratos do Brasil, 65).
61. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Grupo de Estudos Agrário, 1979. 83p.
62. WESTPHALEN, Cecília Maria & BALHANA, Altiya Pilatti. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, (25): 1977.
63. WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro e BALHANA, Altiya Pilatti. Nota prévia da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, (7):1-51, 1968.

## ERRATA

p.	onde se lê	leia-se
v	vias	via
4	a fartura enriquecimento	a fartura e o enriquecimento
5	a ocupação da terra e a organização da produção agrícola em Porecatu,.. ...., permitiu	permitiram
9	... o processo de formação interno	... o processo de formação do mercado interno.
12	... a concentração dos meios de produção e a centralização do capital praticamente não ocorreram na agricultura	... a concentração dos meios de produção e a centralização do capital não ocorreram no mesmo nível na agricultura.
13	<sup>10</sup> KAUSTKI	<sup>10</sup> KAUSTKY, Karl. <u>A questão agrária.</u>
49	Anexo 3, p.	Anexo 3, p. 210.
50	Anexo 4, p.	Anexo 4, p. 231.
53	Anexo 6, p.	Anexo 6, p. 236.
74	por que dela	porque dela
81	dúvida	dúvida
84	(Tabela 5, p. )	(Tabela 5, p. 85)
95	- dados, provavelmente,	- dadas, provavelmente,
111	<u>Revista EXAME,</u>	Agenda EXAME - 1984.
125	(Tabela 22, p. )	(Tabela 22, p. 126)
189	pressupõe que se partir...	pressupõe que se partiu...
239	14	14 Dulcindo Saldanha Muniz.